



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS LOCAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL
A EXPERIÊNCIA DE CAMPO DO BRITO (SE)

SEBASTIÃO CORREIA DE LIMA FILHO

SÃO CRISTÓVÃO
SERGIPE – BRASIL
ABRIL – 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL
A EXPERIÊNCIA DE CAMPO DO BRITO (SE)

SEBASTIÃO CORREIA DE LIMA FILHO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais.

ORIENTADOR: PROF. DR. RICARDO OLIVEIRA LACERDA DE MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS LOCAIS
SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE

2010

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pelo presente de minha vida;

Aos meus amados filhos, **João Gabriel e Maria Antônia**, por darem vida a minha vida;

A minha esposa, **Fatinha**, por fazer brilhar ainda mais a minha vida;

Aos meus pais, **Sebastião Correia de Lima (In Memoriam) e Luci Ramos de Lima**, pela dedicação de suas vidas a minha vida;

Ao meu irmão, **Luciano Lima**, por fazer parte da minha vida;

Ao meu eterno amigo, **Mário Machado**, que já não faz mais parte desta vida;

Ao meu orientador, **Prof. Dr. Ricardo Lacerda**, por despertar em minha vida a certeza da dúvida; e,

Aos cooperados da **Coofama**, por estarem buscando transformar vidas.

Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito. Nós não somos o que gostaríamos de ser. Nós não somos o que ainda iremos ser. Mas, graças a Deus, nós não somos mais quem nós éramos.

Martin Luther King

RESUMO

Encontrar um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico com base em processos produtivos sustentáveis mais distributivos, justos e duradouros é um dos grandes desafios do Brasil neste início de século. Para tanto, faz-se necessário realizar continuamente novos estudos e pesquisas que contribuam teórica e empiricamente para uma melhor compreensão e aplicação do binômio conceitual capital social e desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico com qualitativa melhoria das condições de vida de toda a sociedade, sendo o capital social o instrumento que viabiliza e impulsiona a concretização deste bem-estar coletivo.

Assim, o presente trabalho objetiva estudar a correlação entre capital social e o desenvolvimento sustentável, através da experiência da Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca do município de Campo do Brito (SE), conhecida como Coofama, que através da presença de capital social e com o auxílio do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (DRS/BB) vem iniciando um processo de mudança social na comunidade.

Contribuições acadêmicas sobre capital social e desenvolvimento sustentável são analisadas, buscando dar suporte às conclusões decorrentes dos dados empíricos levantados. Vale destacar que a pesquisa de Robert Putnam, sobre o processo de desenvolvimento institucional dos governos regionais na Itália, realizada no decorrer das décadas de 1970 e 1980, é o principal alicerce da fundamentação teórica deste trabalho.

O capital social, pautado na ação cooperativa e coletiva, atua como facilitador e catalisador do desenvolvimento sustentável numa comunidade. Dessa forma, é possível concluir que há um elo entre capital social e desenvolvimento sustentável, pelo menos neste caso específico.

Palavras-Chave: Desenvolvimento local. Capital Social. Desenvolvimento Regional Sustentável. Confiança. Cooperação.

ABSTRACT

Finding a new model of socioeconomic development based on sustainable production processes, with better distribution, justice and duration is one of Brazil's biggest challenges in the beginning of this century. Therefore, it is necessary to continually perform further studies and research that contribute theoretically and empirically to a better understanding and application of the concept social capital and sustainable development. Development as a synonym for economic growth, qualitative improvement of life for the whole community, being the social capital as an instrument that allows and promotes collective welfare.

The present work aims to study the correlation between social capital and sustainable development through the experience of the Cooperative of Producers of Cassava Flour of the city of Campo do Brito (SE), known as Coofama that through the presence of social capital and the aid of Banco do Brasil's strategy for Regional Sustainable Development (DRS- Desenvolvimento Regional Sustentável / BB) is initiating a process of social change in the community.

Scholarly contributions on social capital and sustainable development are analyzed, seeking to support the conclusions derived from empirical data collected. Notably, however, that research by Robert Putnam on the process of institutional development of regional governments in Italy, held during the 1970s and 1980s, is the main basis of this work.

The social capital, guided by the cooperative action, works as a facilitator and catalyst for sustainable development in a community. Thus, we conclude that there is a link between social capital and sustainable development, at least in this particular case.

Keywords: Local development. Social Capital. Regional Sustainable Development. Confidence. Cooperation.

LISTA DE SIGLAS

BANESE	Banco do Estado de Sergipe
BB	Banco do Brasil
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COOFAMA	Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca
DDD	Discagem Direta a Distância
DDI	Discagem Direta Internacional
DEAGRO	Departamento Estadual de Desenvolvimento Agropecuário
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FBB	Fundação Banco do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SE	Sergipe
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento do Estado de Sergipe
SEPLANTEC	Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia
SES	Secretaria de Estado da Saúde
SISBB	Sistema de Informações do Banco do Brasil
SUS	Sistema Único de Saúde
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS, QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

TABELA	1	CATEGORIAS COMPLEMENTARES DE CAPITAL SOCIAL	17
QUADRO	1	SÍNTESE DE ALGUMAS DEFINIÇÕES DE CAPITAL SOCIAL	20
GRÁFICO	1	PESQUISA QI-MCS	56
FIGURA	1	DRS – TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE	59
FIGURA	2	DRS – REGIÕES PRIORIZADAS (2003)	62
FIGURA	3	DRS – BRASIL (2009)	64
FIGURA	4	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO DO BRITO	72
TABELA	2	GRAU DE COOPERAÇÃO NA COOFAMA	81
QUADRO	2	MATRIZ DO DIAGNÓSTICO DA ATIVIDADE (2005)	81
TABELA	3	IMPORTÂNCIA DO DRS	85
TABELA	4	IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS	87
TABELA	5	IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA	91
TABELA	6	INFLUÊNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA	96
TABELA	7	DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	97
TABELA	8	DISPOSIÇÃO PARA AJUDAR O PRÓXIMO	99
TABELA	9	GRAU DE CONFIANÇA INTERNA	100
TABELA	10	GRAU DE CONFIANÇA EXTERNA	100
TABELA	11	RENDA FAMILIAR	103
TABELA	12	CONSUMO DE BENS DURÁVEIS	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA	5
1.1 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL	8
1.2 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE	42
CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
2.1 ESCOLHA DA METODOLOGIA	52
2.2 ESPECIFICIDADES	55
2.3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – A METODOLOGIA DO BB	58
2.4 AMBIENTE DA PESQUISA: CAMPO DO BRITO (SE)	69
2.4.1 A COOFAMA	69
2.4.2 PRINCIPAIS ASPECTOS	71
CAPÍTULO 3 – UMA EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CAMPO DO BRITO (SE)	78
3.1 PARCERIAS E CONCERTAÇÃO	79
3.2 LIDERANÇA	90
3.3 REDES E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	93
3.4 CONFIANÇA E COOPERAÇÃO	98
3.5 MELHORIA DA RENDA	102
CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
APÊNDICE – ROTEIRO DE PESQUISA	121

INTRODUÇÃO

O atual modelo de desenvolvimento econômico, alicerçado em variáveis pouco eficazes para impulsionar um crescimento socialmente mais justo e mais bem distribuído territorialmente vem estimulando o debate acerca da questão do desenvolvimento sustentável no Brasil. Indicadores econômicos, tais como: PIB, PNB e PNL, principalmente, não são mais suficientes para medir o nível de atividade econômica de um país ou região e, concomitantemente, mensurar seu nível de desenvolvimento. É também insuficiente para informar, compreender e analisar o comportamento da economia no contexto do desenvolvimento sustentável de uma determinada localidade.

Desse modo, busca-se demonstrar com esta pesquisa a relação existente entre capital social e desenvolvimento sustentável, analisando-se a experiência da Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca do município de Campo do Brito (Coofama), cuja sede fica localizada no Povoado Gameleira. Busca-se, também, apresentar evidências de que é possível iniciar um processo de mudança numa comunidade a partir da formação de capital social e do auxílio de um instrumento catalisador: o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (DRS).

Desenvolvimento sustentável pode ser entendido, nesse contexto, como uma proposta desenvolvimentista mais democrática, com suporte numa premissa de participação coletiva, que objetiva atender às crescentes demandas socioeconômicas de uma comunidade, de forma mais equitativa e com uma melhor distribuição dos benefícios sociais e econômicos. Precisa, também, está inserido num contexto social que leve em consideração à perspectiva de ser capaz de não comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações.

A força motriz deste modelo de desenvolvimento está na realização coletiva da comunidade, através da formação de capital social, tendo como alicerces a cooperação, confiança, ação coletiva, solidariedade, redes de relacionamento, enfim, vontade coletiva de promover mudanças. Como disse Abramovay (1998, p. 2): “Trata-se de um tema estratégico, que envolve muitos projetos políticos, sociais e uma idéia renovada de civilização”. O autor cita o prêmio Nobel de economia, Amartya Sen, que em seu livro

“Desenvolvimento como liberdade” discorre sobre duas visões de desenvolvimento antagônicas.

A primeira sustenta que o desenvolvimento é um processo violento, sofrido, envolvido inevitavelmente em “sangue, suor e lágrimas”, onde o desafio de acumular riquezas o mais rapidamente possível pode levar ao sacrifício imediato do bem-estar, que viria depois, então, sobre bases sólidas.

A segunda afirma que desenvolvimento é o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas, as quais devem acontecer num ambiente que exige o que Sen chama de liberdade positiva, ou seja, aquela que não se restringe apenas a ausência de restrições ao direito abstrato de ir e vir, comprar e vender, amar e ser amado, por exemplo. A liberdade precisa ser pensada e inserida num contexto de condições concretas de seu pleno exercício. Neste sentido Abramovay (1998, p. 3) afirma: “Não basta que a lei garanta certos direitos: o essencial é que os indivíduos tenham as capacidades, as qualificações, as prerrogativas de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência”.

Esta pesquisa está baseada nessa segunda visão ao apresentar uma experiência comunitária, ainda em processo construtivo, numa localidade pobre do interior do Estado de Sergipe, sem nenhum destaque educacional por parte de seus membros, mas exemplificativa da possibilidade de mobilização e capacidade social que a ação coletiva disponibiliza à comunidade para fazer suas escolhas.

Como diz Sen (*apud* Abramovay, 1998, p. 4): “Desenvolvimento é a possibilidade de avançar com um pouco de ajuda de meus amigos – ajuda que pode provir da interdependência do mercado, mas também dos serviços públicos, que conferem às pessoas mais capacidade para ajudar a elas mesmas e aos outros”.

Capital social é apresentado, portanto, como um instrumento que pode viabilizar uma espécie de reencontro entre a economia e o desenvolvimento sustentável da localidade, visando à construção de um espaço social economicamente menos desigual e com mais qualidade de vida para todos.

O objetivo, ao se relacionar capital social e desenvolvimento local, é estabelecer um elo entre ambos na promoção de um modelo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade. Capital social e desenvolvimento local têm despertado interesses crescentes nos ambientes da academia, política, economia, terceiro setor, enfim, de toda a sociedade. Por isso, instituições públicas, privadas e organizações sociais das mais diversas tendências político-ideológicas têm apresentado metodologias (a exemplo do

DRS) que buscam contribuir com um modelo de desenvolvimento econômico e social mais sustentável na localidade.

A premissa desta proposta teórica é que a comunidade pode obter sucesso num processo ativo de participação em prol do desenvolvimento local à medida que intensifica a vivência coletiva baseada no capital social, onde interesses individuais, ou forças isoladas são substituídos pelo trabalho cooperativo e solidário, num ambiente onde estão presentes destacados laços de confiança.

Daí, grande parte dos teóricos envolvidos com o tema registrarem a importância dos mecanismos de ancoragem do capital social nas práticas coletivas, participativas e solidárias, uma vez que existe uma relação direta entre participação social e desenvolvimento local. Neste sentido, deseja-se romper com o ciclo vicioso de uma tradição nordestina de exploração política e dependência social em relação à estrutura de poder socioeconômico da localidade.

O presente trabalho sugere a necessidade de se estruturar e planejar ações coletivas visando ampliar as oportunidades de escolha da comunidade, bem como atender seus interesses. Disponibiliza-se, dessa forma, uma alternativa de desenvolvimento que pode superar o viés convencional estritamente econômico e de dependência política.

A pobreza no interior do Brasil, mais especificamente do Nordeste, tem se apresentado de forma bastante persistente, fato que, para muitos, decorre da ineficácia das ações públicas. Este insucesso comportamental do poder público na execução de programas de combate à pobreza pode, provavelmente, ser conseqüência do foco no assistencialismo em detrimento de uma política voltada para a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Destaca-se, neste trabalho, a contribuição teórica de Robert Putnam, em face de seus estudos sobre os fatores que influenciaram o desenvolvimento diferenciado no sul e norte da Itália, entre 1970 e 1989, cujas características sociais assemelham-se às regiões Sul e Nordeste do Brasil. O tema central do trabalho de Putnam (1996) “Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna” é a análise de como as instituições podem influenciar o comportamento político de uma sociedade, partindo da observação de duas décadas dos novos governos regionais da Itália. O autor ressalta a importância da “comunidade cívica” para o desenvolvimento eficaz das instituições, considerando que contextos sociais e históricos são condicionantes do desempenho das instituições, cuja existência depende das virtudes e práticas democráticas.

Em se tratando da metodologia adotada, esta pesquisa baseia-se nos princípios inerentes ao estudo de caso. Assim, a análise dos documentos, as observações e entrevistas realizadas constituíram-se em suportes elementares à realização deste trabalho. Sua delimitação temporal contempla o período de 2005 a 2009, embora seja possível encontrar referências a datas anteriores ou posteriores.

Quanto à estruturação dos capítulos, esta organizada com o objetivo de fomentar mais um debate teórico, com reflexos empíricos, sobre possíveis alternativas capazes de impulsionar o desenvolvimento na localidade, sem nenhum propósito de esgotar o debate, seja por impossibilidade fática decorrente da riqueza do tema, seja por limitação do autor. A idéia é construir mais um espaço de estudo e debate sobre uma experiência social com suporte num modelo teórico.

No primeiro capítulo transita-se pelos alicerces que dão sustentação teórica aos temas do capital social e desenvolvimento sustentável, como também pelas relações existentes entre a teoria e a prática, visando melhorar à compreensão da conexão entre ambos.

Comenta-se, no segundo capítulo, a metodologia de estudo de caso, suas nuances e a relação entre o objeto da pesquisa e o método adotado. Apresenta-se, também, a metodologia do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (DRS), correlacionando-a aos conteúdos teóricos de capital social e desenvolvimento sustentável apresentados. Por fim, elabora-se uma espécie de cartão de visita do território de referência e apresenta-se o ambiente da pesquisa: a Coofama e o município de Campo do Brito (SE).

O terceiro capítulo contém a essência deste estudo, ao buscar evidenciar a importância do capital social num processo de desenvolvimento sustentável, como também, a possibilidade de auxílio, no contexto desta correlação, do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (DRS) no trabalho que vem sendo realizado pela Coofama.

Nas Considerações Finais, contida no capítulo quarto, aborda-se o aprendizado propiciado pela pesquisa quanto ao fato de que o capital social pode promover e impulsionar o desenvolvimento da localidade. Verifica-se, também, que não é o espaço geográfico que limita a formação de capital social e o possível desenvolvimento de uma comunidade, mas, provavelmente, a ausência das chamadas características cívicas de Putnam.

CAPÍTULO 1

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

No decorrer da década de 1990, o conceito de capital social recebeu uma atenção especial de expoentes teóricos da área de Ciências Sociais. Segundo Monasterio (2000) aplicou-se ao capital social alguns epítetos: “Elo perdido das ciências sociais”; “O conceito fundamental”; “Condensador da fumaça que envolve o debate sobre instituições”, dentre outros de igual teor emocional.

O âmbito da definição de capital social varia consideravelmente na literatura, segundo relatório do *World Bank* (1998), o qual destaca, contudo, a importância de três conceitos adotados na atualidade.

Começa pelo de Putnam (1993), formulado a partir das pesquisas realizadas na Itália entre 1970 e 1989. Putnam (*apud World Bank*, 1998, p. 1) define capital social como “um conjunto de “associações horizontais” entre pessoas, por meio de redes sociais (no sentido de “redes de engajamento cívico”), relações de confiança, normas associadas, que exercem um efeito sobre a produtividade da comunidade”. Para o autor este tipo de associação horizontal viabiliza o comportamento comunitário baseado em ações coletivas e cooperativas em prol da consecução de objetivos comuns.

Este conceito, segundo o *World Bank* (1998), revela dois pressupostos subjacentes. O primeiro considera que as redes e normas são empiricamente associadas, enquanto o segundo aborda a questão econômica e suas conseqüências para a localidade. Inicialmente esta abordagem era limitada às associações que exerciam efeitos econômicos e sociais positivos sobre o desenvolvimento. Mais recentemente percebe-se uma ampliação dessa abordagem ao incluir grupos que podem gerar resultados indesejados, como associações com o comportamento *rent-seeking*¹.

Um segundo conceito de capital social é apresentado por Coleman (*apud World Bank*, 1998, p. 2): "Uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: primeiro, consiste de alguns aspectos da estrutura social e, segundo, facilita certas ações dos atores, individuais ou corporativos, dentro da própria estrutura". Esta definição, segundo a visão do *World Bank* (1998), expande a anterior pelo fato de

¹ Em economia, *rent-seeking* ocorre quando um indivíduo, organização ou empresa procura obter renda através da manipulação ou exploração do ambiente econômico, em lugar da realização de transações economicamente produtivas e geradoras de riqueza. Tradução livre do autor. Mais informações consultar: TULLOCK, Gordon. *Rent Seeking*. Brookfield: Edward Elgar, 1993.

incluir as associações verticais, caracterizadas por relações hierárquicas e suas inter-relações numa distribuição desigual de poder entre seus membros, e, não apenas, pelos relacionamentos horizontais entre pessoas e instituições.

Coleman (*apud World Bank*, 1998, p. 2) explicita: "Uma determinada forma de capital social que é valiosa para facilitar certas ações pode ser inútil ou mesmo prejudicial para outras". Em resumo, é uma visão de capital social em geral apoiada num conjunto de normas que rege o comportamento interpessoal dos membros da comunidade.

Uma terceira definição contempla os ambientes político e social, modeladores da estrutura social, permitindo o estabelecimento de normas que facilitam seu desenvolvimento. Este conceito vai além do nível estritamente local, foco das duas definições anteriores, por incluir as relações formais e estruturas institucionais, como governo, regime político, sistemas judicial e civil, liberdades políticas, Estado de Direito etc. Este enfoque baseia-se em Olson (1982) e North (1990), que têm argumentado que tais instituições exercem um importante efeito sobre a taxa e o padrão de economia e desenvolvimento de uma sociedade.

Seja “culturalista”, visão de Putnam, seja “institucionalista”, visão de Mancur Olson e Douglas North, ou, numa visão intermediária, de Coleman, estes três conceitos não devem ser considerados como alternativas opcionais excludentes, mas sim, como diferentes manifestações da existência de capital social numa sociedade. Associações horizontais e verticais podem e devem habitar o mesmo universo social, cujo objetivo é aumentar a densidade de capital social na comunidade. Assim, é possível elencar algumas características comuns, presentes nessas três diferentes abordagens conceituais de capital social:

- 1) As ligações dos domínios econômico, social e político assumem relacionamentos sociais que influenciam a forma como operam os mercados e os estados, e por sua vez são influenciadas por esses mercados e estados;
- 2) O foco nos relacionamentos e nas formas de interação, através dos quais a confiança e as relações estáveis entre atores podem melhorar a eficácia e a eficiência da ação individual e coletiva;
- 3) O capital social pode ser reforçado, por meio de um processo que requer recursos; e,
- 4) As relações sociais e as das instituições sociais têm características de bens públicos, pois os benefícios de tais bens não podem ser facilmente apropriados privadamente (*World Bank*, 1998, p. 3).

Nesta pesquisa, o foco conceitual de capital social permeia as idéias de Robert Putnam, cuja âncora teórica é sua obra “Comunidade e democracia: a experiência da

Itália moderna”. Numa referência inicial, capital social pode ser definido como um conjunto de crenças compartilhadas que melhoram o desempenho dos Estados democráticos (Putnam, 1996). Estas “crenças compartilhadas” estão assentadas em relações de confiança, normas e sistemas que contribuem para a melhoria da eficiência do desempenho produtivo da comunidade e influenciam no seu processo de desenvolvimento.

Não há novidade na questão da relevância do conteúdo dessas idéias para a vida econômica de uma localidade atualmente. A novidade consiste na intensidade da abordagem do tema e na sua utilização pelos mais variados pesquisadores, das mais variadas áreas do conhecimento e diversidades ideológicas.

Samuel Bowles, economista de linha heterodoxa, Francis Fukuyama, cientista político e importante representante do neoconservadorismo, além de sociólogos de matizes ideológicas diversas, como James Coleman e Pierre Bourdieu, escreveram positivamente sobre capital social, afirma Monasterio (2000). Esta aceitação convergente da importância do capital social no contexto do desenvolvimento de uma localidade é um fenômeno pouco comum nas ciências sociais. Além disso, a disseminação da relevância do capital social continua sendo fonte de constantes pesquisas pelas diversas áreas do conhecimento.

Não há pretensão por parte do autor desta pesquisa de buscar uma definição consensual e linear de capital social. Muitas são as diferenças entre os objetivos dos pesquisadores e as concepções intelectuais subjacentes na aplicação do seu conceito. Semelhante a outros temas, capital social, conquistou defensores e opositores, mesmo não havendo, ainda, um consenso sobre sua definição. Como afirmam Grootaert *et al.*, (2003, p. 6): “O capital social não é uma entidade única, mas antes, de natureza multidimensional”.

O objetivo é registrar a relevância do capital social num processo de mudança de perfil socioeconômico de uma realidade local, independente da lógica que pode vincular o impacto da influência das condições econômicas e forças políticas locais à possibilidade de sucesso dessa mudança.

A importância do tema e sua contribuição para a construção de um modelo diferenciado de desenvolvimento pode ser percebida a partir da afirmação de Samuel Bowles (2000, p. 420): "Talvez o capital social seja como o Deus de Voltaire, que teve que ser inventado, se ele não existisse”.

1.1 – CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

No final do século passado e início deste, os estudos e as aplicações práticas referentes ao tema capital social conquistaram mais dedicação e atenção por parte da sociedade, de maneira geral, e da comunidade acadêmica, em especial, decorrentes da percepção de incapacidade de o atual modelo econômico poder propiciar um desenvolvimento mais equilibrado e distributivo no âmbito da localidade.

A recente incorporação do termo capital social ao vocabulário das instituições internacionais de desenvolvimento é um sinal dos tempos. Em contraposição à ênfase dominante dos anos 1980 – e de maneira cada vez mais explicitamente crítica com relação ao ideário do Consenso de Washington – o Banco Mundial (Stiglitz, 1998 e Sharihd, 1998), a FAO (Gordillo de Anda, 1997), a CEPAL (Durstun, 1998) e a UNCTAD convergem, hoje, no sentido de colocar em destaque as condições institucionais de que depende o desenvolvimento (Abramovay, 2000, p. 4).

Uma das principais questões abordadas pela temática que envolve o capital social diz respeito a sua contribuição num contexto de desenvolvimento beneficente mais amplo, responsável socialmente e com melhor capacidade distributiva. Um desenvolvimento que vá além do estritamente econômico, abrangendo uma gama de benefícios sociais não contemplados pelo modelo de crescimento econômico tradicional.

Enquanto as capacidades produtivas levaram o produto mundial para além dos 25 trilhões de dólares, as polarizações sociais aumentaram fortemente. Segundo o relatório das Nações Unidas (1998), 358 pessoas são detentoras de uma riqueza acumulada superior a 45% da população mundial. As disparidades se refletem nos aspectos mais elementares da vida cotidiana. Os acelerados progressos na medicina permitiram uma extensão considerável da expectativa de vida, mas, enquanto nas 26 nações mais ricas esta expectativa chegava a 78 anos de idade em 1997, nos 46 países mais pobres era de 53 anos, neste mesmo ano (Kliksberg, 2002, p. 7-8).

Para Kliksberg (2002), essa idéia de progresso indefinido está sendo superada pela visão de um papel mais importante da sociedade no desenvolvimento econômico, diante das complexidades, contradições e incertezas que acompanham a busca de soluções para os desafios sociais e econômicos, a partir da integração dessa situação na análise da realidade.

Percebe-se que a convergência consensual sobre as virtudes do mercado, considerado isoladamente como responsável pela construção econômica das bases de

uma sociedade menos desigual, está superada. Estudos mais recentes direcionam para a concepção de que é necessário se reavaliar os mecanismos naturais de mercado e reinventar a sociedade, seja local, regional, nacional ou transnacional, afirma Barquero (2003).

De Araújo (2003) afirma que os países continuam aumentando seu nível de desigualdade nas últimas décadas, com exceção da Índia e China. Para o autor, as sociedades estão enriquecendo, produzindo mais, porém o nível de concentração de pessoas pobres, sem uma condição de vida digna, não tem diminuído na mesma proporção.

O desenvolvimento sustentável pode ser uma alternativa econômica que poderá viabilizar uma melhor distribuição de renda, mais qualidade de vida e mais atenção à preservação dos recursos do planeta etc, em lugar de um modelo que foca acentuadamente o *quantum* de produção econômica que um grupo social é capaz de produzir num determinado período de tempo.

O conceito de desenvolvimento sustentável sinaliza uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais do desenvolvimento, desgastadas numa série infinita de frustrações. E não eram poucas as teorias que queriam esclarecer as causas do subdesenvolvimento. Lembramo-nos rapidamente: a) da teoria do subconsumo (Luxemburgo); b) da teoria do exército industrial de reserva (Sternberg); c) da teoria dos monopólios mundiais (Lênin); das contribuições subseqüentes de Baran, Bettelheim, Amin, Palloix, Sweezy; d) da teoria da dependência representada de um lado por Sunkel, Furtado, Jaguaribe etc. e, por outro, por Frank, dos Santos, Córdova, Cardoso, Ianni etc.; lembremo-nos que nesse contexto desenvolveu-se a discussão da teoria do capitalismo periférico (Senghaas) e da heterogeneidade estrutural. Não vamos ignorar também: e) a teoria da causação circular cumulativa (Myrdal); f) a teoria da modernização, respectivamente, do desenvolvimentismo (Hirschman, Prebish, Knakal, Pinto etc.); g) a teoria do câmbio desigual (Amin, Emmanuel, Mandel etc.) e, finalmente, h) a teoria do mercado mundial capitalista (Bosch, Schöller) (Brüseke, 2003, p. 17).

Segundo Brüseke (2003), a capacidade de julgar e avaliar uma teoria do desenvolvimento decorre das expectativas de ligação entre esta teoria e sua aplicação empírica. Esta situação deve separar os ânimos relativos ao pessimismo macroteórico do modismo, com as tentativas concretas de uma reformulação da teoria do desenvolvimento. Uma teoria do desenvolvimento precisa contribuir para a sistemática do desenvolvimento social, demonstrar seu valor heurístico nos estudos de caso, ser base de uma coerência interna e orientar a ação social em prol do bem comum.

Neste cenário social é possível afirmar que só há desenvolvimento na localidade se o crescimento econômico for capaz de promover seu desenvolvimento sustentável. O

modelo econômico tradicional, de uma maneira global, baseado nas premissas de crescimento puramente econômico, está sendo incapaz de promover tal desenvolvimento. Aparentemente, a velocidade do crescimento econômico tem sido superior a do desenvolvimento social, provocando um desequilíbrio entre o avanço econômico e o social, principalmente nos países mais pobres.

Se o crescimento puramente econômico não está sendo capaz de promover o desenvolvimento social de forma mais equitativa, faz-se necessário se pensar numa proposta alternativa a este modelo econômico, uma vez que os benefícios da pujança de uma economia precisam ser replicados e percebidos no cotidiano das comunidades mais carentes, primordialmente.

O Brasil, como um dos países ao mesmo tempo subdesenvolvido e industrializado, guarda como característica fundamental a convivência com um capitalismo moderno, marcado pela extrema concentração de renda, ao lado de um capitalismo predatório que produz e reproduz de forma selvagem e imprime profundas desigualdades sociais (Sposati *et al*, 1992, p. 27).

Henrique Rattner (2002) afirma que o ritmo e a intensidade com que progride a concentração de outras formas de capital, em consequência da corrida pela produtividade e eficiência, sem considerar os efeitos sociais negativos, não podem ser compensados por projetos paternalistas, assistencialistas e de caridade.

Embora as afirmações dos autores acima tenham sido feitas há alguns anos e o país tenha avançado bastante neste período nas áreas econômica e social, a concentração de renda e a desigualdade social ainda são temas contemporâneos e desafiadores para uma das dez maiores economias do mundo.

Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), “O Estado das Cidades do Mundo 2010/2011: Unindo o Urbano Dividido”, publicado a cada dois anos pelo Programa ONU-HABITAT², cinco cidades brasileiras estão entre as 20 mais desiguais do planeta: Goiânia (10.º lugar) Belo Horizonte (13.º), Fortaleza (13.º), Brasília (16.º) e Curitiba (17.º). O Rio de Janeiro, na 28.ª posição, e São Paulo, na 39.ª, também são cidades com alto índice de desigualdade, de acordo com o referido relatório.

Este relatório também informa que o Brasil é o país com a maior distância social na América Latina, uma posição igualmente desconfortável. No total, 138 cidades de 63

² Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

países em desenvolvimento foram analisadas, cujas conclusões baseiam-se no coeficiente de Gini, indicador que mede a concentração de renda de um país.

Por isso, é importante analisar o desenvolvimento sustentável sob uma perspectiva multidimensional, que envolva não só a economia, mas também a ecologia, política, sociologia etc. Esta interação entre pessoas e áreas científicas é o ponto de partida da teoria do desenvolvimento baseada no capital social.

O conceito de capital social assume relevante papel na busca de um modelo de desenvolvimento da localidade, onde as interações entre pessoas, comunidades, instituições (públicas e privadas), poderes públicos (federal, estadual e municipal) são essenciais a essa proposta desenvolvimentista. É no local, no território, que o poder de replicação dos benefícios sociais apresenta-se de forma mais intensa e é mais bem percebido, quando comparado ao modelo econômico de acumulação de capital tradicional.

Até recentemente, a literatura econômica considerava que o conjunto de fatores que condicionava o crescimento econômico era: terra (capital natural), capital (financeiro) e trabalho (capital humano). Ou seja, ao longo dos anos, o enfoque econômico do desenvolvimento tem sido privilegiado (Pereira, 2007, p. 102).

A idéia de capital social é uma possível resposta, numa outra direção, ao conceito épico de sociedade citado por Coleman (1990) ao discutir a importância do capital social no desenvolvimento da localidade, qual seja: “Um conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivos a que chegam independentemente uns dos outros, cujo funcionamento do sistema social consiste na combinação destas ações independentes”.

Decorre daí a noção de que os membros da comunidade precisam agir de forma coletiva, com objetivos comuns e alicerçados numa estrutura social mais cooperativa, solidária e rica em laços de confiança.

O capital social não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura (Coleman, 1990, p. 302).

Para Wolfe (2002) a utilização do termo capital social indica que se trata de um ativo ou recurso especial, obtido através do envolvimento com a comunidade. Para o autor, a existência de capital social depende da capacidade de as pessoas associarem-se

umas as outras e em que medida suas normas e valores compartilhados permitem subordinar os interesses individuais aos interesses maiores da comunidade.

O ambiente conceitual de capital social permeia há algum tempo, com bastante desenvoltura, o campo das Ciências Sociais. A literatura disponível sobre o tema indica alguns autores como referências de destaque: Francis Fukuyama (1995), Robert Putnam (1996), Pierre Bourdieu (1998) e James Coleman (2000), dentre outros.

No meio acadêmico aceita-se pacificamente que o educador Lyda Judson Hanifan foi um dos primeiros a utilizar o termo capital social, em 1916, ao descrever os centros comunitários de escolas rurais do Estado de West Virginia, EUA, e detectar que a pobreza crescente era acompanhada pelo declínio das relações de sociabilidade e vizinhança entre os membros da população local, segundo Smith (2000).

Hanifan (1916) observou que a comunidade se beneficiava da cooperação de todos quando desenvolvia o hábito de se relacionar, seja por razões sociais, de lazer ou econômicas, e que este “capital social”, esta rede de relações, podia ser orientada para promover o desenvolvimento da comunidade.

A partir deste momento podemos passar facilmente da corporação empresarial para a social, ou seja, a comunidade, e podemos encontrar vários pontos de singularidade. Agindo sozinho o indivíduo é socialmente impotente. Mesmo a associação dos membros da própria família não consegue satisfazer esse desejo que todo o indivíduo normal tem de estar junto de seus companheiros, de fazer parte de um grupo maior do que a sua família. Se ele entrar em contato com seus vizinhos, haverá um acúmulo de capital social que poderá satisfazer suas necessidades sociais imediatamente e pode potencializar socialmente uma melhoria substancial da vida comunitária. A comunidade de maneira geral se beneficiará pela cooperação de todos os seus membros, enquanto que o indivíduo encontrará nas suas associações as vantagens da ajuda, da simpatia, e do companheirismo dos vizinhos. Assim, em primeiro lugar deve haver um acúmulo de capital social comunitário, que pode ser materializada por meio de entretenimentos públicos, piqueniques, e uma variedade de outros encontros comunitários. Quando as pessoas de uma determinada comunidade se familiarizarem e adquirirem o hábito de se reunirem ocasionalmente para entretenimento, relacionamento social e diversão, então, através de uma liderança hábil, este capital social poderá facilmente ser direcionado para uma melhoria geral do bem-estar da comunidade (Hanifan, 1916, p. 1)³.

Esta afirmação era uma referência à importância dos centros comunitários para o desenvolvimento das escolas agrícolas do seu estado natal. De forma irônica, Putnam (*apud* Santos, 2003), aponta o Estado de West Virginia com sendo o segundo pior em termos de capital social nos Estados Unidos atualmente.

³ Definitions of Social Capital in the Literature. Disponível em: www.analytictech.com/networks/definitions_of_social_capital.htm. Tradução livre do autor.

Assim, capital social é um ativo social e quando bem utilizado gera laços relacionais capazes de impulsionar o bem-estar da comunidade. É a idéia inicial de redes sociais de relacionamento que viabiliza a cooperação recíproca.

Jane Jacobs, urbanista, publicou em 1961 a obra denominada “A morte e a vida das grandes cidades americanas”, onde destacou a importância dessas redes informais nas grandes metrópoles, assim como sua relevância na formação do capital social e favorecimento da segurança pública. Segundo o autor, sempre que o capital social é perdido, independente da causa, os resultados produzidos com base nele começam a desaparecer, não sendo possível evitar tal situação, exceto se novo capital social for novamente produzido e acumulado.

Muitos pesquisadores atribuem também ao antropólogo sueco Ulf Hannerz (1969)⁴ importantes contribuições sobre o capital social, ao referir-se aos favores que os amigos e conhecidos faziam uns aos outros para se contentarem com a pobreza num bairro pobre e habitado por negros em Washington (EUA).

Contudo, foi Coleman (1990) um dos primeiros pesquisadores a contribuir eficazmente para uma definição do conceito. Muitos autores retomam as suas proposições teóricas quando estudam a importância do capital social no processo de desenvolvimento local. Em seu livro, “*Foundations of Social Theory*”, o autor apresenta seu conceito e os possíveis benefícios para a sociedade, decorrentes de seu uso e aplicação. Ele parte da noção de interdependência social. Ao não conseguirem agir isoladamente em várias situações, os indivíduos necessitam de colaboração que ao se materializar resulta em estabelecimento de relações que persistem no decorrer do tempo. As relações sociais consolidam-se quando as pessoas buscam utilizar seus recursos individuais para alcançar objetivos comuns.

O capital social é como um recurso sócio-estrutural, que deve ser definido pela sua função: as relações da estrutura social que facilitam a ação dos indivíduos que a ela pertencem. As ações tornam-se menos onerosas porque há capital social, que facilita a obtenção de informações úteis para os indivíduos. As informações são também uma forma de capital social, já que provêm da interação entre os indivíduos e facilitam o alcance dos seus objetivos (Coleman, 1990, p. 302).

Mesmo observando o capital social sob a perspectiva individual, Coleman o concebe como um atributo das estruturas sociais, que, por decorrerem de relações

⁴ *Soulside. Inquiries into Ghetto Culture and Community*. Disponível em <http://books.google.com.br>

também sociais, não pode ser controlado por um único ator, por isso, produz vantagens coletivas. Nesse sentido, o capital social possui um atributo de bem público.

Segundo Coleman (1990), no decorrer da década de 1970, o economista Glenn Loury (1977) introduziu o conceito de capital social com base em relações de confiança que maximizam o uso dos recursos individuais, proporcionando melhoria para toda a comunidade. Sem se aprofundar muito na definição conceitual, Loury utilizou o termo capital social como integrante dos recursos das relações de família e da organização da comunidade social, úteis para a evolução cognitiva e social de um jovem.

Loury (1977) utilizou o capital social para criticar as teorias neoclássicas de desigualdade racial de rendimentos e suas implicações políticas. Para o autor, as teorias econômicas ortodoxas eram excessivamente individualistas, com demasiada concentração no capital humano individual, além de focar a concepção de que o mercado de trabalho é um ambiente exclusivo que nivela as vantagens competitivas diante do atributo da capacidade.

Em decorrência da herança de pobreza herdada de seus pais e transmitida às gerações futuras, dos recursos materiais escassos, da educação formal pouco sólida, das fracas relações no mercado de trabalho e escassez de informações sobre as disponibilidades de oportunidades, Loury sugere alternativas para promoção da ascensão social dos negros.

A noção de meritocracia, a qual considera que numa sociedade livre cada pessoa ascende em decorrência de sua competência, choca-se com a observação de que ninguém percorre este caminho isoladamente. A arena social que se materializa esta situação sinaliza que nem todas as pessoas com competências equivalentes e que trilham o caminho da meritocracia conseguem os mesmos resultados, afirma Loury (1977). Assim, ele conclui que a questão da igualdade irrestrita de oportunidades é um ideal inatingível.

Pierre Bourdieu (1980), seguindo a linha conceitual de Loury, estabelece um elo entre capital social e ação coletiva, que engloba em sua definição um agregado de recursos reais ou potenciais ligados pela posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconexões permanentes e úteis ao conhecimento mútuo. Capital social, neste contexto, é uma noção teórica de utilização recente tanto pela literatura quanto pela sociedade, cuja criação está relacionada com a evolução conceitual do termo “capital”.

Apesar da similaridade em relação à abordagem de Coleman (inclusive no que diz respeito à sua relação com o capital humano, o qual Bourdieu refere-se como capital cultural), para Bourdieu (1980), existem diferenciações em pelo menos dois aspectos: uma concepção de capital social como um recurso individual (e não de uma determinada família, organização ou comunidade); e, a ênfase do aspecto simbólico (ligado à concepção de poder e de classes – uma influência claramente marxista), em detrimento do aspecto econômico (reputação dos atores, confiança em uma conduta esperada, um sistema de normas, regras e instituições etc.), afirma Santos (2003).

Bourdieu expande a noção de capital para além de sua concepção econômica, que enfatiza as trocas materiais, para incluir formas "imateriais" e "não-econômicas", especificamente, capital cultural e social. Ele explica como os diferentes tipos de capital podem ser adquiridos, trocados, e convertidos em outras formas. Porque a estrutura e a distribuição de capital também representam a estrutura natural do mundo social, Bourdieu argumenta que o entendimento das múltiplas formas de capital ajudará a elucidar a estrutura e o funcionamento do mundo social (Santos, 2003, p. 61).

Por sua vez, Uphoff (2000b) reconhece que o capital social auxilia a entender o surgimento e o porquê da localização e perpetuação da ação coletiva ao afirmar que: “Capital social é uma acumulação de vários tipos de ativos sociais relacionados com o psicológico, cultural, cognitivo e institucional, que aumentam o montante (ou a probabilidade) do comportamento cooperativo de benefício mútuo” (Uphoff, 2000b, p. 216).

Em seu trabalho, Uphoff (2000a), apresenta duas categorias de capital social: a estrutural e a cognitiva, ambas inter-relacionadas e estimuladoras do que conceitua como “*Mutually Beneficial Collective Action – MBCA*”, um tipo de ação intrínseca e mobilizadora de capital social.

A categoria estrutural está associada às “várias formas de organização social, particularmente regras, funções, experiências anteriores e procedimentos, bem como uma larga variedade de *networks* que contribuem para a cooperação” (Uphoff, 2000a, p. 2). Contempla, de forma objetiva, às instituições, normas formais (legislação, regulamentos) e os meios pelos quais se manifestam e compartilham as informações que facilitam a execução das ações coletivas e os processos de tomada de decisão.

Este tipo de capital associa-se às diferentes formas de organização social, por meio das normas legais, favorecendo o comportamento cooperativo. Como exemplos, podem ser citados o número de associações existentes numa localidade e as leis e

políticas públicas que viabilizam a interação entre os membros da comunidade, tendo como objetivo a eficácia do resultado da ação coletiva. Neste sentido, Uphoff (2000a), afirma que existem quatro funções que podem facilitar este tipo de capital: as pessoas trabalharem juntas; mobilização e gerenciamento de recursos; comunicação; e, a administração de solução de conflitos.

A segunda categoria, chamada cognitiva, manifesta-se por meio de normas morais, valores, atitudes e crenças que “derivam dos processos mentais e resultam de idéias reforçadas pela cultura e ideologia” (Uphoff, 2000a, p. 2). Diz respeito às concepções conceituais de teor mais abstrato e subjetivo. Esta categoria decorre da cultura e dos modelos mentais predominantes no grupo, em relação aos seus valores, atitudes, crenças, normas morais, os quais contribuem também para o comportamento cooperativo. Como exemplos destes valores têm-se a confiança, reciprocidade, solidariedade e a vontade de solucionar conflitos que, quando juntos e compartilhados pela comunidade, favorecem o bem-estar coletivo.

A principal diferença entre as duas categorias é que a forma estrutural do capital social é relativamente externa e objetiva. Por outro lado, capital social cognitivo diz respeito aos aspectos internos e subjetivos. As duas formas de interação, é claro, na prática, estão relacionadas. A distinção é feita de forma didática e analítica, de modo que o capital social possa ser mais bem compreendido no contexto de realidade local (Uphoff, 2000a, p. 2).

Qualquer que seja a categoria, a idéia central de Uphoff (2000a) sugere que o capital social predispõe as pessoas a agirem de forma compartilhada e coletiva, propiciando um comportamento cooperativo na comunidade. A tabela 1, abaixo, sintetiza o conteúdo das idéias de ambas as categorias.

Independente da categoria, o conceito de capital social está alicerçado numa premissa relacional não clássica, nas relações lateralizadas entre instituições, sociedade e poder público em seus locais de convivência, desprovidas de quaisquer vínculos de linearidade hierárquica, de verticalidade relacional. É o mesmo sentido que Bourdieu fazia numa aproximação teórica na década de 1980, ao afirmar que o capital social é composto por dois componentes básicos. O primeiro, diz respeito a um recurso que se encontra conectado a grupos e redes sociais. O segundo está ligado ao volume de capital social de determinado agente social, o qual varia de acordo com o tamanho das redes de conexões que o permeia e da eficácia do poder de mobilização deste volume de capital.

Tabela 1 – Categorias complementares de capital social

	Estrutural	Cognitiva
Fontes e manifestações	Papéis e regras	Normas
	Redes e outras relações	Valores
	Procedimentos e precedentes	Atitudes e crenças
Domínios	Organização social	Cultura cívica
Fatores dinâmicos	Ligações horizontais	Confiança, solidariedade,
	Ligações verticais	Cooperação e generosidade
Elementos comuns	Expectativas que conduzem ao comportamento cooperativo o qual produz benefícios mútuos	

Fonte: Uphoff (2000b, p. 221)

O capital social vem se fortalecendo no papel de conector entre a comunidade e seu desenvolvimento sustentável nos últimos anos, sendo considerado na atualidade como um novo tipo de capital que enriquecerá o estudo nos campos teórico e empírico. É a argamassa que liga as instituições entre si e as vincula ao cidadão, visando ao desenvolvimento da localidade. É compreendido como um fator endógeno com fortes ligações entre pessoas, comunidades e instituições, além de ser primordial para o desenvolvimento das áreas que apresentam fortes indicadores de desigualdades sociais e econômicos.

Depreende-se, a partir desta breve contextualização a importância do estudo do capital social, sua compreensão e aplicação como catalisador de um processo de mudança de uma realidade local, no contexto social brasileiro. Sob essa ótica, constitui-se numa vertente de análise das mais ricas, quando se leva em consideração à questão do desenvolvimento da localidade, em decorrência da necessidade de se superar a idéia de crescimento econômico como suficiente e potencialmente eficaz para a redução das desigualdades sociais.

Um registro importante de reconhecimento da contribuição do capital social no processo de desenvolvimento de uma região ou país foi feito pela Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD), que reúne os países mais desenvolvidos do mundo, através de seu relatório: “*The Well Being of Nations: The Role of Human and Social Capital*”, publicado em 2001, no qual afirma:

Nos últimos anos, testemunhou-se, também, o aumento da atenção para o papel do capital social, ao explorar a idéia de que as relações sociais, bem como seus atributos individuais, desempenham um papel fundamental na atividade econômica e no bem-estar do ser humano (OECD, 2001, p. 7).

Não existe uma definição única de capital social, tampouco é o propósito deste trabalho. Existe sim, uma convergência de concepção dos atributos essenciais a existência do capital social numa localidade. Neste sentido, a OECD faz menção a quatro grandes abordagens conceituais sobre o tema:

- 1) A literatura antropológica é a fonte para a noção de que os seres humanos têm instintos naturais para associação. Por exemplo, Fukuyama (1999) salienta a base biológica para a ordem social e as raízes do capital social na natureza humana.
- 2) A literatura sociológica descreve as normas sociais e as fontes de motivação humana. Ele enfatiza características da organização social como confiança, normas de reciprocidade e de redes cívicas.
- 3) A literatura econômica baseia-se no pressuposto de que as pessoas vão maximizar sua utilidade pessoal, decidindo a interagir com os outros e usar o capital social sobre os recursos para realizar vários tipos de atividades em grupo (Glaeser, 2001).
- 4) Uma vertente da literatura da ciência política enfatiza o papel das instituições, políticas e normas sociais para moldar o comportamento humano. Recente trabalho do Banco Mundial sobre a importância do capital social na redução da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável enfatiza os papéis dos arranjos sociais, da confiança e das redes para superação deste desafio (OECD, 2001, p. 40).

No relatório da OECD (2001), a definição de capital social engloba um conjunto de redes sociais com normas, valores e entendimentos que facilitam a cooperação dentro ou entre grupos. Essas redes dizem respeito ao comportamento objetivo dos atores sociais que participam da atividade associativa.

Quanto às normas, valores e entendimentos, estão relacionados com as disposições subjetivas e comportamentais dos indivíduos e grupos, assim como com as sanções e regras de comportamento, as quais são amplamente compartilhadas por todos os membros da localidade. O capital social assenta-se nas relações sociais e, na acepção de capital, pode ser concebido como um recurso a ser investido para fornecer um fluxo de benefícios. É também considerado como um produto herdado da cultura e do comportamento social, por isso, tem “social” e “capital”, em face de suas dimensões estarem sustentadas nas relações e não nos indivíduos, os quais, embora sejam também recursos, geram uma espécie de “vapor” de benefícios para a sociedade e não um capital social sólido, afirma a OCDE (2001).

Neste ambiente teórico-conceitual, Putnam (2001), define capital social como um conjunto de características percebidas na organização de uma entidade social, que pode ser uma região geográfica, uma empresa ou outro ente qualquer, desde que contemple relações entre pessoas, comunidades e instituições. Essas características são a confiança, as normas e os sistemas vigentes numa sociedade.

Vale registrar que essas regras e normas não são necessariamente encontradas na forma escrita. Dependem apenas da aceitação grupal, a quem cabe validá-las nas relações diárias entre seus membros. São, pois, lastreadas na confiança (ou recursos morais) que os indivíduos têm uns nos outros, afirma Putnam (2001).

Confiança pode ser vista como uma fonte e um resultado do capital social, além de ser um proxy próxima de muitas das normas, entendimentos e valores que sustentam a cooperação social. Confiança pode ser um bom substituto para a confiabilidade (permitindo desfasamentos temporais), mas a confiabilidade descreve o comportamento que resulta de uma multiplicidade de fatores, incluindo redes, valores e normas (OECD, 2001, p. 41).

Seja para Putnam, seja para a OECD, a confiança é fundamental para a formação do capital social. A relação de confiança pode acontecer entre pessoas do mesmo ambiente familiar ou profissional, entre estranhos com interesses coletivos comuns, instituições, ou, ainda, na interconexão entre todos esses entes. É possível afirmar que o capital social reside nas relações sociais confiáveis e cooperativas entre pessoas, instituições e/ou entre ambos, gerando um fluxo virtuoso de benefícios recíprocos, permitindo que pessoas, comunidades e instituições possam resolver, de forma coletiva e cooperativa, problemas comunitários desafiadores com mais facilidade e menos consumo de energia social.

Para tanto, Putnam (1993) sugere a formação de redes de engajamento cívico e de colaboração encontradas no norte da Itália como exemplo de repertório histórico das relações de cooperação existentes na região, que depois de ter provado seu valor num determinado momento do passado, estarão sempre à disposição dos cidadãos para servirem de modelo de cultura e comportamento para colaborações futuras.

Os estoques de capital social, como confiança, normas e redes, exigem auto-reforço e são cumulativos. Colaboração bem sucedida de um esforço constrói conexões e confiança sociais que facilitam a futura colaboração em outras tarefas não relacionadas. Tal como acontece com capital convencional, aqueles que têm capital social tendem a acumular mais – eles como têm, recebem. O capital social é o que o filósofo social Albert O. Hirschman chama de "recursos morais", isto é, um recurso cuja oferta aumenta e não

diminui através da utilização e que (ao contrário de capital físico) se esgota se não for utilizado (Putnam, 1993, p. 3).

Diante da riqueza do tema, vários são os estudos realizados sobre capital social, seja na área da Economia, Antropologia, Sociologia etc, cuja percepção conceitual é a mesma: diferenciam-se na forma, mas o conteúdo é semelhante. Como diz Pereira: “Tentar chegar a uma unificação sobre o conceito é tarefa difícil, pois os conceitos referem-se aos objetivos dos próprios pesquisadores e são orientados pelo seu valor instrumental” (Pereira, 2007, p. 103).

Desse modo e com objetivo enriquecer o debate conceitual sobre capital social, base do desenvolvimento sustentável, encontra-se no quadro 1, uma síntese revisional das definições de alguns dos principais autores que abordam o tema no mundo acadêmico.

Quadro 1 – Síntese de algumas definições de Capital Social

Autor	Definição	Benefícios
Robert Putnam	Refere-se aos aspectos da organização social, tais como redes normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo.	Individuais e coletivos.
Pierre Bourdieu	Conjunto de recursos reais ou potenciais resultantes do fato de pertencer, há muito tempo e de modo mais ou menos institucionalizado, a redes de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos.	Individuais e para a classe social a que pertencem os indivíduos beneficiados.
James Coleman	O capital social é definido por sua função. Não é uma única entidade, mas uma variedade de entidades tendo duas características em comum: elas são a forma de estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro desta estrutura social.	Resultam da simpatia de uma pessoa ou grupo social e do sentido de obrigação em relação a outra pessoa ou grupo social

Mark Granovetter	As ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais (<i>embeddedness</i>). As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos.	O capital social seria um bem público e um bem privado ao mesmo tempo.
John Durston	Correspondem ao conteúdo de certas relações sociais – aquelas que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação – que proporcionam maiores benefícios àqueles que o possuem.	De individual a social (de acordo com a tipologia de capital social).
David Robinson	Refere-se a um conjunto de recursos acessíveis a indivíduos ou grupos enquanto são de uma rede de conhecimento mútuo. Esta rede é uma estrutura social e tem aspectos (relações, normas e confiança) que ajudam a desenvolver a coordenação, cooperação e a produzir benefícios mútuos.	Benefícios comuns (que satisfaçam ao mesmo tempo o indivíduo e a coletividade, por meio de negociação)

Fonte: Extraído de Milani (2003, p. 16-18)

O conceito de capital social assenta-se num contexto de relacionamentos sociais, sendo que a maioria dos autores traz explícita ou implicitamente a confiança e a cooperação como alicerces da construção e utilização deste capital.

Neste ambiente social, Robert Putnam, é um dos estudiosos que mais se destacam na literatura internacional atualmente, como também um dos mais influentes, em função das pesquisas realizadas sobre as causas da desigualdade do

desenvolvimento entre o sul e o norte da Itália. Decorre, daí, o foco dado por esta proposta de trabalho à fundamentação teórica desenvolvida por este autor.

O cientista político Robert Putnam é apresentado como um “tradicionalista”, cuja obra seria tributária ao modelo utilitarista de Coleman. Putnam é hoje considerado a principal referência teórica na literatura sobre capital social. Higgins reconhece isso ao dedicar espaço considerável de seu trabalho à análise de suas obras. Segundo Higgins, Putnam toma como ponto de partida epistemológico o referencial colemaniano, desenvolvendo instrumentos empíricos para verificar em que medida o capital social pode ajudar a resolver os problemas da ação coletiva, no sentido de se obter cooperação social (Boeira e Borba, 2006, p. 2).

CONFIANÇA E COOPERAÇÃO

O tema principal da obra de Putnam “Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna” é a análise de como as instituições podem influenciar o comportamento político de uma região. O objetivo do autor era comprovar empiricamente a importância da chamada “comunidade cívica” para o desenvolvimento eficiente das instituições durante os novos governos regionais criados na Itália em 1979, afirma Kerbauy (1996).

Putnam e sua equipe iniciaram os trabalhos em 1970, com o intuito de estudarem as questões relacionadas à política italiana, no momento em que o governo começou a implementar uma reforma na constituição que criava as administrações regionais.

Os dados empíricos resultantes das pesquisas conduzidas pelo grupo mostram que o bem-estar, a acumulação de capital e a renda gerada não poderiam ser vistos como únicos fatores a determinar o bom funcionamento das instituições e o bom governo. As evidências empíricas não esclarecem se a modernidade é um dos fatores que incidem sobre o rendimento das instituições nas diferentes regiões ou se é o desempenho destas que favorece, de algum modo, a modernidade. Ou mesmo, cogitando-se outras possibilidades, se modernidade e rendimento não seriam influenciados por uma terceira força ou, ainda, se a conexão entre os dois fatores não seria bem mais complexa (Baiardi, 1997, p. 384).

Os estudos de Putnam originaram-se de uma preocupação em relacionar teoria e prática na análise das possíveis causas do desenvolvimento regional num processo democrático. A idéia de desconfiança inicial – que originalmente não era dele, mas sim, genericamente falando, de Weber e Schumpeter –, de que a reforma política e o desenvolvimento material, embora importantes, não são suficientes para garantir a saúde

das democracias nas dimensões política, social e econômica deram suporte aos estudos de Putnam. Seria desejável a sincronia de dois processos: o de descentralização do poder e o do despertar da coletividade. O desafio posto para Putnam e os demais pesquisadores pode ser assim resumido:

A dependência do percurso significa que a história conta. Não se pode compreender as escolhas de hoje (nem definir os momentos nos quais se criam os modelos de rendimento econômico) sem traçar a evolução incremental das instituições. Mas se está somente no início desta exploração das implicações do percurso histórico... as restrições informais contam. Há necessidade de conhecer melhor as normas de comportamento que derivam da cultura e do modo de interagir com os regulamentos impostos oficialmente, com a finalidade de atingir respostas melhores a estes problemas. Apenas, se está começando um estudo sério das instituições. North (*apud* Baiardi, 1997, p. 399).

Uma das principais questões neste momento, todavia, diz respeito ao corte teórico temporal que deve ser feito para balizar o atual debate, visando a dar um direcionamento mais restrito à discussão no campo das ciências humanas⁵. Dentre as várias possibilidades, adotar-se-á, como outros trabalhos assim já o fizeram, o corte fornecido por Woolcock (1998). Segundo ele foi Jacobs, em 1961, com a obra *The Life and Death of Great American Cities*, que apresentou à sociedade o significado contemporâneo de capital social.

Para Woolcock (1998) existem muitos candidatos a fundadores do conteúdo e do espírito de capital social, todavia no sentido que o tema é utilizado atualmente ele destaca a importante contribuição de Jacobs (1961), que trata das redes de relações como capital social insubstituível de uma cidade. Sem estas redes ou se elas deixarem de existir a renda da cidade desaparece e não retorna mais, exceto se novo capital social estruturado em redes for restabelecido.

Há uma convergência na literatura sobre capital social que Passeron (1970), Loury (1977) e Bourdieu (1990) sucederam Jacobs no desenvolvimento e ampliação do conceito, porém, foi na década de 1990 que ele foi amplamente utilizado por autores da estirpe de Coleman, Burt, Porte e Putnam, principalmente. Cada um com suas características pessoais e acadêmicas e utilizando-se de um conjunto teórico geral (baseado em normas, sistemas e redes de relações de confiança e reciprocidade) contribuiu para uma iniciativa coletiva ampla e mutuamente benéfica, seja para as pessoas isoladamente seja para a coletividade.

⁵ Vários autores informam a origem da idéia de Capital Social: David Hume, Marcel Mauss, Alexis de Tocqueville, Thorstein Veblen, Ferdinand Tonnies, dentre outros.

A idéia de Putnam (1996) sobre capital social refere-se às práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos de uma determinada sociedade. É um sistema de participação que estimula a cooperação. Quanto maior a capacidade de os cidadãos confiarem uns nos outros, maior o número de possibilidades associativas numa sociedade e maior será o volume de capital social acumulado na comunidade.

Segundo o autor, a natureza da vida cívica tem papel central na análise da questão italiana, cujo objetivo era investigar as causas das desigualdades entre o norte e o sul da Itália. “A comunidade cívica se caracterizaria por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração”, afirma Putnam (*apud* Kerbaux, 1996, p. 296).

Desse modo, o capital social está intimamente relacionado à existência das redes, está sustentado em relações institucionais, sociais e locais de convivência, cujos resultados são mais ricos e produtivos quando se busca estabelecer melhores e mais equilibradas condições para o desenvolvimento social e econômico da localidade.

Capital social é um conjunto de características da organização social, onde se inclui as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação. Quando existente em uma região, torna possível a implementação de ações colaborativas, benéficas para toda a comunidade. Fatores sócio-culturais, como tradições cívicas, capital social e cooperação têm papel decisivo na explicação das diferenças regionais, afirma Putnam (1996).

A abordagem acerca do capital social, segundo Putnam, refere-se à natureza e extensão do envolvimento de um indivíduo nas várias redes informais e nas organizações cívicas formais. Desde o contato com os vizinhos, a participação em atividades recreativas até a filiação a partidos políticos ou organizações sociais, o capital social é usado, neste sentido, como um conceito que caracteriza as muitas e variadas maneiras pelas quais os membros de uma comunidade interagem.

Busca-se, assim, estabelecer o elo entre a construção teórica do capital social e sua aplicação empírica. Estas ligações são relevantes pelo fato da imprescindibilidade que permeia o tema nos campos do saber-dizer e saber-fazer, quando de sua utilização. A importância dessas ligações vincula-se ao reconhecimento de se considerar a estrutura e as relações sociais como fundamentais para se compreender e, se possível, intervir sobre a realidade socioeconômica analisada.

O estudo empírico desenvolvido por Robert Putnam (1996) disponibilizou a matriz das idéias mais difundidas em relação ao conceito de capital social. Ele buscou compreender mais profundamente quais os fatores que efetivamente contribuíram para o desempenho dos governos regionais italianos. Esta política tinha o objetivo de minimizar as desigualdades regionais entre o norte da Itália, muito evoluído e o sul, pouquíssimo desenvolvido, ou melhor, muito empobrecido, além de buscar criar condições de eficiência de políticas econômicas e sociais mais eficazes através dos governos regionais.

Putnam verificou que o impacto das tradições cívicas foi maior no desenvolvimento socioeconômico (em termos de industrialização e saúde pública) do que no desenvolvimento do civismo. Suas conclusões mostraram-se muito influente e determinante no desenvolvimento social e econômico de uma região. Assim, mantendo-se constante as tradições culturais, o civismo sinaliza ser um melhor indicador do que o do nível de emprego. Por isso, ele sugere ser preferível conhecer as condições culturais de uma região na década de 1900, por exemplo, para projetar o emprego na década de 1970, do que o inverso.

A economia não serve para prognosticar o civismo, mas o civismo serve para prognosticar a economia, mais até do que a própria economia. Portanto, as possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico de uma região neste século dependem menos do seu potencial sócio-econômico do que seu potencial cívico (Putnam, 1996, p. 166).

Putnam (1996) é enfático quanto ao papel das tradições cívicas no caso italiano, ao afirmar que ajudam a explicar porque o norte conseguiu reagir mais eficazmente do que o sul aos desafios e as oportunidades dos séculos XIX e XX. Esta ênfase assenta-se nos mecanismos institucionais, nas normas e nos sistemas de participação cívica. Reconhece, todavia, que seria até ridículo supor que as tradições cívicas examinadas sejam o único, ou, o mais importante fator determinante da prosperidade econômica do norte italiano. Para o autor é necessário estudos mais aprofundados para verificar e confirmar a argumentação histórica entre o nexos economia/civismo.

A argumentação utilizada por Putnam baseia-se no que ele chama de “poder das continuidades históricas para identificar o desempenho institucional” na combinação em determinados momentos dos círculos viciosos e virtuosos. Cada círculo delinea uma qualidade de potencial cívico, a qual é reforçada durante círculos virtuosos e desestimulada durante círculos viciosos.

Para Putnam (1996), as características da comunidade cívica são:

- participação cívica: disposição do cidadão para a busca do bem comum, à custa do puramente individual e mesquinho (referendos X voto preferencial);
- igualdade política: os cidadãos agem como iguais, não como patronos e clientes ou como governantes e requerentes (referendos X voto preferencial);
- solidariedade, confiança e tolerância: nesta comunidade os cidadãos são prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros; e,
- associações: são estruturas sociais que incentivam e viabilizam a cooperação (clubes e associações: desportivos, recreativos, atividades culturais, científicas, técnicas, profissionais etc.).

Capital social significa um estoque de relações sociais compromissadas numa comunidade que se solidifica através da cooperação e confiança mútuas, afirma Putnam (1996). Os desafios coletivos são superados quando se tem “um bom estoque de capital social”, imprescindível à construção de instituições formais e à melhoria da eficiência econômica da comunidade. Os estoques de capital social, baseados na confiança, normas e sistemas de participação tendem à acumulação e reforçam-se mutuamente, facilitando o funcionamento dos círculos virtuosos, cujos objetivos são o equilíbrio social e o bem-estar da coletividade.

Na concepção de Putnam (1996), a essência do capital social são as relações de confiança e cooperação. Estas relações de confiança promovem a cooperação, ou, no mínimo, aumentam a probabilidade de que ocorra com mais frequência, pois para haver estoque de capital social faz-se necessário um ciclo virtuoso de confiança e cooperação. “A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente”, afirma Putnam (1996, p. 180). Confiar é desejar e esperar que o ator social prefira concretizar um fazer em relação apenas a intenção de fazer. Ele considera que a confiança é um componente básico do capital social, mas não o único, tendo em vista que sugere outros igualmente importantes, como as normas e as cadeias de relações sociais.

Mas é indiscutível que a confiança é essencial. Com o objetivo de visualizar a questão e ilustrar seu raciocínio, Putnam cita uma parábola de David Hume, filósofo escocês do século XVIII:

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua. Hume (*apud* Putnam, 1996, p. 174).

Partindo do exemplo dessa parábola é possível deduzir que ambas as partes seriam beneficiadas se cooperassem mutuamente. A questão central diz respeito à confiança entre as partes para concretizar o acordo. Como garantir que o auxílio será retribuído? Ou, como saber se a outra parte confia em você, na sua palavra? Afinal, confiança é uma rodovia de mão dupla, pois além de confiar no outro é preciso ter convicção de que você goza da confiança do outro.

No entendimento da equipe liderada por Putnam, o bom rendimento de todas as instituições da vida social – indo dos mercados internacionais de crédito aos governos locais até as filas das paradas de ônibus – depende da solução de problemas relacionados com a falta de confiança. Se por este motivo, os atores não são capazes de exercer uma ação coletiva, de trocar empenhos recíprocos, põem a perder as ocasiões nas quais poderiam tirar vantagem (Baïardi, 1997, p. 392).

Alicerçado na convicção e necessidade de que a confiança mútua é um instrumento que pode viabilizar o capital social e o conseqüente desenvolvimento da comunidade, é necessário encontrar um caminho que auxilie e fortaleça a criação de relações sociais assentadas nesse valor.

Uma possível alternativa é a aplicação de pena para o descumprimento dos acordos. Claro que essa punição deve ser aplicada por um terceiro, que não faça parte da relação social, afirma Abramovay (2000). A cooperação, sem dúvida, decorre de alguma forma de pressão, constrangimento, enfim, do que a sociologia chama de controle social.

Porém, a não cooperação, a presença de desconfiança, anomia e a precariedade dos sistemas de participação podem reduzir os estoques existentes de capital social e reforçar as relações de uma comunidade não-cívica. Devem existir sanções sociais pela

conduta não cooperativa, mas elas só serão eficazes se houver recursos morais capazes de pressionar a ação coletiva da comunidade em prol da confiança e cooperação recíprocas.

Quanto à possibilidade de se poder encontrar resistência por parte dos membros participantes da comunidade, Abramovay (2000), resgata o famoso Dilema do Prisioneiro⁶. Um exemplo clássico da Teoria dos Jogos, que procura demonstrar, através de um jogo com dois participantes, qual a decisão que cada um dos jogadores pode tomar. Interesses imediatos dos indivíduos contrapõem-se à alocação socialmente ótima dos recursos.

A confiança é primordial no contexto da formação do capital social, pois está na raiz de uma construção relacional e não deve se restringir a uma relação fechada entre indivíduos de uma mesma família ou grupo isoladamente, mas sim, entre pessoas, grupos, comunidades e instituições que tenham um objetivo comum. Nesta perspectiva, a confiança desloca-se do eixo de parentesco do núcleo familiar existente, principalmente em comunidades pequenas e fechadas, para um contexto abstrato, geral e focado no futuro.

⁶ Dois prisioneiros foram acusados de colaborar em um crime. Eles estão em celas separadas e não podem se comunicar um com o outro. A cada um deles foi pedido que confessasse o crime. Se ambos os prisioneiros confessarem, cada um receberá uma pena de cinco anos de prisão. Se nenhum deles confessar, será difícil obter provas do crime, portanto os prisioneiros teriam sua pena reduzida para apenas dois anos cada um. Por outro lado, se apenas um dos prisioneiros confessarem, o que confessou receberá uma pena de apenas 1 ano, enquanto o outro passará dez anos na prisão.



		Prisioneiro B	
		Confessa	Não confessa
Prisioneiro A	Confessa	-5, -5	-1, -10
	Não confessa	-10, -1	-2, -2

A figura acima mostra a chamada “matriz de *pay-offs*”, isto é, a matriz de recompensas (positivas e/ou negativas) com a qual os prisioneiros se defrontam para tomar sua decisão de confessar ou não o crime. Como mostra a matriz, todas as recompensas possíveis são negativas. Os prisioneiros enfrentam um dilema. Se eles pudessem ambos entrar em um acordo de não confessar, então cada um deles iria para prisão por apenas dois anos. Mas eles não podem conversar entre si, e mesmo que eles pudessem, eles poderiam confiar um no outro? Se um deles não confessar, ele arriscará ser trapaceado por seu antigo comparsa. Afinal, não importa o que o Prisioneiro A faça, o Prisioneiro B leva vantagem confessando, e vice-versa. Os prisioneiros provavelmente acabam confessando e vão para a prisão, sendo condenados a cinco anos cada. (Santos, 2003, p. 28)

É errado tratar a confiança apenas em termos de expectativas psicológicas, “jogos repetidos” ou como condição sustentada apenas enquanto sirva os propósitos das pessoas em interação – por exemplo, para reduzir custos de transação – e da qual elas desistirão assim que não sirva mais seus propósitos. Smelser (*apud* Abramovay, 2000, p. 6).

Capital social, na concepção de Putnam, diz respeito aos sistemas sociais que o envolvem e são influenciados ativamente pelo nível de confiança e cooperação entre os diversos atores que atuam na comunidade. O papel desempenhado por esses agentes sociais de mudança nos processos de escolha e apresentação das alternativas para os desafios encontrados pela comunidade é fundamental para os alicerces de um ambiente de confiança e cooperação recíprocas. O grau de confiança que existe entre os atores sociais de uma comunidade solidifica o comportamento cívico e o nível de associatividade comunitário, essenciais à formação e acumulação de capital social.

Nas complexas sociedades contemporâneas, o senso de confiança que precede a cooperação e a formação do capital social tem duas origens estreitamente ligadas entre si: 1) as normas que regulam a reciprocidade e 2) as redes de empenho cívico. As normas reguladoras da reciprocidade funcionam com o objetivo de reduzir custos e obstáculos ao bem comum e, em geral, surgem inicialmente prevendo uma troca de apoio balanceada, com objetivo bem definido, evoluindo posteriormente para a cooperação generalizada. Este ponto de mutação se dá quando se difunde a certeza de que, qualquer que seja o novo campo da cooperação, o risco de exploração dos que iniciarem o processo de engajamento voluntário será sempre menor (Baiardi, 1997, p. 394).

A participação ativa dos agentes sociais, alicerçada na confiança e cooperação, é capaz de promover mudanças comportamentais que podem alterar códigos e características culturais até aquele momento consolidadas na comunidade, fortalecendo a prática do conceito de capital social em benefício da coletividade. O capital social apresenta-se, dessa forma, como uma alternativa para a solução dos desafios comunitários.

Abramovay (2000, p. 5) cita os trabalhos de Axelrod (1997) com o objetivo de por abaixo o mito da impossibilidade da ação cooperativa: “A cooperação baseada na reciprocidade pode evoluir e sustentar-se inclusive entre atores egoístas, desde que haja perspectiva suficiente de uma interação no longo prazo”. Este aparente paradoxo está no fato de a cooperação ocorrer mesmo quando não há “um Leviatã pronto para punir a deserção”, afirma o autor.

Para reforçar esse entendimento, Putnam (*apud* Abramovay, 2000), cita exemplos que vão de uma aldeia em Ibo na Nigéria até os fundos rotativos animados

por certas organizações internacionais de desenvolvimento, passando, inclusive, pelas regiões “cívicas” do norte da Itália.

Sabe-se que a confiança por si só não é necessariamente é um atributo de nobreza nas relações sociais. Mecanismos de comercialização como a “venda na palha”⁷ no Nordeste ou organizações como a Máfia estão certamente apoiados em laços de confiança, cuja particularidade, entretanto, explica Putnam (2001), reside na verticalidade dos contatos e, portanto, no desequilíbrio entre as partes.

A confiança que dá suporte ao conceito de capital social não está baseada nas relações de verticalidade, como no caso das organizações criminosas (conseqüência do desequilíbrio entre as partes), mas na reciprocidade existente nas relações de horizontalidade, fundamental para a formação de capital social.

Um sistema *vertical*, por mais ramificado e por mais importante que seja para seus membros, é incapaz de sustentar a confiança e a cooperação sociais. Os fluxos de informação *verticais* costumam ser menos confiáveis que os fluxos *horizontais*, em parte porque o subalterno controla a informação para precaver-se contra a exploração. E o que é mais importante, as sanções que resguardam as regras de reciprocidade da ameaça do oportunismo dificilmente são impostas de baixo para cima e, ainda que o sejam, dificilmente são acatadas. Somente um subalterno ousado e imprudente, sem vínculos de solidariedade com seus iguais, tentaria punir um superior. Putnam (*apud* De Franco, 2001, p. 108).

As relações de verticalidade caracterizam-se pela dependência, diferente das interações de horizontalidade, as quais estão assentadas na reciprocidade. No primeiro tipo de relação, observa-se que aquele que se encontra numa posição hierárquica superior (empregador, político, autoridade pública etc) pode agir com oportunismo e exploração, direcionando, muitas vezes, o comportamento de quem se encontra numa posição inferior para a indiferença cívica.

⁷ Há um vasto segmento da agricultura familiar brasileira que não consegue afirmar-se economicamente em virtude do ambiente social que a vincula ao mercado. É o que ocorre, sobretudo nas áreas mais pobres do Nordeste, onde ainda são importantes os mecanismos de comercialização como os de "venda na palha", que ligam as famílias a um comerciante (bodegueiro ou atravessador) que se torna o destinatário natural dos resultados do trabalho agrícola. Mas é o que ocorre sempre que no ambiente local e regional as famílias têm reduzidas margens de escolha na comercialização de seus produtos, na obtenção de financiamentos, na compra de insumos e no acesso à informação. Nos poucos casos em que o crédito agrícola formal chega a estas famílias, não só a resposta em termos de produção é imediata, como também – mesmo nos produtos convencionais – é nítida a elevação da renda: é que neste caso, a família consegue emancipar-se do círculo de dependência clientelista a que está ligada e, por aí, abre a via para inserir-se em mercados competitivos – mesmo que sejam nos produtos que vinham praticando até então. Fonte: Abramovay, Ricardo. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada – volume 4, n° 2, março 2000.

Daí não ser possível a consolidação das relações de reciprocidade horizontal, que é o elemento decisivo pelo qual o capital social gera instituições propícias à participação cívica, num ambiente de desequilíbrio social nas relações.

A presença hegemônica e a grande influência de organizações estruturadas rigidamente e em modo hierárquico, como a Máfia e a Igreja, exercem um papel inversamente proporcional às iniciativas de estruturação de organizações horizontais e não contribuem para o bom governo. Nestas sociedades menos cívicas, a lógica da ação coletiva, de acordo com Olson (*apud* Putnam, 1994), aponta para que os pequenos grupos estejam mais preocupados em se unir para formar lobbies do que contribuir para o melhoramento da sociedade (Baiardi, 1997, p. 396).

Os estudos de Putnam concluem que a confiança exerce a função de um farol na escuridão, é um guia para a ação coletiva e cooperativa, além de ser impulsionadora do acúmulo de capital social na comunidade. Para o autor, ela é responsável, também, pela diminuição das transgressões sociais e pelo redimensionamento positivo do espaço social de incerteza e de indiferença cívica, facilitando a longevidade cooperativa das ações coletivas.

Categorias como desempenho institucional, engajamento cívico e capital social, adquiriram alto poder explicativo para os desequilíbrios regionais e sociais e um nexos de funcionalidade com manifestações culturais do tipo maior colaboração entre iguais e horizontalidade das instituições. No âmbito da economia também foi observado que a eficiência e a produtividade dependem do grau de responsabilidade recíproca e do nível de engajamento cívico. De outro modo, as instituições, os serviços e a economia funcionam tanto melhor quanto maiores tenham sido no passado remoto e próximo as experiências da população de uma região. Formas avançadas de vida comunal, solidariedade, filantropia, co-gestão dos recursos naturais, etc., formam um capital social que funciona como uma acumulação original para a modernidade (Baiardi, 1997, p. 402).

Analisando-se a experiência italiana, Putnam chega a um elevado grau de generalização em se tratando do desempenho das sociedades democráticas: “As normas e os sistemas de participação cívica contribuem para a prosperidade econômica e são por sua vez reforçados por essa prosperidade” (Putnam, 1996, p. 190). Assim, é importante estimular a ação coletiva com base no capital social, por se tratar de um importante caminho para o desenvolvimento sustentável.

Depreende-se das conclusões da pesquisa de Putnam que o senso cívico e o respeito ao bem público são essenciais a um modelo de desenvolvimento mais equilibrado, socialmente mais justo e indutor de um melhor funcionamento das instituições e dos serviços públicos em geral.

O trabalho de Putnam tem provocado reflexões e novas pesquisas por ter trazido à discussão a importância de se praticar valores cívicos e comunitários, com o objetivo de se estabelecer as condições de mudança de uma realidade socioeconômica. Acrescente-se, ainda, o fato de ter recolocado no ambiente acadêmico o debate sobre alguns conceitos clássicos, tais como: civismo, comunitarismo, individualismo e modernidade.

O êxito das mudanças institucionais está relacionado às restrições que a história e o contexto social impõem, influenciando as perspectivas de um governo eficaz e responsável, o que explicaria não apenas o caso italiano, mas procuraria responder aos desafios da democracia moderna (Kerbaui, 1997, p. 297).

Embora reconheça o potencial das diferentes visões e posicionamentos sobre o capital social na literatura disponível, o objetivo deste instrumento de pesquisa não é finalizar este debate em si, mas, sobretudo, ampliar esta discussão ao lado de novas pesquisas e pesquisadores na busca de novas evidências teóricas e empíricas que possam corroborar para a relevância deste tema no processo de desenvolvimento da localidade.

CRÍTICAS À OBRA DE ROBERT PUTNAM

A obra de Putnam, apesar de ser considerada por muitos autores como um “novo clássico” das ciências sociais e ser responsável por uma renovada fase de estudos e pesquisas empíricas sobre civismo, democracia, desenvolvimento e desempenho institucional, é alvo de críticas, sobretudo, por parte de alguns acadêmicos italianos.

Ao tratar da história complexa e milenar da Itália de forma rápida (em apenas um capítulo) para explicar as diferenças de civismo nas várias regiões do país, Putnam incorre em inferências imprecisas que levantam o clamor e o protesto de historiadores italianos. De acordo com Tarrow (1996), sua imagem do norte medieval e das cidades estados como um protótipo de republicanismo é telescópica, para dizer o mínimo. Fernandes (*apud* Santos, 2003, p. 46).

Enquanto Putnam preocupa-se primordialmente em medir o capital social através de indicadores, correlacionando-os com os de desenvolvimento econômico e institucional, seus críticos apontam para a necessidade de uma reaproximação entre os

aspectos político, econômico, social e histórico numa análise das causas do desenvolvimento de uma região.

Na perspectiva denominada tradicionalista, Putnam é interpretado como um autor que rejeita o hobbesianismo estrutural da força do Estado à medida que o considera uma saída muito custosa e pouco eficiente para atingir um equilíbrio estável na sociedade. Apela à confiança, na forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação, como solução motivacional mais relevante. Segundo a crítica de Higgins, o principal problema desta perspectiva está no fato de atribuir "pouca chance de intervenção à iniciativa das burocracias estatais (institucionalismo) na criação da confiança social", além de levar a pensar que o capital social é uma solução quase misteriosa nas profundezas da história de um povo (Boeira e Borba, 2006, p. 3).

Esse entendimento pode engessar o conteúdo e a utilização do capital social, segundo os críticos de Putnam, por se pautar numa tese bastante discutível do ponto de vista sociológico, a qual prega a existência de um determinismo histórico sobre a atual capacidade organizacional de um povo. Afirmam que, para Putnam, só é possível acumular capital social aquela comunidade que tenha uma perene tradição de solidariedade, cooperação e associativismo.

Desse modo, a definição de Putnam que considera que as redes sociais e o capital social contribuem para o engajamento cívico, vem, também, sofrendo críticas, principalmente quando se percebe que até o "bridging", isto é, o bom capital social pode gerar efeitos colaterais altamente negativos para o conjunto da sociedade, afirma Frey (2003).

O ciclo virtuoso entre engajamento cívico, confiança e a sociabilidade cooperativa é uma questão mal colocada por Putnam, afirma Uslaner (*apud* Matos, 2008). Para o autor não faz sentido confiar gratuita e facilmente em estranhos, pelo contrário, a confiança é o resultado do compartilhamento progressivo e apreendido de valores.

Para alguns críticos é admissível a formação de capital social com efeitos negativos. Neste sentido, Etzioni (*apud* Frey, 2003) menciona alguns exemplos ilustrativos e as possíveis implicações de uma aliança entre a máfia siciliana (que por sua vez é uma ponte entre cinco comunidades) e as máfias russas e israelenses. Tem-se aí um exemplo de capital social capaz de criar conectividade, através da confiança, entre diferentes grupos sociais sem, entretanto, gerar necessariamente liberdade, tolerância e igualdade. Dessa forma, não se pode falar em fortalecimento das comunidades, tampouco em possibilidades de transformações sociais.

Assim, é indispensável "analisar os mecanismos pelos quais novas culturas morais são formadas, e estudar o que vai impedi-las de perseguir valores que são incompatíveis com uma sociedade livre e justa" Etzioni (*apud* Frey, 2003, p. 180). Este é um exemplo sintomático de sociabilidade gerador de efeitos contraditórios, de males públicos.

Por isso, o meio acadêmico italiano, principalmente, faz críticas à fundamentação teórica de Putnam, em função do viés positivista de suas análises quantitativas, assim como pela seleção das variáveis estudadas, excluindo algumas importantes categorias e processos sociais, tais como: poder, conflitos, etnia, gênero, redes (relações público-privado), fato que privilegia variáveis com teor fortemente estatístico.

Contudo, Putnam reconheceu as limitações de suas conclusões decorrentes da pesquisa italiana num trabalho posterior, quando da realização de sua última pesquisa sobre o declínio do capital social americano, ao, aparentemente, recuar de seu excessivo determinismo cultural. Segundo Santos (2003), nesta pesquisa, Putnam afirmou que as políticas públicas também podem ser fontes de mudança social.

Abu-El-Haj (*apud* Santos, 2003, p. 47) também observa que "a associação do capital social à herança cultural inquietou a grande maioria dos pesquisadores". Uma das principais questões deixadas em aberto por Putnam e ainda pouco explorada é se o Governo influencia (em qual dimensão?) ou não na formação do estoque de capital social numa comunidade ou região.

Estudos recentes identificam pelo menos quatro conseqüências negativas do capital social: exclusão dos não membros; exigências excessivas aos membros do grupo; restrições a liberdade individual; e, normas de nivelção descendentes, afirma Matos (2008). Putnam aplica a mesma ferramenta, o capital social, como panacéia para entender e descrever os problemas cívicos, políticos e comunicacionais de uma comunidade, afirma Skocpol (*apud* Matos, 2008). "Do ponto de vista histórico, Skocpol vê a tese de Putnam como superficial e ingênua por conter erros sobre o desenvolvimento do voluntariado na America" (Matos, 2008, p. 29).

Continuar este debate é mais um desafio dos estudiosos, seja aprofundando o modelo teórico, seja realizando novas pesquisas empíricas para se comprovar (ou não) a relevância do capital social no processo de desenvolvimento socioeconômico da localidade.

EMPODERAMENTO E REDES

Para Woolcock (1998) o fator tecnológico permeia todas as épocas, adquirindo mais relevância na atualidade e afirma que ele gera mais complexidade no dia-a-dia das sociedades, exigindo novas formas de organização e de relações socioeconômicas⁸.

Assim, a chamada “nova sociologia econômica⁹” evoluiu para o conceito de capital social como normas e redes que facilitam a ação coletiva e coordenada em prol do benefício mútuo. As estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor, assevera Abramovay (2000). Francis Fukuyama estabeleceu também interessantes relações entre capital social e redes.

As corporações centralizadas e autoritárias têm fracassado pela mesma razão que levou ao fracasso os estados centralizados e autoritários: elas não conseguem lidar com os requisitos informacionais do mundo cada vez mais complexo que habitam. Não é por acaso que as hierarquias começaram a ter problemas precisamente ao mesmo tempo em que as sociedades em todo o mundo estavam fazendo a transição de formas de produção industriais para formas de alta tecnologia e baseadas na informação (Fukuyama, 2000, p. 205).

Estudiosos trabalhando com ambas as tradições conceituais concordam que é importante reconhecer que o capital social não é uma entidade única, mas sim de natureza multidimensional. O capital social é, freqüentemente, definido em termos dos grupos, redes, normas e confiança de que as pessoas dispõem para fins produtivos (Grootaert *et al*, 2003).

Buscando avaliar a importância das redes e suas formas de participação, Grootaert *et al* (2003), adotam uma distinção do capital social formado por “redes de

⁸ A idéia de capital social também vem se difundindo com outros nomes: recursos intangíveis (Veblen, 1908), energia social (Hirschman, 1958; Uphoff, 1992; Evans, 1995), capacidade social (Ohkawa and Rosovsky, 1973), sociabilidade (Hirsch, 1976; Fukuyama, 1995), recursos orais (Hirschman, 1984) e laços/redes (Granovetter, 1973; Powell and Smith-Doerr, 1994). Está implícita em estudos de vários “grupos econômicos” (Macauley, 1963; Leff, 1976; 1978; Bem-Porath, 1980) e, mais recentemente, em inovadores trabalhos de economistas e historiadores econômicos (Abramovitz, 1986; Becker, 1996; Greif, 1993; 1994; Morris, 1995; Platteau, 1994; 1996). Dois grupos de economistas independentes estão atualmente explorando modos de incorporar normas e valores em teorias ortodoxas de crescimento e desempenho organizacional. Ver Bem-Ner e Putterman (1977) e os trabalhos produzidos sob a égide da Fundação MacArthur, que está patrocinando seminários sobre desigualdade, gênero e sobre a evolução dos valores e preferências (Gintis, 1995) (Woolcock, 1998).

⁹ A principal característica da Nova Sociologia Econômica, que ganha prestígio crescente nos Estados Unidos e na Europa, é estudar os mercados não como mecanismos abstratos de equilíbrio, mas como construções sociais. Esta orientação, longe, entretanto, de opor-se aos procedimentos da ciência econômica é também partilhada por alguns dos seus mais importantes expoentes (Abramovay, 2004).

ligação”, baseado nos laços entre pessoas e grupos que compartilham características idênticas, por exemplo: familiares, vizinhança, amizade, coleguismo (trabalho) etc, do formado por “redes pontes”, cujas pessoas não compartilham dessas características.

Mais recentemente surgiu um terceiro tipo de rede chamado de “conexão”, segundo Woolcock (*apud* Grootaert *et al*, 2003). Neste caso, os laços são mantidos em decorrência de um posicionamento de autoridade no meio social, como os representantes de instituições públicas, privadas e demais pessoas que detenham autoridade junto a um determinado grupo social.

Enquanto o capital social de ponte, como a metáfora sugere, é essencialmente horizontal, (isto é, conecta as pessoas de posição social mais ou menos igual), o capital social de conexão é mais vertical, uma vez que liga as pessoas aos recursos políticos, sociais e econômicos numa linha vertical, isto é, entre diferenciais de poder (Grootaert *et al*, 2003, p. 7).

Para esses autores, o que delimita as fronteiras entre esses tipos de rede varia a depender do contexto social. Destacam, ainda, a importância dessas fronteiras, principalmente no campo político, sendo, por isso, importante identificar onde se situam e como são construídas e mantidas as referidas redes. O debate sobre o surgimento das “redes” permeia as mais diversas áreas de estudo: geografia econômica, administração, economia, sociologia, ocasionando uma diversidade de conceitos, tornando-o abrangente e, de certa forma, complexo (Pereira, 2007).

Não se trata de um conceito novo, mas seu uso atualmente tem sido influenciado pelo conjunto de pesquisas e estudos do comportamento social no contexto de desenvolvimento sustentável.

A relevância do conceito de rede decorre, em grande medida, da dinâmica econômica contemporânea, decorrente da intensificação da concorrência, gerando múltiplas formas de competição, cooperação e alianças estratégicas, como também provenientes das novas tecnologias da informação e comunicação, desmaterializando as fronteiras geográficas entre nações, cidades e regiões (Pereira, 2007, p. 122).

Ao se considerar uma rede não um tipo de organização formal, mas sim capital social, tem-se muito mais discernimento sobre sua função econômica. Por esta visão, uma rede é uma relação moral de confiança existente num grupo de pessoas, cujas normas e valores vão além dos necessários às transações habituais de mercado. As redes auto-organizadas têm mais probabilidade de ser estabelecidas quando as pessoas

participam de outras instituições comunitárias fortes e não estão divididas por classes, etnias, religiões, raças ou quaisquer outras categorias, afirma Fukuyama (1996).

Em particular, Granovetter (1973) descobriu que quanto mais instruída é uma pessoa, maiores são suas redes e mais propensos a participar de uma rede com ligações fracas. Da mesma forma, os indivíduos com baixos níveis de educação têm mais probabilidade de pertencer a redes com laços fortes, o que implica que eles têm menos acesso a oportunidades e mobilidade social. Heterogeneidade da rede você pode encontrar não só determinado pela localização geográfica para a qual você pertence (bairros, comunidades etc.), mas também pelo tipo de instituições que prevalecem na sociedade (Ferre, 2004).

As redes sociais proporcionam um capital social que pode ser usado pela comunidade, afirma Coleman (1990). Outros autores mostram que as estruturas sociais são mais favoráveis ao capital social quando funcionam em redes. Uma rede social é relativamente invisível, mas muito real ao mesmo tempo, desde que esteja inserida num contexto social de família ou grupo, por exemplo, e que haja muitas propriedades associadas com a troca, afirma Ferre (2004).

Para Castells (2000), a sociedade está passando por uma transição, evoluindo para sociedade em rede. A nova forma de poder reside nos códigos de informação e nas imagens de representação em torno das quais as sociedades organizam suas instituições e as pessoas constroem suas vidas e decidem seu comportamento, afirma o autor. Rede é um conjunto de nós interconectados: “Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta” (Castells, 2000, p. 498). Nessa mesma linha, Euclides Mance, aborda as redes sociais como:

Uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos (Mance, 2001, p. 24).

Por sua vez, Bourdier (2001) afirma que as redes sociais são construídas através de estratégias de investimento orientadas para a institucionalização das relações de grupo, que será fonte confiável de outros benefícios. O nível de abertura e confiança da rede de relacionamento vai determinar o acesso ao maior ou menor volume de informação e de recursos que circulam na mesma. Segundo o autor, a estrutura da rede pode variar desde o mais isolado, em que nenhum ator tem uma relação com os outros,

para a estrutura saturada, onde todos os interessados estão diretamente relacionados uns com os outros.

Ressalta-se, todavia, que as redes que alicerçam a construção do capital social são as cooperativas e não as de subordinação. Nestas, os espaços para a formação de articulações e conexões da estrutura social não se fortificam, pelo contrário, enfraquecem à medida que há concentração desse poder de subordinação.

O que é relevante notar é que as redes subvertem, de fato, o padrão vertical de organização (e não apenas maquiagem o poder autoritário, como gostam de alegar os diversos tipos de conservadores, refratários tanto às mudanças quanto às mudanças do modo de ver as mudanças). Esta é, a meu ver, a principal razão pela qual o Capital Social é gerado por um padrão de rede, mesmo quando, muitas vezes, os sujeitos conectados em rede não intencionem isso. Capital Social não se gera, não se acumula, não se replica – não, pelo menos, numa escala ampliada – em sistemas hierárquicos. Ou melhor, quanto mais hierarquizado for o padrão organizativo de um sistema, menos se gera, menos se acumula e menos se replica o Capital Social (De Franco, 2001, p. 390).

As implicações teóricas do entendimento e da importância das redes para o desenvolvimento sustentável são mais patentes à medida que se percebe o modo como se desenvolve, alimenta e se sustenta o capital social numa comunidade em rede.

Neste ambiente de rede, vale registrar a importância, para a formação de capital social, de outro conceito, qual seja, “empoderamento”. Segundo Pase (2007) ele está relacionado ao termo *empowerment*¹⁰, cuja raiz teórica encontra-se na reforma protestante, berço da oposição ocidental do paternalismo e que no Brasil foi traduzido para empoderamento. No decorrer do século XX os movimentos sociais nos EUA passam a utilizá-lo com o sentido de “novos caminhos sociais”, em relação à luta pelos direitos civis dos negros, homossexuais, feministas, portadores de deficiência, enfim, contra a opressão e o preconceito (Baquero, 2005).

Segundo Wallerstein e Bernstein (*apud* Pase, 2007) o empoderamento pode ocorrer nos níveis individual, organizacional e comunitário. O individual diz respeito ao aumento da capacidade de o indivíduo influir na sua vida. O organizacional significa contribuir com as decisões da organização para melhorar seu desempenho empresarial. Quanto ao comunitário, capacita os grupos sociais desfavorecidos para a articulação de

¹⁰ O termo foi utilizado inicialmente em países de língua inglesa, sobretudo pelos EUA. Os primeiros estudos sobre o tema que apareceram em língua portuguesa – traduções ou originais – traziam a grafia primitiva. Entre esses estudos, talvez o principal seja: “Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo”, de John Friedmann (1996). Após, passou-se a colocar o termo, já em português, entre aspas (como em Lisboa, 2000), que conforme o vocábulo foi sendo incorporado à língua, mesmo que ainda não o encontre nos principais dicionários. Fonte: Horochovski e Meirelles (2007)

seus interesses e participação comunitária, visando à conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de direitos e influenciando as ações do Estado, afirma Baquero (2005).

É um processo em que a comunidade conquista poder à medida que consolida seus laços de coesão, capacitando-a para promover o desenvolvimento individual e coletivo, fonte de enriquecimento do capital social na localidade. Empoderamento relaciona-se com potenciação, pois, ao exercer o poder, de forma coletiva, o grupo social exponencializa sua força de alavancar e mobilizar a ação coletiva.

Pase (2007) afirma que a tentativa de avançar qualitativamente no conceito de empoderamento encontra-se em Paulo Freire, cujo pensamento agrega a noção de conscientização enquanto um processo de conhecimento que se dá na relação dialética homem-mundo, num ato de ação-reflexão. Baquero também cita a contribuição de Paulo Freire no estudo do tema e afirma que é:

Um processo e resultado, que pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social, no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal, social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder. Freire (*apud* Baquero, 2005, p. 7).

A conexão entre capital social e empoderamento pode contribuir para superar problemas como a situação de pobreza de pessoas e comunidades, transformando as relações de poder em favor daqueles que tinham pouca autoridade e controle sobre os recursos – físicos, humanos, intelectuais, financeiros e de seu próprio ser – e sobre a ideologia das crenças, valores e atitudes, afirma Baquero (2005).

Para Durston (*apud* Passe, 2007) os grupos e comunidades que detêm uma significativa densidade de capital social em suas variadas formas de atuação podem conquistar melhor e mais rapidamente as condições que propiciam o empoderamento. Para o autor o acesso as redes, que transcende os círculos fechados da comunidade pobre, e o capital social comunitário, manifestados em diferentes formas de associativismo, são elementos essenciais para o empoderamento individual e coletivo.

Para o empoderamento significar pessoas e comunidades sendo “protagonistas de sua própria história”, são prementes o aumento da cultura e da sofisticação política, o adensamento de capital social e o aperfeiçoamento da democracia representativa,

incluindo em seu desenho institucional instâncias diretas e indiretas de participação e deliberação coletivas, afirmam Horochovski e Meirelles (2007).

Abu-El-Haj (1999) cita o Programa Agente de Saúde do Governo do Estado do Ceará, implementado em 1994, sob a coordenação de Tandler e Freedheim, como um exemplo positivo de empoderamento e do caráter público da política de saúde do Estado. O sucesso do programa decorreu, segundo o estudo, de dois fatores combinados: primeiro, o Governo do Estado garantiu autonomia aos agentes de saúde, ao adotar uma linha meritocrática no recrutamento dos mesmos, protegendo o programa do assédio clientelista; e, em segundo lugar, a população mobilizou-se para garantir a efetividade do programa, atendendo aos apelos governamentais de rejeição das práticas clientelistas.

Para Abu-El-Haj (1999), o tema central desse debate é o capital social e o empoderamento e não a escolha entre centralização e descentralização entre público e privado na aplicação de uma política pública, uma vez que nem uma escolha nem outra, isoladamente, garantem a eficácia da ação governamental.

Embora faça referência aos três tipos interativos de capital de Coleman (físico-econômico, humano e o social), Abu-El-Haj (1999) destaca o papel do capital social nesse processo de interação, ao propor que a intensificação das relações de confiança e reciprocidade em uma comunidade com maior nível de empoderamento aumenta a probabilidade de maximização do capital físico, econômico e humano. A capacidade de ação é ampliada em situações em que a confiança permeia uma coletividade, facilitando a otimização do uso de recursos socioeconômicos e humanos disponíveis, afirma o autor.

Contudo, Abu-El-Haj (1999) faz algumas ponderações sobre o determinismo cultural de Putnam quando afirma que especificidades culturais seriam responsáveis por referendar a superioridade ou inferioridade econômica de uma localidade (país ou região). Para ele o reforço a meritocracia burocrática, as iniciativas coletivas de associativismo horizontal e iniciativas não hierarquizadas podem conceder mais autonomia ao Estado. Assim, ambos, Estado e sociedade, tendem a melhorar seu potencial de mudança e valorizar o bem-estar geral da sociedade, preservando suas respectivas autonomias.

De acordo com Abers (2000), a melhoria da qualidade de vida em áreas pobres depende da capacidade dos moradores na formação de redes sociais e organizações cívicas. Alguns trabalhos dão suporte teórico à questão de esta capacidade só se

desenvolver quando há retração da atuação do Estado, que tem historicamente impedido, segundo o autor, a formação dessas redes de empoderamento em comunidades pobres, seja provendo serviços de forma paternalista e focada na individualidade, seja pela repressão aberta ou velada à formação das organizações cívicas, principalmente nos países mais pobres.

Neste sentido, Abu-El-Haj (1999) faz algumas observações ao estudar o associativismo mexicano, onde as comunidades dominadas por poderes públicos clientelistas, autoritários e coercitivos não somente impedem a mobilização coletiva local, como também bloqueiam a generalização de experiências bem-sucedidas.

Em contrapartida, Tandler (*apud* Arraes e Brreto, 2002) mostra como o governo do Estado do Ceará evoluiu em direção à eficácia da ação governamental com as ações de políticas públicas de assistência direta à organização da sociedade civil nos municípios contemplados pelo Programa Agente de Saúde.

Em todos esses casos, tanto as relações próximas entre atores estatais e cidadãos, quanto o fato de que as políticas públicas explicitamente encorajaram a organização cívica, levaram não só ao fortalecimento de grupos cívicos, mas também ao aumento de sua capacidade política de pressionar pela transparência no governo e por políticas públicas efetivas. Tandler (*apud* Arraes e Barreto, 2002, p. 2-3).

Neste contexto, o capital social assenta-se no poder de a sociedade se engajar na participação efetiva de formulação e aplicação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade. Sem essa participação, o capital social se enfraquece, ou, muitas vezes, não chega sequer a ser construído: é um natimorto.

Todavia, a presença do Estado no cenário social continua sendo essencial, uma vez que a arena onde as transformações sociais se materializam permeia o espaço público. Para tanto, deve ser representado por lideranças reformistas e inovadoras, àquelas que possam desempenhar o papel de catalisador e aglutinador nesse processo de transformação social.

Kliksberg (2002), analisando a interação entre poder público e empoderamento da sociedade civil cita três experiências latino-americanas bem sucedidas na formação de capital social e desenvolvimento sustentável: Villa El Salvador, no Peru; Feiras de Consumo Familiar, na Venezuela; e, Orçamento Participativo, em Porto Alegre, no Brasil.

O autor destaca nestas experiências:

- a importância da participação e da gestão democrática;
- a mobilização e valorização do capital social e cultural dos grupos;
- a preservação de normas sociais e valores morais; e,
- o estilo de comportamento cívico-solidário voltado para o bem-estar geral.

A cultura de associativismo já existente nas comunidades, assim como a superação, no imaginário coletivo da localidade, da aparente dicotomia entre vontade política de realizar e efetiva realização foram decisivas para o resultado dessas experiências. É necessário, dessa forma, trabalhar alicerçado no espírito de cooperação e solidariedade, como base de eficiência social e coletiva da ação estatal, afirma Rattner (2002).

Esta cooperação entre comunidade e poder público reflete-se na qualidade dos serviços públicos ofertados e na mobilização social, cujo objetivo é melhorar as condições de vida de toda a comunidade. Para Abu-El-Haj (1999), trata-se de uma construção política de capital social, cuja viabilidade depende da natureza das instituições públicas, da missão atribuída pelos atores políticos à mobilização coletiva e da qualidade das lideranças sociais.

Contudo, quando o poder público, através dos organismos governamentais, começa a definir qual o tipo de mediação e de interlocução é legítimo, pode impedir ou obstaculizar naturalmente as iniciativas de grupos sociais heterogêneos de reafirmarem a sua coesão social interna, através do reconhecimento externo das suas formas de representação junto ao poder público.

Dessa forma, é importante que os processos locais de desenvolvimento sejam percebidos como recursos estratégicos e possam ser vistos como uma oportunidade de transformação local. A compreensão do local enquanto espaço de produção e de valorização do capital social, humano e cultural é de extrema importância para o desenvolvimento econômico e social (Pereira, 2007, p. 127).

1.2 – DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

O processo de globalização econômica continua em curso em todo o mundo sem, contudo, conseguir corrigir, de forma satisfatória, as desigualdades existentes entre os países, as regiões e suas comunidades. A riqueza cresce globalmente, mas o nível de

pobreza, as desigualdades sociais, a exclusão econômica e a marginalização social continuam num ritmo acelerado no nível da localidade.

Desde o início dos anos 70, muitas regiões e localidades da Comunidade Européia vêm enfrentando graves problemas no mercado de trabalho (elevadas taxas de desemprego e baixo crescimento do emprego), ainda que variem a natureza e a intensidade dos mesmos de uma área para outra. Que o centro da questão gira em torno da reestruturação dos sistemas produtivos. A situação é crítica, uma vez que é necessário adaptar sistemas produtivos locais – dedicados a atividades agrícolas e/ou industriais, pouco eficientes e que perderam mercados – às condições da crescente competição nos mercados nacionais e internacionais (Barquero, 1995, p. 222).

O modelo de crescimento econômico prevalecente, regra geral, até o final da década de 1970 e início de 1980 não se importava com os limites ecológicos do crescimento econômico, tampouco com a qualidade do próprio desenvolvimento. Ignorava os riscos de degradação, o caráter limitado dos recursos naturais disponíveis, assim como a questão do desenvolvimento sustentável.

Neste modelo econômico convencional, o crescimento é medido, em termos genéricos, pelo volume de investimento em máquinas, equipamentos, infra-estrutura, ciência, tecnologia etc. Ao final, mede-se a variação anual do resultado desses investimentos através da variação do Produto Interno Bruto (PIB) e tem-se a unidade de medida do crescimento econômico de determinado país.

Infere-se, desse modo, que os benefícios da globalização ainda se repartem de forma desigual entre os países e as regiões, principalmente no interior. Os resultados da integração econômica em nível mundial parecem estar desequilibrados e apertamente mal distribuídos entre países, regiões e comunidades. O processo de globalização devia assegurar a todos, em tese, um desenvolvimento social mais equitativo, afirma o relatório final da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, divulgado em 2004¹¹.

A partir dessa realidade faz-se necessário reavaliar a questão do desenvolvimento econômico mundial e contextualizá-lo nesse ambiente de exigência social na atualidade. A adoção de uma política macroeconômica mais focada no desenvolvimento sustentável é fundamental para a promoção da melhoria das condições

¹¹ A dimensão social da globalização – contributo das políticas da União Européia para tornar os benefícios extensíveis a todos. Disponível em: http://europa.eu/legislation_summaries/employment. Acesso 08.10.2009.

socioeconômicas da localidade. Para tanto, é preciso repensar o modelo econômico atual e buscar uma alternativa capaz de promover essa mudança.

A introdução da noção de localidade na teoria de desenvolvimento permite relacionar a dinâmica da reestruturação produtiva com a do sistema global de produção e de troca de mercadorias. Além disso, possibilita incorporar na análise uma diversidade de formas flexíveis de acumulação, assim como, determinar àquelas que são dominantes e específicas de cada tipo de economia ou território (Barquero, 1995, p. 224).

No final da década de 1990, a concepção de capital social passou a influenciar fortemente o conceito de desenvolvimento, em função do trabalho do Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen (2000), que define desenvolvimento como um processo contínuo que leva à implementação de liberdades substantivas, que ele chama de “entitlement” (entitamentos) econômicos, onde destaca a transparência, a segurança protetora e as oportunidades sociais.

Para Amartya Sen (*apud* Rattner, 2002), o desenvolvimento é um processo de ampliação da capacidade de realizar atividades de valoração coletiva e de livre escolha, o que não é consequência automática do crescimento econômico. Wolfensohn (*apud* Rattner, 2002) complementa e diz que sem desenvolvimento social concomitante, nunca haverá desenvolvimento econômico satisfatório.

Existem duas visões antagônicas sobre desenvolvimento, segundo Amartya Sen (*apud* Rattner, 2002). A primeira, que desenvolvimento é um processo violento e sofrido, envolto em “sangue, suor e lágrimas”, onde a acumulação de riqueza o mais rapidamente possível pode conduzir ao sacrifício do bem-estar. O autor repudia essa concepção e apresenta outra corrente, a qual considera o desenvolvimento como um processo “essencialmente amigável”, citando, como exemplo, as trocas benéficas do trabalho em rede de segurança social, através da liberdade política e do desenvolvimento social.

O desenvolvimento materializa-se à medida que o indivíduo aumenta sua capacidade de fazer escolhas, fato que amplia o direito de liberdade. Porém, não basta que a legislação garanta determinados direitos, é fundamental que as pessoas tenham capacidade e prerrogativa de fazer escolhas e que suas relações sejam enriquecedoras para o desenvolvimento sustentável.

Uma nova política social, em vez de procurar remediar os efeitos destrutivos da lógica da acumulação, é concebida como condição indispensável do

desenvolvimento sustentável. Em todos os debates travados nos últimos anos, o conceito de Capital Social tem ocupado espaço crescente, devido à percepção de seus impactos na reformulação das práticas de desenvolvimento. Além da onda de democratização que varreu o mundo dos países pobres nas últimas duas décadas, criando condições favoráveis à revisão crítica das teorias convencionais, está se impondo a percepção do ser humano como ator social (Rattner, 2002, p. 2).

A localidade conquistada, assim, mais espaço nas pautas desses debates e respeito por contemplar experiências positivas de desenvolvimento como alternativa eficaz ao fenômeno do crescimento econômico global, o qual não tem conseguido impulsionar satisfatoriamente o desenvolvimento nas localidades. A necessidade e o avanço dos debates sobre desenvolvimento local pressionaram para que houvesse uma dupla mudança de percepção: primeiro em relação à sustentabilidade do modelo desenvolvimentista, e, segundo, como recurso alternativo a favor da continuidade do desenvolvimento do planeta.

Arraes e Barreto (2002) citam quatro casos que servem de exemplos para explicar o crescimento com base em fontes econômicas de desenvolvimento local:

Caso 1: As elevadas taxas de crescimento econômico dos Tigres Asiáticos, em relação a outras regiões do mundo são explicadas parcialmente através de fatores convencionais. Políticas governamentais, arranjos institucionais e organizacionais proporcionaram aumento de eficiência produtiva, por meio da cooperação entre governo, iniciativa privada e sociedade;

Caso 2: Putnam (1996) num estudo desenvolvido na Itália comprovou que a densidade mais alta de associações entre pessoas no norte do país era um fator explicativo para o desenvolvimento econômico da região, em relação ao sul, onde o fator associativo é pouco desenvolvido;

Caso 3: No final de 1991 a desordem civil e governamental que imperava na Somália fez com que a renda desabasse em todas as regiões do país, exceto na cidade portuária de Bossaso, onde havia um conselho de anciões. Com apoio da comunidade local organizou uma força de segurança que viabilizou o fortalecimento do comércio e o conseqüente aumento da renda da localidade; e,

Caso 4: Numa aldeia da Índia chamada Gujarat, confrontos entre sociedade e forças governamentais conduziram à estagnação social e econômica. Após intensa mobilização das comunidades e da formação de uma administração comum, os conflitos foram debelados possibilitando o aumento da produtividade e da renda.

No Brasil, Monasterio (2002), identificou melhores indicadores de desenvolvimento na região norte do Rio Grande do Sul, onde a participação cívica é mais destacada em relação ao sul do Estado. Blanco (*apud* Monasterio, 2002) realizou estudos semelhantes e percebeu que a participação cívica nas eleições para governadores tem efeitos sobre as despesas estaduais, influenciando diretamente no desenvolvimento estadual.

Assim, pode-se afirmar que quanto mais elevado o nível de participação, cooperação e sentido de pertencimento entre as pessoas que integram as comunidades, mais factíveis são as possibilidades de se impulsionar o desenvolvimento social e econômico da localidade, através da formação e afirmação de uma identidade comunitária local. David Valenzuela¹² posiciona-se acerca dessa identidade comunitária:

Uma das chaves do êxito do desenvolvimento local é um forte sentido de identidade vinculado à terra, à herança, às atrações e à singularidade do local. O orgulho da comunidade e da localidade é elemento essencial para o êxito tanto social como econômico. As localidades com identidade forte podem identificar melhor o que têm de específico e interagir mais eficazmente com o mundo externo. A base produtiva de uma localidade está muitas vezes relacionada com a identidade dos habitantes. O ressurgimento dos tecidos tradicionais na Bolívia e da arte folclórica de outras culturas indígenas não somente afirma a identidade cultural, mas também impulsiona o crescimento econômico (Valenzuela, 2005).

Dessa constatação é possível deduzir, então, que as comunidades com mais capacidade de articulação cooperativa e identidade comunitária são capazes de desenvolver projetos comunitários e promover o desenvolvimento local mais rapidamente.

No final do século passado começou a ganhar musculatura no Brasil, nesse processo de construção de uma nova realidade social, o tema desenvolvimento local, o qual passou a integrar o núcleo de vários debates e ações de instituições públicas e privadas, através da integração do capital social, poder público e dos diversos atores locais, com o objetivo de iniciar um processo de desenvolvimento local, independente de correntes partidárias.

¹² Presidente da Fundação Interamericana (IAF), entidade independente do governo dos Estados Unidos que atribui doações para programas de auto-ajuda inovadores, participativos e sustentáveis na América Latina e Caribe. Fonte: Programa Delnet do Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Agência Especializada das Nações Unidas. Revista@local.glob-número 1, 2005. O desenvolvimento local hoje – Elementos para uma globalização mais humana.

A importância da participação coletiva nesse ambiente conquista um papel relevante no processo de desenvolvimento econômico e social da localidade. O desafio para a comunidade consiste na sua capacidade de mobilizar as potencialidades locais existentes em seu território em prol de um desenvolvimento social menos desigual.

Melo e Hansen sugerem, inclusive, que o desenvolvimento da localidade poderia ter auxiliado o Brasil a superar a crise dos anos 1980:

A partir da segunda metade dos anos 80 e, notadamente, nos anos 90, ganharam fôlego os estudos centrados no debate sobre o pacto federativo que enfocam as relações econômicas e institucionais dos estados e regiões. Esses estudos revelam uma certa preocupação com a tendência de que, com a fragilização do estado nacional e com a maior abertura da economia brasileira para o mundo, programas localizados de investimentos concorressem para colocar obstáculos à retomada de um projeto de desenvolvimento de amplitude nacional. Em outras palavras, os programas de investimentos locais, diretamente vinculados ao mercado mundial, em um contexto de expansão dos investimentos diretos externos – IDEs e de grande liquidez no mercado financeiro internacional, poderiam apontar para tentativas de saídas da crise que tomou conta do país nos anos 80 (Melo e Hansen, 2007, p. 8).

Segundo Abramovay (1998), a concepção de desenvolvimento local procura focar os mecanismos institucionais específicos e consegue mobilizar as energias produtivas na direção da sustentabilidade, situação que não tem sido percebida no funcionamento do modelo econômico convencional. O desenvolvimento local, por isso, apresenta-se como um modelo econômico que busca encontrar alternativas para superar os desequilíbrios sociais mais urgentes, assim como transpor as limitações comunitárias, maximizando os recursos potenciais disponíveis. É preciso, todavia, direcionar as energias coletivas para o desenvolvimento local, via fomento das atividades produtivas da localidade e de políticas de inclusão social, democráticas e participativas.

Daí, a constatação de inviabilidade do êxito de estratégias generalizantes e uniformes na busca do desenvolvimento sustentável nos diferentes contextos de realidade, os quais precisam ser contemplados ativamente, mas, às vezes, são desconsiderados e/ou desrespeitados.

Para Abramovay (2000), um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. Por isso, faz-se necessário compreender o termo território não apenas como espaço físico, mas também como um local:

- onde se estabelecem relações sociais e econômicas;

- onde a cultura e outros valores locais sedimentam-se e afirmam-se no decorrer do tempo;
- onde pessoas e empresas estabelecem relações;
- de interação entre instituições públicas e privada com objetivos comuns;
- onde há uma estratégia de criação de oportunidades de desenvolvimento.

Para Buarque (1999), desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala (municípios, localidades, microrregiões) capazes de promover mudanças e melhorar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da comunidade.

Para De Franco (2000), um distrito, um município, uma microrregião, uma região de um país, um país, uma região do mundo, tudo pode ser considerado como local. Tudo dependerá do “alvo sócio-territorial das ações” de desenvolvimento em curso. Por sua vez, Costa diz que capital social, na acepção de território, contém tripla dimensão:

Econômica, na medida em que as empresas locais demonstrem capacidade suficiente para organizar os fatores produtivos com níveis de produtividade suficientes para poder competir nos mercados.

Sócio-cultural, na forma como os valores e as instituições locais sirvam de base ao processo de desenvolvimento e, por sua vez, se fortaleçam durante o mesmo.

Político-administrativa, na medida em que o poder local for capaz de criar um clima local estimulante, capaz de favorecer e impulsionar o desenvolvimento do potencial socioeconômico local, enfrentando e resolvendo os bloqueios administrativos, econômicos e políticos que existem nas economias que seguiram durante muitos anos os modelos tradicionais de desenvolvimento (Costa, 2007, p. 34).

É de fundamental importância considerar o desenvolvimento local como consequência da riqueza dos processos de relação e reciprocidade entre os atores sociais. Este processo endógeno de relações recíprocas conduz a um dinamismo econômico e a melhoria dos indicadores de qualidade de vida das unidades territoriais. A consistência desse processo deve buscar maximizar as potencialidades da localidade, ao possibilitar e aproveitar as oportunidades locais, além de viabilizar a competitividade da economia local e assegurar a conservação dos recursos naturais.

De acordo com Frantz (2002), desenvolvimento local passa pelo entendimento da melhoria das condições de vida de uma determinada população, decorrente de um

processo alicerçado em relações associativas que direcionam a uma maior participação popular nas decisões sociais, econômicas e políticas em seu espaço social.

Quanto maior o nível educacional da população e quanto mais acessível, mais interativo e mais rápido forem os meios de comunicação disponíveis aos indivíduos que vivem em uma mesma localidade, maior será a tendência das populações de explorar seus próprios recursos, exaltarem seu estilo de vida, convivência social, enfim, construir e afirmarem uma identidade local (De Franco, 2006, p. 1).

Alguns fatores precisam ser observados, segundo De Franco (2006), para que seja possível materializar o que ele chama de identidade local ou base do desenvolvimento da localidade, como por exemplo: pessoas com condições de tomar iniciativas; capazes de assumir responsabilidades; com características empreendedoras; e, que acreditem num novo caminho. Estas características são, normalmente, típicas de um ambiente democrático e participativo. Neste ambiente, é muito provável que os atores sociais comecem a implementar ações, de forma organizada, e com o objetivo de promover e impulsionar o desenvolvimento sustentável.

O termo desenvolvimento sustentável, ou sustentabilidade, surge em 1987, decorrente do trabalho da Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, a qual apresentou um documento chamado *Our Common Future*, mais conhecido por Relatório Brundtland. Este relatório diz que desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades.

Dois pontos básicos devem ser observados a partir do conceito de sustentabilidade contido no referido relatório: primeiro, de necessidade, referindo-se aos países menos desenvolvidos; e, segundo, a idéia de limitação tecnológica e organização social para atender as referidas necessidades presentes e futuras.

De Franco (1998) afirma que desenvolvimento é sinônimo de melhoria das condições de vida das pessoas unitariamente (desenvolvimento humano); de todas as pessoas coletivamente (desenvolvimento social); e, das gerações presentes e futuras (desenvolvimento sustentável). Assim, é possível conceber um modelo de desenvolvimento sustentável, com responsabilidade social e racionalidade econômica que seja capaz de produzir de forma mais eficaz no presente sem impactar as condições de vida das gerações futuras. Nessa linha, desenvolvimento sustentável é:

Um processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade compatibilizando no tempo (longo prazo) e no espaço, o crescimento, eficiência econômica, conservação ambiental, qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre as gerações (Buarque, 1999, p. 31).

Dessa afirmação de Sérgio Buarque infere-se que o desenvolvimento sustentável tem suas origens estabelecidas nas seguintes dimensões:

- equidade e qualidade de vida: objetivos primordiais do desenvolvimento sustentável;
- eficiência e crescimento econômico: essenciais para o desenvolvimento;
- conservação ambiental: condição central ao se falar em desenvolvimento sustentável.

É preciso acrescentar, ainda, a essas dimensões a cultura cívica, baseada na confiança, reciprocidade e participação cooperativa, afinal, a ausência dessas dimensões consideradas essenciais à formação do capital social, segundo Putnam, pode dificultar, quiçá, impossibilitar, a formação de capital social e o conseqüente desenvolvimento sustentável da localidade.

No Brasil, cria-se em 1997, a denominação “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável”, proveniente do Conselho de Comunidade Solidária, vinculado na época ao Ministério de Ação Social. Percebe-se que houve, dessa forma, um relativo avanço no conceito de desenvolvimento local, passando a englobar uma visão integrada, preocupada com o meio ambiente e a contemplar as necessidades sociais e econômicas presentes e futuras, sem abandonar o nível global, mas priorizando o local.

Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir as suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar as suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais (De Franco, 1998, p. 7).

É importante ressaltar que o conceito de sustentabilidade encontra-se em construção. Não há hegemonia intelectual, tampouco convergência conceitual uníssona sobre o tema. Cabe ao conjunto social a responsabilidade de criar um ambiente favorável a essa construção, considerando suas realidades sociais, econômicas e culturais.

A sustentabilidade não pode ocorrer de forma isolada a um país, região ou área circunscrita, tendo em vista a realidade de um mundo interligado em termos econômicos e comunicativos, ao mesmo tempo é preciso reconhecer a necessidade de cada região enfrentar de forma autônoma seus dilemas e perspectivas em relação ao futuro, construindo modelos próprios. Cabe às comunidades locais, enquanto atores sociais plenamente capazes, formular sobre seu próprio desenvolvimento (Spangenberg, 1999, p. 1).

Analisando-se as várias matrizes conceituais de desenvolvimento sustentável denota-se que um dos principais desafios sociais consiste na transição da virtuosidade teórica para sua aplicabilidade empírica. Muitas são as dificuldades para a aplicação deste conceito, em face de os interesse e focos, às vezes, não serem os mesmos, mas, a existência ou formação de capital social na localidade é fundamental para impulsionar esse modelo de desenvolvimento.

A realização no Rio de Janeiro, em 1992, da Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a qual retomou a discussão da questão ambiental no planeta vinte anos depois da Conferência de Estocolmo (1972), em face de nessas duas décadas não ter se obtido avanços na implementação das ações de sustentabilidade é exemplificativa da dimensão desse desafio.

Desta realidade decorre a necessidade de entidades públicas e privadas buscarem exercer um novo papel no cenário social em prol do desenvolvimento sustentável. Assim, empresas, comunidades e governos (nas três esferas) precisam repensar seus papéis e formas de atuação neste novo cenário. As alternativas para a superação desse desafio transitam pelo conceito de capital social, que aumenta a probabilidade de, pelos menos do ponto de vista teórico, a comunidade fortalecer sua interlocução com os demais agentes sociais, principalmente, com o poder público.

Assim, uma política pública de desenvolvimento focada na ação social coletiva pode alterar os efeitos desiguais da lógica de acumulação de riqueza convencional e é condição indispensável para o desenvolvimento sustentável, afirma Rattner (2002).

CAPÍTULO 2

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem o propósito de abordar as questões metodológicas inerentes à pesquisa utilizada neste trabalho, bem como descrever e explicar o motivo da escolha do método e qual o suporte acadêmico que embasou referida escolha: suas vantagens, limitações, a forma de coletas dos dados e como foram utilizados.

Apresenta, também, o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (DRS), dando ênfase aos seus alicerces teóricos e buscando conciliá-los ao suporte conceitual discutido no capítulo anterior. Descreve o mecanismo de funcionamento da metodologia, bem como sua aplicação no caso específico e expõe algumas fragilidades percebidas.

Por fim, apresenta-se o ambiente da pesquisa: a Coofama e o município de Campo do Brito. De forma objetiva, transita-se pela história da cooperativa, contextualizando-a no universo comunitário da localidade. Quanto ao município de Campo do Brito, busca-se abordar alguns aspectos importantes (geográfico, histórico, ambiental, socioeconômico e cultural), com o intuito de melhor compreender a realidade socioeconômica do município diante do cenário estadual.

2.1 – ESCOLHA DA METODOLOGIA

Segundo Demo (1991), o trabalho científico é avaliado por duas qualidades: uma política e outra formal. A política diz respeito ao conteúdo, sua finalidade, enfim, à substância do trabalho científico. Quanto à formal, refere-se aos meios e formas utilizados no processo de produção científica, às técnicas de coleta e interpretação de dados, manipulação das fontes, qualidade do referencial teórico e apresentação escrita da pesquisa, segundo um ritual acadêmico.

Assim, do ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa pode ser quantitativa ou qualitativa. A primeira considera que tudo pode ser mensurável, sendo possível traduzir em números as opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de técnicas estatísticas, tais como: percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc. Quanto à

qualitativa, considera que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados fazem parte do processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente social é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva e a análise dos dados ocorre indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (Silva e Menezes, 2001). No caso específico deste estudo de caso, a forma de abordagem é qualitativa.

O objeto de estudo desta pesquisa, como já registrado, é a experiência do trabalho realizado pela Coofama no município de Campo do Brito. Busca-se correlacionar, também, a importância do capital social no processo de desenvolvimento da localidade e a possível contribuição do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (DRS) neste contexto.

Tem-se, também, o propósito de identificar e analisar a importância dos atores sociais e as possíveis variáveis que podem estar auxiliando na formação de capital social na comunidade. Utiliza-se na presente pesquisa da estratégia de análise chamada “Estudo de Caso”, a qual pode ser definida como uma “metodologia de investigação particularmente apropriada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos fatores diversos” (Yin, 2002, p. 28).

É um processo de investigação empírica com o qual se pretende estudar um fenômeno contemporâneo no contexto real em que este ocorre, sendo particularmente adequado ao seu uso quando as fronteiras entre o fenômeno em estudo e o contexto em que ele ocorre não são claramente evidentes. Pelo fato de muitas vezes ser difícil isolar o fenômeno em estudo do contexto em que ocorre, é normalmente necessário usar múltiplas fontes de evidência (dados) e cruzar (triangular) os diferentes dados recolhidos (Yin, 2002, p. 32).

O estudo de caso tem o objetivo de explicar as relações causais, sendo adequado para as pesquisas que desejam responder aos questionamentos de “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos num contexto da vida real. A forma de se buscar responder estas questões materializa-se através do roteiro de entrevistas, visitas e

observação direta da realidade social pesquisada, para que haja uma melhor compreensão dos processos e comportamentos organizacionais, afirma Yin (2002).

Para Yin (2002), ao se projetar o estudo de caso, planeja-se a escolha da unidade de análise e da coleta de dados propriamente dita. A dimensão da análise que deve ser aplicada é bastante abrangente, considerando todos os procedimentos que são adotados para a realização de uma pesquisa na qual o pesquisador não exerce qualquer tipo de influência sobre os fatos.

O estudo de caso é uma forma de verificação e de possível confirmação empírica de evidências. É uma observação da realidade que envolve situações específicas, amparadas, todavia, num suporte acadêmico-teórico. O objetivo desse instrumento é estudar, mais profundamente, realidades que demandam uma compreensão mais detalhada do quadro social e econômico do objeto de estudo.

Não cabe, todavia, ao pesquisador restringir-se apenas a apresentar os resultados das amostras de sua pesquisa. É preciso, também, expandir a teorização e aprofundar as análises de uma experiência contida numa realidade social em observação, tendo o cuidado de não se generalizar o caso em análise para outras realidades semelhantes de um universo não pertencente à amostra estudada.

Assim, este estudo representa uma amostra de uma realidade pontual, com particularidades inerentes a uma área delimitada geograficamente no Agreste Central Sergipano, e busca demonstrar que a cultura cívica (em formação) existente na comunidade, mesmo carente economicamente, pode contribuir para a formação de capital social.

“O estudo de caso conta com muitas técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevista” (Yin, 2002, p. 27).

Quanto à temporalidade, este estudo abrange o período de 2005 a 2009 e busca contemplar e descrever fatos relevantes para o enriquecimento dos resultados da presente pesquisa. Contudo, anos anteriores e posteriores podem ser citados como forma de elucidar e aprofundar algumas análises que possam contribuir para a melhoria da qualidade dos resultados apresentados por este trabalho.

2.2 – ESPECIFICIDADES

Yin (2002) classifica o estudo de caso em três tipos: descritivo, o que descreve a experiência inserida numa realidade contextual mais ampla; exploratório, aborda problemas pouco conhecidos, com intuito de definir hipóteses ou proposições para futuras pesquisas; e, por fim, o explanatório, que tem como objetivo explicar as relações de causa e efeito a partir de uma teoria. Para o autor, embora os três tipos possam ser teoricamente definidos e segmentados, existe uma área de sobreposição entre eles. A escolha por um determinado tipo de estudo de caso depende das condições fáticas da realidade social pesquisada.

O presente estudo de caso é típico desta possibilidade de sobreposição, uma vez que descreve uma seqüência de eventos inter-relacionados entre pessoas e instituições no período considerado pela pesquisa (descritivo), busca definir hipóteses e proposições para futuras pesquisas (exploratório) e apresenta uma relação de causa e efeito (explanatório), a partir de um arcabouço teórico e das observações empíricas. Ao se acompanhar e descrever a experiência social da Coofama, sua forma de organização, mecanismos de funcionamento e de atuação, dentre outras características, tem-se o objetivo de responder à questão proposta pela hipótese desta pesquisa.

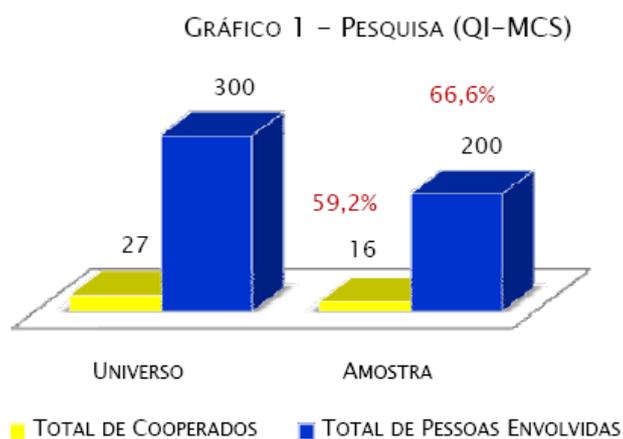
Na essência, este trabalho tem o intuito de constatar a existência de uma correlação entre a formação de capital social e o desenvolvimento sustentável e como uma metodologia pode servir de instrumento catalisador deste processo. Confirmar esta proposição, ou não, sob a forma de evidências dedutivas e com base nos dados apresentados é o desafio a ser superado por esta pesquisa.

Considerando o rigor técnico adotado, foram realizadas observações, entrevistas e visitas, além da utilização de dados e registros históricos disponíveis no Sistema de Informações do Banco do Brasil (SISBB), buscando, sempre, minimizar as possíveis deficiências apresentadas. Matérias de jornais e revistas com relatos sobre a experiência da Coofama também foram utilizadas.

Os dados utilizados são dos tipos primários e secundários. Estes foram obtidos a partir do acesso às fontes disponíveis no SISBB. Quanto aos primários foram levantados por meios de visitas, entrevistas e reuniões com os atores envolvidos na atividade da mandiocultura, principalmente os cooperados da Coofama.

A representatividade da amostra escolhida tem o escopo de abranger a maior quantidade possível de cooperados da Coofama. Desse modo, a amostra desta pesquisa

contemplou 59,2% dos cooperados, ou seja, 16 cooperados de um total de 27, com reflexo num universo aproximado de duzentas pessoas, distribuídas em 16 casas de farinha. Cada cooperado é proprietário de uma casa de farinha com 12 trabalhadores cada, em média. O universo da Coofama é formado por 27 cooperados e cerca de trezentas pessoas envolvidas.



Fonte: Elaboração própria

Faz-se necessário registrar, também, que, em função da ausência de um nível formal de educação de melhor qualidade (85% dos entrevistados podem ser considerados analfabetos funcionais¹³), as entrevistas sem a utilização do roteiro foram mais ricas, em determinados momentos, para o processo de melhor compreensão da realidade estudada, em relação às com roteiro.

As visitas foram realizadas com o intuito de observar e conhecer melhor as atividades do dia-a-dia da comunidade, cuja percepção foi importante para auxiliar o processo de validação dos dados que deram suporte às conclusões deste trabalho. A eficácia deste procedimento é percebida quando se deseja dar mais credibilidade a uma pesquisa social, a qual, normalmente, não dispõe de uma fonte única e oficial de dados.

No que diz respeito à confiabilidade dos dados, encontram-se disponíveis no Sistema de Informações do Banco do Brasil (SISBB), em vasto material publicado pela

¹³ Conceito criado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1978, para referir-se a pessoas que, mesmo sabendo ler e escrever algo simples, não tem as habilidades necessárias para viabilizar o seu desenvolvimento pessoal e profissional. De maneira simples, pode-se dizer que analfabetos funcionais são pessoas ou completamente analfabetas no sentido tradicional ou pessoas imperfeitamente alfabetizadas, de forma insuficiente para que exerçam funções básicas nas sociedades modernas. Fonte: MOREIRA, Daniel Augusto e OLIVEIRA, Tânia Veludo de. Preditores Precoces do Analfabetismo Funcional. FECAP. Vol. 3, n 2, 2002.

imprensa local, nos arquivos de instituições parceiras, a exemplo do Sebrae, assim como, decorrentes das observações e pesquisas realizadas pelo autor *in loco*. Ademais, a Gerência Regional do DRS do Banco do Brasil em Sergipe possui em seu acervo fotos, fitas e rico material informativo sobre a Coofama.

A forma de coleta de dados foi definida quando da elaboração do projeto de pesquisa. Este procedimento foi realizado com o objetivo de captar as visões das pessoas e instituições com participação ativa no processo. As informações e os dados coletados foram analisados e revisados, inclusive com o auxílio de integrantes da equipe DRS, com o objetivo de refletir o mais próximo possível a realidade local.

Para tanto, utilizou-se como base teórica e prática o Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), elaborado pelo Banco Mundial (2003), cujo objetivo é fornecer um conjunto de questões essenciais para gerar dados e informações quantitativas e qualitativas sobre as várias dimensões do capital social num determinado país, região ou localidade.

O QI-MCS foi desenvolvido para ser utilizado por pesquisadores, avaliadores, gerenciadores de projetos e de programas, bem como por aqueles que estejam conduzindo levantamentos de índices de pobreza ou pesquisas nacionais sobre capital social, e por aqueles que estejam desenvolvendo estratégias nacionais de redução da pobreza (Grootaert *et al*, 2003, p. 4).

Embora uma ferramenta de pesquisa possa ser desenvolvida para gerar dados quantitativos, há uma consciência de que uma rica tradição em pesquisa sobre capital social é resultado também de métodos qualitativos, afirma Grootaert *et al*,(2003). Desse modo, este instrumento de pesquisa foi elaborado com base num roteiro de entrevistas com os principais atores sociais envolvidos na experiência, tendo como referência a proposta do QI-MCS, do Banco Mundial (2003), cujas adaptações foram realizadas pelo próprio autor, para permitir os ajustes necessários de aferição do capital social no contexto específico deste estudo de caso.

As questões centrais do Anexo B do QI-MCS formam a base do questionário elaborado e aplicado no presente estudo. Este anexo, segundo Grootaert *et al* (2003), autores do QI-MCS, deve ser utilizado quando a pesquisa é mais curta, menos complexa, em face de se utilizar um conjunto mais limitado e essencial de itens, em relação à versão completa.

As adaptações feitas tiveram o intuito de verificar a existência, ou não, de cinco dimensões, ou categorias, essenciais à formação de capital social numa comunidade, com base na proposta teórica apresentada nesta pesquisa: parceria e concertação; liderança; redes e organizações sociais; cooperação e confiança; e, melhoria da renda. Estas dimensões estão contidas no arcabouço teórico apresentado e inseridas no círculo virtuoso de exercício permanente de democracia e civismo defendido por Putnam.

A flexibilidade foi essencial à condução dessas adaptações, em face de ter sido necessário compatibilizar a visão organizacional e sua relação com as instituições locais. Evidencia-se, assim, que a presente pesquisa não foi realizada por uma equipe de pesquisadores, mas sim pelo autor do trabalho, baseando-se no material disponível e nas visitas à localidade.

2.3 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – A METODOLOGIA DO BB

A proposta de desenvolvimento sustentável exige uma forte interação entre pessoas, comunidade, poder público e instituições públicas e privadas. Requer, ainda, uma atuação estruturada em redes, cuja ação coletiva e cooperativa de todos os atores da comunidade é sua força motriz.

Neste contexto, o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (DRS) busca promover a geração de trabalho e renda, de forma sustentável, incluyente e participativa, afirma o Banco do Brasil. Respeitar as características culturais, econômicas, sociais, ambientais e políticas da localidade também faz parte do discurso institucional da proposta do DRS.

É convergente na literatura o entendimento de que desenvolvimento sustentável não é sinônimo de crescimento econômico. Desenvolver uma localidade é criar condições materiais de melhoria das condições do nível educacional, saúde pública, habitação, renda, enfim, é democratizar as possibilidades de a comunidade conquistar uma melhor qualidade de vida para todos.

Para o Banco do Brasil, desenvolvimento sustentável é aquele que leva à mobilização da comunidade para inserir-se num padrão de organização em rede, com interdependência e sem subserviência, a partir de um conjunto de ações economicamente viáveis, socialmente justas, ambientalmente corretas e culturalmente diversificadas. (Ver figura 1)

É um discurso de forte teor verbal, mas, na prática, pelo menos no caso analisado, precisa ser reforçado com mais firmeza nas ações cotidianas e mobilizadoras na direção da concretização deste tripé. Desenvolvimento exige uma disponibilização efetiva de crédito para melhor estruturar toda a cadeia de valor da atividade produtiva e poder dar o salto no nível de renda da comunidade. A pesquisa mostra que este salto ainda não foi dado e que a ausência de crédito, dentre outros desafios, tem dificultado a concretização da reestruturação de toda a cadeia de valor da mandiocultura na localidade.

Figura 1 – DRS / Tripé da Sustentabilidade DRS



Fonte: Banco do Brasil – DRS

O Banco do Brasil afirma, ainda, que o DRS é uma estratégia de negócio que busca impulsionar o desenvolvimento das localidades onde está presente, por meio da mobilização dos agentes econômicos, sociais e políticos, além de apoiar as atividades produtivas e as potencialidades da localidade.

Um grande desafio para o BB em relação ao Programa DRS é conseguir equalizar suas necessidades de atuação no mercado bancário tradicional com o compromisso social estratégico, uma vez que a área operacional, executora da metodologia, em linhas gerais, não compartilha na mesma intensidade deste compromisso. As necessidades do mercado se sobrepõem na rede de agências, principalmente nos maiores centros urbanos, e, muitas vezes, sacrifica a concretização desta estratégia.

Capital social e redes sustentam teoricamente o Programa DRS, segundo o Banco do Brasil. Trabalhar em rede é se relacionar num contexto moral e de confiança,

como diz De Franco (2002). Portanto, o Programa DRS apresenta o conceito de rede como um conjunto de pessoas e organizações que tem o propósito de atuar coletivamente em prol de um objetivo comum, aportado numa relação duradoura de confiança e solidariedade.

Alicerçado em premissas contidas nos conceitos de capital social e desenvolvimento local, o Programa DRS apresenta-se com o objetivo de atuar em sintonia com essas propostas teóricas, considerando os atributos de parceria, cooperação, confiança, redes e empoderamento.

As parcerias e a concertação podem gerar a cooperação necessária entre os atores sociais envolvidos na comunidade. A concertação, termo utilizado pelo Programa DRS, é sinônimo de trabalho coletivo entre os parceiros, os quais devem otimizar suas habilidades e competências em prol de um objetivo comum. Segundo o BB, por meio da concertação, é possível desenvolver estratégias e ações que ajudam a formar e fortalecer o capital social na localidade.

Concertação é uma ação integrada, harmônica e compartilhada, que aglutina os vários agentes da cadeia de valor de uma atividade produtiva selecionada, o qual estimula os atores sociais a se apropriarem da metodologia DRS e a conduzirem o processo de desenvolvimento regional sob a ótica da sustentabilidade, pois os parceiros, uma vez organizados e comprometidos com um objetivo comum, tornam-se responsáveis por implementar as ações planejadas, monitorá-las, e, ainda, pela avaliação de todo o processo (Banco do Brasil – Cartilha DRS, p. 4).

Para o BB, essa ação coordenada entre os parceiros é a essência do DRS. A idéia de concertação é a de orquestração, articulação e mobilização dos atores sociais públicos (esferas federal, estadual e municipal), privados e da sociedade civil, com ou sem fins lucrativos. É a orquestração de esforços, a mobilização conjunta em torno de um objetivo comum, afirma o BB. É fundamental para formar parcerias que possam propiciar, implementar e otimizar as ações coletivas e as potencialidades da localidade.

Neste sentido, afirma Durston (2003, p. 1): “O conteúdo de certas relações sociais – que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação – proporciona maiores benefícios àqueles que o possuem em comparação com o que se poderia conseguir sem este ativo”.

O Banco do Brasil afirma que o DRS é uma forma de fazer negócios assentada no conceito de desenvolvimento sustentável, tendo como suporte teórico o Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum – 1987), o qual declara que desenvolvimento

sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades.

O Banco do Brasil busca conciliar desempenho econômico com a responsabilidade socioambiental em seus negócios, atendendo às necessidades de seus públicos de relacionamento, impulsionando a economia e promovendo o desenvolvimento do País. A preocupação com o crescimento sustentável é traduzida na oferta responsável de crédito, na inclusão bancária das classes de menor renda, no financiamento do agronegócio, do comércio exterior e das micro e pequenas empresas, nas políticas de recursos humanos, na adoção de boas práticas de governança corporativa, na promoção do esporte e da cultura, entre outros (Banco do Brasil – Relatório de Sustentabilidade, 2007, p. 1).

Segundo o Relatório de Sustentabilidade do Banco do Brasil (2007), a visão de responsabilidade socioambiental presente em sua missão está sendo aprimorada continuamente por meio do seu comprometimento com os acordos e pactos relacionados à sustentabilidade, exigindo, por isso, novas premissas, princípios e referenciais próprios para a atuação empresarial. Desse modo, o modelo de desenvolvimento local adotado pelo Programa DRS, segundo o BB, é uma estratégia de investimento em capital social, através da concertação.

Todavia, vale registrar que quando o assunto é investir na comunidade viabilizando linhas de crédito, na condição de um negócio e não de uma doação, o Banco do Brasil é menos agressivo na prática. As condições creditícias e as exigências de garantias não devem seguir a mesma lógica do mercado bancário convencional, afinal, trata-se de um investimento em desenvolvimento sustentável, cujo retorno ocorre no médio e longo prazos, e os atores sociais encontram-se, normalmente, na base da pirâmide econômica.

Segundo o BB, a metodologia DRS utiliza tecnologias sociais que podem articular redes de efetivação de processos democráticos e participativos, além de ser capaz de mobilizar as comunidades através das parcerias nos diversos níveis sociais, com o objetivo de promover o bem comum. Além disso, busca otimizar sua participação no auxílio da superação dos desafios sociais das localidades onde está presente.

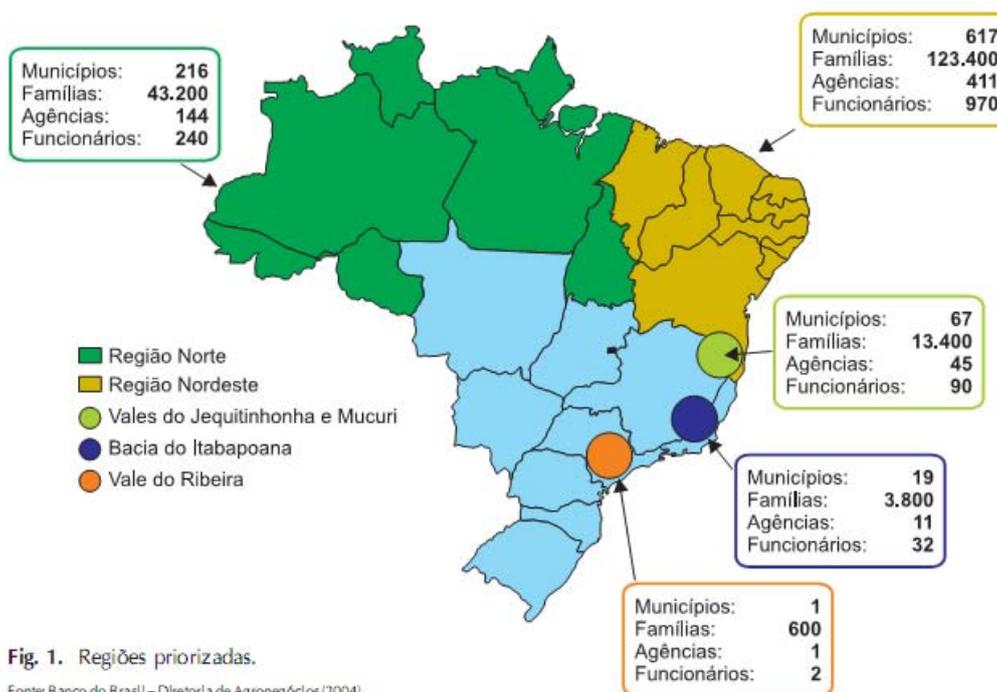
O discurso de responsabilidade social do Banco do Brasil foi responsável por mudanças nos documentos que balizam sua estratégia. Desse modo, sua missão¹⁴,

¹⁴ Missão – Ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a Empresa e contribuir para o desenvolvimento do país. (Fonte: Banco do Brasil)

crenças, valores¹⁵ e diretrizes¹⁶ precisaram se alinhar a sua proposta de atuação social. A partir de 1994 sua estratégia organizacional passa a fazer referências explícitas de apoio ao desenvolvimento sustentável.

Lançado em 2003, o Programa DRS tinha como prioridade atender às regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH), a saber: Norte, Nordeste e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais. Segundo o BB, a partir das diretrizes estabelecidas foram trabalhadas as atividades típicas da agricultura familiar e de comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas e assentamentos da reforma agrária, principalmente.

Figura 2 – DRS / Regiões Priorizadas (2003)



Fonte: Banco do Brasil – DRS

O Programa DRS sugere que os atores sociais da comunidade determinem sua própria agenda de prioridades, buscando, assim, estabelecer um maior nível de comprometimento, baseado num sentimento de pertencimento. Este binômio

¹⁵ Valores – Compromisso com desenvolvimento das comunidades e do país. (Fonte: Banco do Brasil)

¹⁶ Políticas Gerais – Buscamos negócios pelo seu potencial de geração de resultados, sob a forma de lucros e participação no mercado e, para a sociedade, sob a forma de inclusão social, geração de trabalho e renda e respeito ao meio ambiente. (Fonte: Banco do Brasil)

(compromisso e pertencimento) facilita a promoção do capital social e, conseqüentemente, do desenvolvimento local, afirma o BB.

O respeito à diversidade cultural da localidade onde as ações estão inseridas é fundamental para o sucesso do Programa. Sem respeitar à cultura da localidade não há possibilidade de se implementar qualquer iniciativa de desenvolvimento local sustentável, afirma o Banco do Brasil. Vale registrar que a literatura acadêmica reconhece esta importância do respeito à diversidade cultural, quando se trata da atuação coletiva numa comunidade: “O respeito à diversidade das culturas humanas é tão importante para a sobrevivência da civilização humana quanto o respeito à biodiversidade o é para a sobrevivência da base biológica do homem” (Spangenberg, 1999, p. 7).

É neste contexto que o BB apresenta a metodologia DRS como uma forma de atuar e direcionar suas ações sociais, com o objetivo de auxiliar a formação de capital social e promover o desenvolvimento sustentável na localidade. Para tanto, é essencial a estruturação das atividades produtivas e a viabilização de negócios sustentáveis com as comunidades envolvidas.

No papel de agente de políticas públicas do Governo Federal, o BB busca promover o desenvolvimento de economias locais, proporcionando a geração de trabalho e renda, por meio de ações que visam à melhoria das condições de vida das comunidades menos favorecidas. O Banco do Brasil deve funcionar, em tese, como uma espécie de catalisador das potencialidades locais onde esteja presente, através de sua rede de agências. Assim, “DRS é uma estratégia negocial que o Banco do Brasil arranhou para impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões, apoiando as atividades produtivas com ganhos para todos” (Banco do Brasil – Cartilha DRS, p. 7).

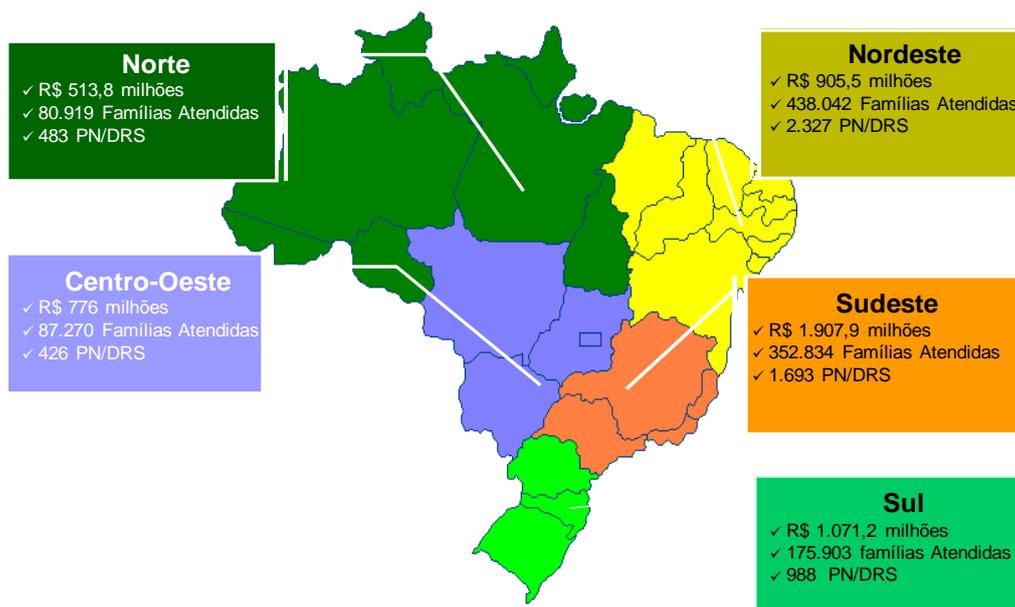
Em 2009, o Programa DRS estava presente em todo território nacional, atendendo mais de um milhão de famílias, com um aporte de recursos de aproximadamente R\$ 5,1 bilhões. (Ver Figura 3)

A implementação da metodologia DRS começa com o convite aos atores sociais da comunidade para discussão e identificação de suas prioridades. O BB afirma que toda participação precisa ser natural, uma vez que não há espaço para imposição de vontades de qualquer natureza ou parceiro. É preciso, portanto, que todos tenham objetivos comuns e compartilhem do conceito de visão:

- Visão Participativa: o envolvimento e a participação dos parceiros internos e externos e dos agentes das atividades produtivas é condição básica para o sucesso da estratégia;
- Visão de Abrangência: delimita a área a ser abrangida pela metodologia e busca nortear a identificação dos agentes e parceiros da atividade;
- Visão de Futuro: constitui-se no ponto onde se deseja chegar, a situação ideal desejada para a comunidade;
- Visão de Negócio: Além do potencial de crescimento da própria comunidade e de seus agentes, é preciso considerar a convergência dos objetivos traçados com as expectativas de todos os integrantes do processo; e,
- Visão de Cadeia de Valor: permite ampliar o foco de atuação, melhorar a tomada de decisão, agregar valor e elevar o grau de competitividade sistêmica da comunidade. É importante registrar que:

Trabalhar com a visão de cadeia de valor significa considerar todas as etapas de produção e distribuição que agregam valor aos produtos e serviços até o consumidor final. A cadeia de valor abrange a cadeia produtiva (matéria-prima até produto/serviço), a cadeia de distribuição (produto/serviço até o consumidor final), bem como todos os elementos de influência direta e indireta que não foram contemplados nas cadeias anteriores, mas integrantes do ambiente social da atividade (como governos, cooperativas e instituições públicas e privadas, entre outras) (Banco do Brasil – Cartilha DRS, p. 6).

Figura 3 – DRS / Brasil (2009)



Fonte: Banco do Brasil – DRS

A sensibilização das lideranças locais, das pessoas representativas da localidade é fundamental para uma participação ativa de todos os atores envolvidos na atividade. Assim, o compromisso de representantes do poder público, líderes comunitários, sindicais, religiosos, dentre outros, é vital para que haja uma mobilização das pessoas em prol da cooperação coletiva. Desafios comunitários, soluções comunitárias.

Com o objetivo de facilitar o trabalho coletivo, a metodologia DRS segue um fluxo, uma série de fases seqüenciadas, cujo intuito é obter melhores resultados:

- 1) Capacitação e Habilitação da agência – todos os funcionários envolvidos diretamente com a estratégia DRS devem receber capacitação específica;
- 2) Escolha da Atividade Produtiva – é o processo de identificação de atividades produtivas na localidade passíveis de serem aprimoradas sob a ótica do desenvolvimento regional sustentável. Nesta fase é importante conhecer as vocações locais e analisar o mercado da atividade a ser escolhida;
- 3) Equipe Gestora – equipe formada por atores locais, representativa das partes interessadas, cujos integrantes serão responsáveis pela coordenação dos trabalhos e pela gestão do Plano de Negócios que será elaborado;
- 4) Diagnóstico – a consolidação de informações econômicas, sociais, ambientais e culturais, com o objetivo de identificar, quantificar e qualificar as potencialidades, dificuldades, vantagens competitivas, ameaças e oportunidades relativas às atividades produtivas escolhidas;
- 5) Plano de Negócios – instrumento gerencial concreto, organizado e sistematizado de implementar as ações;
- 6) Análises e Pareceres – tem o objetivo de verificar se as ações que foram planejadas são suficientes para enfrentar os problemas, suprir as necessidades identificadas no diagnóstico da atividade, se os aspectos econômicos, sociais, ambientais (tripé da sustentabilidade) estão sendo observados e se foi respeitada a diversidade cultural;
- 7) Implementação – deve ser iniciada logo após a conclusão do Plano de Negócios com a participação de todos os atores sociais envolvidos no Programa. É o momento onde cada participante executa as ações sob sua responsabilidade, valorizando suas especialidades e capacidades, em prol de um objetivo comum; e,

- 8) Monitoramento e Avaliação – consiste em monitorar, verificar e avaliar o resultado das ações, cotejando-o com os objetivos estabelecidos.

Uma fase igualmente importante, segundo o BB, embora não esteja contemplada no fluxo da proposta metodológica, diz respeito às Anotações Históricas, a qual deve acompanhar todas as fases do processo. Tudo que acontecer no decorrer da implementação da metodologia deve ser registrado. A metodologia DRS é de utilização simples, segundo a pesquisa, e deve funcionar como um guia que permite organizar o trabalho coletivo de maneira racional e mais produtivo.

Do ponto de vista teórico, a metodologia DRS afirma que valoriza as características locais, pessoais e culturais do ambiente comunitário, assim como diz respeitar às diversidades e peculiaridades da localidade. Apresenta-se como um processo contínuo de aprendizado e compartilhamento de experiências comunitárias.

Todavia, Fischer (*apud* Barros, 2007) revela que nos tipos de intervenção em DRS existentes no Brasil, alguns fatores são considerados de risco nas metodologias disponíveis:

1. Desgaste conceitual, isto é, como todos os modismos e retóricas gerenciais, há um ciclo de construção, aplicação e esvaziamento do conceito, que declina, fragmenta-se e dá origem a outros ciclos de ações e retóricas;
2. Desgaste dos métodos participativos e dos chamados consensos vazios, que não estruturam planos de ação e não alcançam resultados;
3. A articulação das comunidades de interesse esbarra em limites concretos de poder, nas falácias da despolíticação das iniciativas e na exacerbação das potencialidades e virtualidades locais; os consensos sobre temas como geração de emprego e renda, por exemplo, esbarram, é óbvio, nos limites do Estado e do mercado, quando não nos limites dos grupos sociais e dos indivíduos como atores potencialmente conflitivos;
4. A descontinuidade política, que aniquila muitas iniciativas ao fim do mandato do gestor que as criou, soma-se às interferências político-partidária, locais, regionais e nacionais;
5. As dificuldades de articulação, governo mais governo, governo mais sociedade e sociedade mais sociedade não são triviais e muito menos metodológicas, mas explicadas por especificidades culturais e, talvez, pela adolescência de um país de 500 anos que aprende democracia “ao andar”;
6. A construção “externa” das estratégias de desenvolvimento local, o que pode ocorrer tanto nos modelos competitivos quanto na perspectiva cooperativa, seja por ação dos governos, das ONGs ou de outros atores institucionais, como agências internacionais;
7. Fragilidades metodológicas dos tipos de intervenção em desenvolvimento local, modismos e mimetismos, havendo muita semelhança entre os modos de fazer que atuam na superfície dos problemas e creditam à mobilização bem mais do que é possível fazer;
8. Estruturas de interesse, na constituição de agências promotoras do desenvolvimento local e consultores que substituem meios por fins, ao adotarem metodologias que se sobrepõe aos resultados e criam dependência nas comunidades apoiadas;

9. Superposição de programas e projetos de diferentes instituições que, por sua vez, superpõem agendas, dispersam e fragmentam esforços, para não perder oportunidades de financiamento; e,
10. Avaliação inexistente ou inadequada dos processos, resultados e impactos, fato que reforça equívocos, impede e limita a reconstrução dos cursos de ação. Fischer (*apud* Barros, 2007, p. 68).

Nesta mesma linha, Tânia Zapata, apresenta alguns fatores, semelhantes aos apresentados por Fischer (*apud* Barros, 2007), igualmente restritivos em relação às metodologias sociais de desenvolvimento sustentável:

1. Ausência ou falta de integração de políticas públicas específicas para o DRS;
2. Capital social incipiente dos atores locais;
3. Visão imediatista das mudanças sócio-políticas que se pretende alcançar;
4. Autoritarismo e clientelismo dos políticos locais;
5. Baixa qualificação profissional dos produtores locais;
6. Reduzido grau de empreendedorismo nos negócios locais;
7. Frágil participação de atores ligados ao empresariado local nos projetos de DRS;
8. Inexistência de ações de fomento do DRS customizadas para cada localidade;
9. Supervalorização do crédito, como garantidor da sustentabilidade dos projetos, em relação à gestão empresarial, assistência técnica, inovação e mercado;
10. Insuficiente cultura de alianças, parcerias e compartilhamento de recursos locais;
11. Incipiente processo de avaliação dos projetos visando ao seu aperfeiçoamento;
12. Descontinuidade político-administrativa; e,
13. Baixo foco no resultado, com alocação de mais tempo na elaboração de diagnósticos e planos, do que no acompanhamento e gestão efetiva dos projetos (Zapata, 2006b, p. 15).

Os riscos apontados pelas autoras são muito semelhantes e, no caso específico de Campo do Brito, alguns são perceptíveis, com base na pesquisa e nas visitas realizadas. O risco de descontinuidade político-administrativo, por exemplo, existe e é alto, pois há certa incerteza quanto ao futuro do Programa DRS, afinal existe um componente político na decisão estratégica de se exigir que cada dependência do BB tenha, no mínimo, um DRS em andamento sob sua condução, e o resultado da eleição presidencial deste ano pode alterar esta situação.

Outro risco que se encontra presente é o do desgaste conceitual, o qual pode estar afetando, inclusive, a possível expansão na quantidade de cooperados. Dos quarenta cooperados que fundaram a cooperativa, hoje ela é composta por 27. A questão da reduzida velocidade de implementação das ações, a saída de alguns parceiros, incluindo o poder público, e as dificuldades com a materialização da melhoria efetiva da renda

podem estar causando um desgaste natural, tanto conceitual quanto metodológico do DRS no ambiente dos produtores de mandioca de Campo do Brito.

A disponibilidade de crédito é importante, sem dúvida, mas, no momento, percebe-se que toda a concentração de esforços está na direção de se obter crédito junto ao Banco do Brasil. É uma situação arriscada, porque um projeto de desenvolvimento sustentável não pode ancorar-se muito fortemente na obtenção de crédito para sua continuidade, afinal algumas experiências econômicas mal sucedidas de micro e pequeno empreendedores no Brasil, segundo o Sebrae, apontam que, mesmo com acesso ao crédito, às vezes, a questão é de gestão e método gerenciais e não de crédito unicamente.

A ausência do empresariado local pode estar contribuindo para a dificuldade de a cooperativa resolver mais rapidamente a questão da melhoria da renda, fato que pode colocar em risco o futuro da experiência. A participação do empresariado facilitaria a abertura de um novo mercado para a cooperativa, viabilizando mais rapidamente sua independência em relação aos atravessadores.

O reduzido grau de empreendedorismo por parte dos produtores é outro risco que precisa ser minimizado. Existe um grau de dependência elevado em se tratando de iniciativas e ações empreendedoras concentrada em poucas pessoas, com destaque para a liderança local. Esta situação expõe a Coofama a um risco elevado de interrupção de suas atividades no futuro, caso venha a ocorrer algum imprevisto com a principal liderança, por exemplo.

Outro risco presente, segundo a pesquisa, diz respeito ao baixo foco no resultado. Já se passaram cinco anos e a cooperativa ainda é extremamente dependente dos atravessadores. Além disso, não se percebe nenhuma ação mais focada por parte dos parceiros no sentido de agilizar a solução deste problema.

Os riscos existem e precisam ser minimizados, todavia, a criação de mecanismos que possam auxiliar a estabelecer o elo entre capital social e desenvolvimento sustentável, através de metodologias de desenvolvimento, é um dos desafios das empresas que se propõem a atuar em prol desta proposta de desenvolvimento.

O que se percebe na atualidade, sobretudo, é que a riqueza é muito mais teórica do que efetivamente prática por parte do segmento corporativo na divulgação de sua responsabilidade social em relação aos resultados efetivamente apresentados por suas

metodologias. Percebe-se, também, que existe uma forte utilização da mídia com o objetivo amplificar esses resultados.

Ainda há muito a fazer e aperfeiçoar nas metodologias de desenvolvimento disponíveis no país. A continuidade do debate teórico e novos estudos empíricos sobre a eficácia dessas metodologias darão suporte a este fazer e aperfeiçoar para as futuras experiências sociais de desenvolvimento nas comunidades brasileiras.

2.4 – AMBIENTE DA PESQUISA: CAMPO DO BRITO (SE)

2.4.1 – A COOFAMA

A mandiocultura no Estado de Sergipe é integralmente dependente das condições climáticas para seu crescimento e desenvolvimento. Em se tratando de área cultivada de lavoura temporária, em 2008, ela ocupava a terceira posição no Estado, representando 12,4% da área total, cuja primeira posição era ocupada pela lavoura do milho, com 52%, seguida pela do cultivo de feijão, com 17,13% (Sergipe em Dados 2008/SEPLAN/SUPES). Quando se trata de produtividade, o desempenho da mandiocultura sergipana é destaque. Com 14.837 kg/ha, está acima da média/Brasil (14.137 kg/ha) e do desempenho dos demais estados nordestinos (IBGE/ Produção Agrícola Municipal, 2008).

Em termos de volume de recursos gerado pela lavoura temporária, a mandioca ocupava, em 2008, a segunda posição no ranking de Sergipe, sendo responsável por 22,05% do valor total do Estado. Em primeiro lugar continuava o milho, com uma participação de 34,85% (IBGE/Produção Agrícola Municipal, 2008).

Neste cenário encontra-se a Coofama, localizada no município de Campo do Brito, cujos cooperados e suas respectivas casas de farinha encontram-se distribuídos entre os povoados de Gameleira; Cercado; Limoeiro; Terra Vermelha; Tabua; e, Caatinga Redonda.

Segundo informações provenientes da pesquisa, cerca de 300 pessoas ligadas à Coofama estão envolvidas diretamente na produção da farinha de mandioca, através de 27 casas de farinha, sem levar em consideração a geração indireta de emprego e renda (transportadores e carregadores, por exemplo), cujo número não foi possível mensurar,

por este dado não se encontrar disponível numa fonte oficial e pela dificuldade de obtê-lo entre os próprios cooperados.

As casas de farinha funcionam geralmente de terça a quinta e produzem, em média, duas toneladas de farinha por semana/cada, as quais abastecem, principalmente, o mercado consumidor de Sergipe. Para Francisco Soares Cassundé¹⁷, embora os produtos da mandioca sergipana, em especial, a farinha, sejam exportados para outros Estados, destacando-se São Paulo, Bahia e Alagoas, o volume exportado ainda é muito pequeno, entre 10% e 15% da produção. Essa situação é consequência da ausência de uma visão empreendedora dos que operam na atividade e das dificuldades econômicas para melhor estruturar a cadeia produtiva, afirma o técnico.

Buscando mudar esta realidade, um grupo de produtores de farinha dos Povoados Gameleira e Cercado, principalmente, resolveu criar uma cooperativa. Em 2005, quarenta agricultores, integrantes de uma associação de produtores, resolveram criar a Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca de Campo do Brito (Coofama).

Em 2008, a cooperativa foi laureada, em Brasília (DF), com o prêmio Valores do Brasil¹⁸, que selecionou 15 dentre 334 experiências ou estudos que estão contribuindo para o desenvolvimento sustentável, cujos projetos destacaram-se por iniciar um processo de mudança, com base no trabalho coletivo e gerador de emprego e renda no contexto social brasileiro.

Com investimentos de aproximadamente de 250 mil reais, alocados de modo não reembolsável pela Fundação Banco do Brasil (FBB), a sede da cooperativa foi construída e sua inauguração ocorreu em outubro de 2009, no Povoado Gameleira, distante nove quilômetros de Campo do Brito. Com 900 m² de área construída, a sede da cooperativa dispõe de uma moderna máquina empacotadora de farinha, a qual empacota 26 sacos por minuto, uma pequena recepção administrativa, sala de reunião e uma estação digital com 11 computadores, que atendem 72 alunos da comunidade, distribuídos em três turmas nos três turnos do dia, três dias por semana, com duas horas de aula/dia.

¹⁷ Engenheiro Agrônomo, assessor técnico da Secretaria Estadual da Agricultura do Estado de Sergipe e consultor do Sebrae (SE).

¹⁸ O Banco do Brasil distribuiu R\$ 450 mil em premiações a projetos que se destacaram por transformar a realidade de maneira criativa. A iniciativa, chamada de Prêmio Valores do Brasil, premiou projetos que contam com o apoio não só do banco, mas também de outras entidades. Por isso, foi criado um júri independente, formado por representantes da Universidade de Brasília (UnB), com auditoria da KPMG, para escolha dos projetos. Fonte: Revista ISTOÉ, edição 2035.

Segundo José da Lapa Santos, secretário da cooperativa e um dos instrutores da estação digital, os cursos atendem a uma faixa etária que começa aos 12 e vai até os 50 anos de idade. “Além de formação básica eles podem ter acesso à internet, uma novidade aqui no povoado”, afirma. “Quem precisar utilizar um dos computadores pra fazer trabalhos escolares também pode. A estação está aberta à comunidade”, conclui José da Lapa.

Atualmente a Coofama possui 27 cooperados, 13 a menos do que a quantidade existente no ano de sua fundação.

Essa redução no número de cooperados é decorrência das dificuldades do trabalho associativo, pois muitos começam participando das reuniões, mas com o passar do tempo têm dificuldades de trabalharem de forma coletiva. Além disso, os resultados começam a aparecer no longo prazo e nem todos têm paciência pra esperar (Carlos Lapa dos Santos, presidente da cooperativa).

2.4.2 – PRINCIPAIS ASPECTOS

GEOGRÁFICO E HISTÓRICO

A pesquisa foi realizada no município de Campo do Brito (SE), distante 65 km de Aracaju, capital do Estado. Está localizado no Agreste Central Sergipano, um dos oito territórios de Sergipe, que é formado por 14 municípios¹⁹, os quais abrangem uma área total de 3.123 km², o que representa 14,25 % da área total do Estado. Com uma população de aproximadamente 229.000 habitantes, o Agreste Central responde por quase 12% da população estadual (Sergipe em Dados SEPLAN/SUPES, 2008).

Quanto à participação no PIB, o Agreste Central é responsável por 6,7% do PIB sergipano, que tem no setor de serviços uma concentração de cerca de 70% do PIB de todo o território. Vale registrar que a cidade de Itabaiana concentra 46% deste PIB e os demais 13 municípios compartilham os 54% restantes, tendo como base o ano de 2007 (Governo do Estado/SEPLAN, 2008).

¹⁹ Agreste Central: Areia Branca; Campo do Brito; Carira; Frei Paulo; Itabaiana; Macambira; Malhador; Moita Bonita; Nossa Senhora Aparecida; Pedra Mole; Pinhão; Ribeirópolis; São Domingos e São Miguel do Aleixo. Fonte: SEPLAN (SE)

Figura 4 – Localização Geográfica de Campo do Brito



Fonte: Governo do Estado de Sergipe / SEPLANTEC

Inserido no contexto do Agreste Central Sergipano, Campo do Brito possui uma população estimada de 16.745 habitantes (7,31% da população total do território), distribuída numa área de aproximadamente 200 km² (6,4% da área total do Agreste Central), segundo IBGE Cidades, 2009. Seu clima predominante é o tropical e sua economia está baseada na agricultura, principalmente na produção de farinha de mandioca²⁰. A pecuária, fabricação artesanal de móveis, olarias e curtume também contribuem para a economia do município.

Quanto à história de Campo do Brito²¹, está alicerçada em fatos evidenciados pela falta de democracia ocorrida após a emancipação política, quando o primeiro gestor do executivo municipal adotou uma política reconhecidamente ditatorial, segundo os historiadores. Depois de muitos atropelos houve uma reviravolta e a comunidade voltou a desfrutar de tranquilidade e democracia.

Há duas versões para o surgimento da cidade: a primeira é que ela teria nascido num lugar hoje conhecido por Campo do Brito Velho, onde existem ruínas que

²⁰ Breve histórico da mandioca em Sergipe – Logo após a conquista de Sergipe realizada pelos portugueses em 1590, diversos colonos fizeram solicitações de sesmarias ao Capitão Mor para cultivar lavouras de subsistência nos vales férteis dos rios Real, Piauí, Vaza Barris, Poxim, Sergipe, Cotinguiba, Siriri e Japarutuba. Os colonos aprenderam a cultivar a mandioca e a produzir seus derivados com os índios Tupinambás. A farinha de mandioca foi um dos mais importantes produtos de exportação de Sergipe, do século XVII ao XIX, especialmente em momentos de crise, a exemplo das invasões francesas e holandesas ao litoral nordestino. Fonte: Sergipe Cultura, Cap. XIII. Disponível em: <http://infonet.com.br>

²¹ Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e os livros “Campo do Brito Cinquentenário” e “História de Campo do Brito”, ambos de Adalberto Fonseca.

poderiam ser de uma capela. A outra, é que teve início em uma capela que deu lugar à Igreja Matriz, onde as ruas foram aparecendo em torno dela. Mas o certo é que, em 1601, as terras de Campo do Brito foram doadas em sesmarias de trinta léguas ao capitão Antônio Rodrigues, que depois da invasão holandesa cedeu ao Irmão Amaro, da Companhia de Jesus.

Apesar de ser o povoado de maior destaque do município de Itabaiana, não recebia a devida importância, segundo relatos históricos. Sentindo-se abandonados, os britenses começaram a desejar a independência, mas faltava um líder que enfrentasse a resistência dos itabaianenses. Superada essa situação, em trinta de janeiro de 1845, o povoado passou à categoria de freguesia, quando foi fundada a paróquia de Nossa Senhora da Boa Hora, ficando independente da de Santo Antônio das Almas, pertencente à paróquia de Itabaiana. A emancipação ocorreu em 29 de outubro de 1912.

A tradição guardou o nome de uma família – Brito – que usou estes campos para a criação de seus animais, e que, apesar de não ter deixado vestígios ou descendência conhecida, deu nome ao local.

AMBIENTAIS

Um dos principais problemas ambientais do município diz respeito ao lixo, que é despejado em vazadouros a céu aberto, na encosta de uma serra, embora haja certa preocupação por parte do poder público em aterrjá-lo. Nos povoados, o lixo é jogado no entorno das áreas residenciais, sem nenhum tipo de tratamento, como também é enterrado em buracos cavados próximos às residências.

Segundo informações obtidas junto a Prefeitura Municipal há projetos em andamento para realização de obras de infra-estrutura e instalação de um aterro controlado no município. Não há coleta seletiva de lixo e o esgotamento sanitário é deficiente. Encontra-se, ainda, em alguns locais despejo em vias públicas. Os efluentes do matadouro público são expostos em seu entorno, também sem nenhum tratamento.

Os riachos, em geral, apresentam-se desprovidos de mata ciliar e assoreados em praticamente todo o curso. A extração de pedras e a instalação de pedreiras ocorrem sem os devidos licenciamentos, fato que contribui para a degradação do meio ambiente. Praticamente já não existem remanescentes de matas, sobretudo de caatingas.

Outro ponto a ser considerado, diz respeito aos dejetos produzidos pela criação de suínos, que, por enquanto, não são submetidos a nenhum tipo de tratamento adequado. O problema causado pela suinocultura requer a adoção de medidas que busquem controlar a degradação ambiental causada por essa atividade. Nota-se que existe uma enorme carência de índices zootécnicos em relação à atividade e os produtores possuem pouco conhecimento sobre a problemática dos dejetos.

A grande maioria dos cooperados (76%) não possui nenhum sistema de captação de dejetos, sendo todo ele despejado no terreno. Observamos que alguns produtores (24%) têm ou estão construindo algum sistema de captação de dejetos (Santos *et al*, 2008)²².

Por fim, tem-se a questão ligada diretamente à mandiocultura. A queima da lenha e o resíduo tóxico da mandioca (manipueira) são os principais poluentes decorrentes da atividade. A queima da lenha realizada pelas casas de farinha polui o ar, provocando doenças respiratórias, principalmente entre aqueles que participam diretamente da atividade de torrefação da farinha. O despejo da manipueira nos rios e açudes polui as águas, causando intoxicação nas pessoas, além da morte dos peixes e de outros animais. É um líquido de cor amarelada que escorre do processo de prensagem da mandioca, o qual antecede à fabricação da farinha.

A manipueira é altamente tóxica por ser rica em ácido cianídrico. Quando despejada na natureza provoca a poluição do solo e das águas, causando grandes prejuízos ao meio ambiente. Esse despejo pode ser evitado com a utilização de técnicas corretas de manejo nas casas de farinha.

SOCIOECONÔMICOS

O PIB per capita de Campo do Brito era de R\$ 3.487, em 2006, correspondendo a 48% do PIB per capita do Estado que era de R\$ 7.560. O maior PIB per capita do Estado pertence a Canindé de São Francisco (R\$ 46.313), enquanto o de Aracaju, capital do Estado, ocupa a nona posição (R\$ 9.954). Dos dez municípios com os maiores PIBs per capita, sete são produtores de petróleo, atividade que impulsiona este indicador nesses municípios, exigindo, então, cuidados ao se comparar desempenhos

²² SANTOS, Clécio Souza *et al*. Caracterização de uma cooperativa de produtores de suínos localizada no município de Campo do Brito. Revista da Fapese, v.4, n. 2, 2008.

econômicos municipais com base neste índice (SEPLAN/SUPES/GEPEA-SE e IBGE, 2006).

Considerando que o menor PIB per capita é o de Moita Bonita (R\$ 2.996) e o décimo menor é o de Poço Verde (R\$ 3.259), percebe-se que o PIB per capita de Campo do Brito está entre os menores do Estado, precisamente na 21ª posição, tendo como base o ano de 2006. Enquanto o PIB per capita de Sergipe cresceu 32,2%, no período de 2003 a 2006, o de Campo do Brito teve uma elevação de 25,12%, abaixo do desempenho médio do Estado (SEPLAN/SUPES/GEPEA-SE e IBGE, 2006).

Outro indicador econômico que sinaliza seu baixo dinamismo é o da sua participação no PIB a preço corrente no Estado. Enquanto Sergipe cresceu 39,10% no valor total do PIB a preço corrente no período de 2003 a 2006, Campo do Brito reduziu sua participação de 0,41% para 0,38%, no mesmo período (SEPLAN/SUPES/GEPEA-SE e IBGE, 2006).

Quanto à participação do valor adicionado bruto da agropecuária a preço básico por município entre 2003 e 2006, Campo do Brito recuou de 1,2% para 0,7%, diante de um crescimento de 4,91% no valor adicionado bruto da agropecuária a preço básico do Estado. No segmento industrial houve uma elevação da participação do município de 0,10% para 0,12%, um crescimento de 20%, perante um aumento de 26,71% do valor adicionado bruto da indústria sergipana. Nos serviços, a participação de Campo do Brito caiu de 0,54% para 0,52%, diante do crescimento de 49,23% do Estado no valor adicionado bruto dos serviços no mesmo período. Na participação do valor adicionado bruto da administração pública, Campo do Brito passou de 0,75% para 0,80%, enquanto o valor adicionado bruto da administração pública a preço básico em Sergipe cresceu 56,39%, também entre 2003 e 2006 (SEPLAN/SUPES/GEPEA-SE e IBGE, 2006).

O IDH do município em 2000 era de 0,661 suficiente para posicioná-lo na 14ª colocação no Estado e na posição 3.586 no ranking nacional. O primeiro lugar em Sergipe é ocupado por Aracaju, cujo índice era de 0,794. Considerando que o IDH do Estado era de 0,687, o do Agreste Central Sergipano de 0,627, do Nordeste de 0,676 e o do Brasil era 0,766 (todos os dados de 2000), Campo do Brito encontra-se numa situação melhor do que a do Nordeste, mas abaixo do índice do Estado (PNUD, 2000 e SEPLAN/SUPES-SE, 2008).

A agricultura, pecuária e avicultura são importantes atividades geradoras de receitas para o município. Os principais produtos agrícolas da lavoura permanente são manga e coco. O destaque, contudo, é para a lavoura temporária, cujos produtos mais

relevantes na pauta de produção são a mandioca (86,7%) e a batata doce (8,8%), de um total de aproximadamente 8.900 toneladas produzidas em 2008 (IBGE Cidades, 2008).

Os rebanhos têm como principais efetivos os galináceos (56,7%), bovinos (36,9%) e suínos (6,4%). Considerando os três tipos de animal, o município detinha aproximadamente 0,6% do total de cabeças do Estado em 2008 (IBGE Pesquisa Pecuária Municipal, 2008).

A infra-estrutura dos serviços públicos atende satisfatoriamente aos munícipes e, conseqüentemente, aos cooperados, informa a pesquisa. Campo do Brito possui duas agências bancárias (Banco do Estado de Sergipe e Banco do Brasil S.A.), uma agência postal, um posto dos Correios, empresas de transporte rodoviário interurbano, comunicação telefônica via DDD e DDI, além de serviço móvel de celular.

A sede é abastecida de água potável pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), cuja fonte de captação fica no rio Ribeira. As vilas e povoados utilizam poços artesanais como fontes de captação da água utilizada pela comunidade, os quais são mantidos pela prefeitura. Quanto à energia elétrica é distribuída pela Energisa, com linhas de transmissão nas áreas urbana e rural.

Campo do Brito conta com uma rede de 25 estabelecimentos de ensino fundamental, sendo 88% das redes públicas municipal e estadual e 12% da rede privada, totalizando, em 2008, cerca de 3.700 matrículas. No ensino médio, o município dispõe de duas escolas, ambas públicas, que atenderam em 2008 quase 600 alunos. Quanto ao pré-escolar, é atendido por 22 escolas, sendo 82% públicas. No ensino superior não há disponibilidade de estabelecimentos (IBGE Cidades, 2008).

Na área de saúde, Campo do Brito, em 2007, contava com 52 leitos para internação em estabelecimentos privados e do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de mais nove estabelecimentos de saúde com atendimento ambulatorial em algumas especialidades básicas, três de saúde com atendimento ambulatorial odontológico e um que presta serviço ao SUS, segundo dados da Secretaria de Estado da Saúde (2009).

CULTURAIS

Quando se fala em artesanato em Campo do Brito, chama à atenção os bordados conhecidos como “casas de abelha”, criação das artesãs locais, mas, não são exclusividades do município.

Na música destacam-se duas filarmônicas. A mais antiga é a de Nossa Senhora de Boa Hora, que foi criada em 1891, pelo padre Vieira e, mais recentemente, a Promúsica, cujos instrumentos foram adquiridos pelos próprios componentes e atualmente funciona com os apoios da igreja e da comunidade.

As manifestações folclóricas também são destaques do município. Um dos principais grupos é o São Gonçalo, uma tradição transmitida de pai para filho há cinco gerações. O patrão traça-se de marinheiro em alusão a São Gonçalo do Amarante, um padre dominicano que vivia em Amarante, Portugal, no século XII, e teria assumido a missão de converter as prostitutas, buscando afastá-las do pecado.

Em se tratando de festas, as principais são: Festa dos Padroeiros; Brito Folia; e, São João Antecipado. As festas de Nossa Senhora da Boa Hora e de São Roque acontecem anualmente no mês de agosto, quando parcela significativa da população e moradores de municípios vizinhos, principalmente, participam das celebrações religiosas. A festa de São José acontece em março, na serra que foi batizada com o nome do santo, conhecida, também, por Serra dos Montes. É outra grande demonstração da religiosidade da comunidade.

Entre os meses de setembro e outubro acontece a Micareta, festa que reúne milhares de visitantes de todo o Estado, além de mobilizar a comunidade local para a folia do carnaval fora de época. A animação fora de época também marca o São João Antecipado de Campo do Brito, que vem se consolidando como um dos principais festejos juninos da região e acontece entre o final de maio e início de junho.

Outro destaque cultural do município é a Banda de Pífano, composta por quatro membros e fundada há cerca de cem anos no Povoado Terra Vermelha. Ela acompanha as novenas, apresenta-se em congressos e eventos diversos, buscando enaltecer e divulgar a cultura local.

CAPÍTULO 3

UMA EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CAMPO DO BRITO (SE)

Vale lembrar que a delimitação desta pesquisa corresponde ao período de 2005 a 2009 e que referências anteriores e posteriores, principalmente, foram importantes para a construção dos resultados apresentados. Um espaço temporal relativamente curto, mas suficiente para se captar sinais positivos da presença de algumas variáveis formadoras de capital social numa comunidade.

A partir da hipótese proposta por esta pesquisa, a qual busca verificar se existe correlação entre capital social e desenvolvimento sustentável, e qual o impacto da contribuição, caso haja, da metodologia DRS do Banco do Brasil neste caso específico, este capítulo apresenta os resultados obtidos quanto ao grau de capital social identificado na localidade pesquisada e o respectivo reflexo no desenvolvimento sustentável da comunidade.

As cinco dimensões (Parcerias e Concertação; Liderança; Redes e Organizações Sociais; Confiança e Cooperação; e, Melhoria da Renda) são essenciais para a percepção, ou não, da presença de capital social numa determinada localidade. Os resultados obtidos com a pesquisa estão detalhados no decorrer deste capítulo, cujas variáveis em cada uma dessas dimensões foram selecionadas com base no alicerce teórico apresentado.

Essas cinco dimensões foram selecionadas e adaptadas a partir das seis apresentadas pelo QI-MCS (Grupos e Redes; Confiança e Solidariedade; Ação Coletiva e Cooperação; Informação e Comunicação; Coesão e Inclusão Social; e, Autoridade “*Empowerment*” e Ação Política) e da fundamentação teórica que alicerça o presente trabalho, cuja âncora é Robert Putnam. Desse modo, foi possível verificar se existe e qual a intensidade de capital social no ambiente da Coofama.

As premissas propostas em cada dimensão e as construções dedutivas são decorrentes desta estruturação teórica, dos resultados obtidos com o roteiro de entrevistas, das visitas e observações realizadas. Este conjunto de ações é relevante para a pesquisa, uma vez que incide diretamente na confirmação ou não da hipótese desta pesquisa e pode também ser percebido no contexto das dimensões abaixo descritas.

3.1 – PARCERIAS E CONCERTAÇÃO

O capital social pode ser considerado um importante catalisador à disposição da localidade na consecução dos seus objetivos coletivos de desenvolvimento, assim como uma forma de revitalizar os laços de cooperação e convivência sociais. Sabe-se que não é a panacéia para resolver todos os problemas socioeconômicos de uma comunidade, mas sua presença pode auxiliar no processo de desenvolvimento da localidade.

Sentimento de pertencimento, mobilização comunitária (abrangendo instituições públicas e privadas), participação ativa nas parcerias e tomadas de decisão são atributos que podem facilitar o trabalho coletivo de uma comunidade, pois a capacidade de realizar, de fazer acontecer, de buscar os objetivos comuns é um diferencial indispensável para proporcionar menos injustiça social, melhor distribuição de renda e condições de vida mais digna.

Lembrando De Araújo (2003, p. 10): “Capital social é a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum”.

O Programa DRS afirma que um de seus pilares é a importância das parcerias e da concertação. A participação ativa e permanente dos membros da comunidade, com destaque para o papel dos atores sociais, através da chamada Equipe Gestora do Programa, responsável pelo diagnóstico inicial, elaboração e execução do plano de ação, busca materializar esta percepção de relevância dos laços de parceria estabelecidos na localidade.

No período de delimitação deste estudo foi possível fazer uma análise dos principais fatos que, de acordo com a pesquisa, influenciaram no processo de mudança social em curso na localidade e seus possíveis reflexos na melhoria das condições sociais e econômicas da comunidade, assim como no nível de relacionamento existente entre os membros da Coofama, poder público, instituições públicas e privadas etc.

O processo em Campo do Brito começou com o diagnóstico, elaborado nas reuniões com os líderes comunitários, que respondiam ao questionário do DRS, para posterior definição da situação da atividade na cidade, enfocando além dos aspectos econômicos, os sociais e culturais (João Rogério Correa da Silva, gerente do BB em Campo do Brito).

Em maio de 2005, o Banco do Brasil, por meio do Programa DRS, iniciou o processo de implementação da metodologia junto aos produtores de farinha de

mandioca do município. O primeiro passo, segundo a pesquisa, foi reunir as lideranças sociais e comunitárias, através da articulação e mobilização de possíveis parceiros em torno do objetivo desejado: buscar promover o capital social e viabilizar o processo de desenvolvimento sustentável nas comunidades produtoras de farinha de mandioca da localidade.

“Como se tratava de algo novo, inicialmente causou surpresa e certo descrédito quanto aos resultados por parte de muitos produtores”, afirma João Rogério Correa da Silva, gerente da agência do Banco do Brasil em Campo do Brito. Mas, segundo a pesquisa, percebe-se que alguns acreditaram na proposta.

Em Campo do Brito existe muita gente que planta mandioca e produz farinha, e esse foi o foco do Programa DRS. Além da disposição de alguns membros da comunidade, firmamos parcerias com a Embrapa, Sebrae/SE, Instituto de Tecnologia e Pesquisa da Universidade Tiradentes, Deagro e Prefeitura Municipal de Campo do Brito dentre outras, que foram essenciais ao desenvolvimento dos trabalhos. Cada instituição ficou responsável pela condução de determinadas atividades no processo de implementação do Programa (João Rogério Correa da Silva, gerente da agência do BB em Campo do Brito).

Segundo o BB, uma fase fundamental do Programa DRS é a elaboração do diagnóstico, uma vez que a partir dele condensa-se um conjunto de informações econômicas, sociais, ambientais e culturais, com o objetivo de identificar, quantificar e qualificar as potencialidades, dificuldades, vantagens competitivas, ameaças e oportunidades relativas à atividade produtiva escolhida. Analisando-se o alicerce teórico do Programa, nota-se que o diagnóstico tem o objetivo de contemplar vários aspectos, tais como: identificação do ambiente externo; interações da comunidade com o ambiente externo; condições do ambiente interno; construção de cenários; problemas ligados à atividade etc.

O objetivo principal do diagnóstico, segundo o BB, é desenvolver e estimular a participação dos atores locais – de forma analítica, crítica e seguindo, inclusive, alguns critérios técnicos – na identificação e conhecimento da realidade que contextualiza toda a cadeia produtiva da atividade escolhida. Ao iniciar o trabalho de parceria, o diagnóstico busca alinhar a proposta teórica do Programa DRS à prática. Sem a efetiva participação não é possível compartilhar a responsabilidade de cada um nas ações de mudança propostas para a comunidade, reconhecem os próprios parceiros do Programa.

A pesquisa mostrou que o Programa DRS não se apóia num modelo individualista e independente. Nas visitas realizadas ficou evidente que o trabalho

coletivo e integrado entre cooperados e parceiros é fundamental para a cooperativa. Dos entrevistados, 81,25% responderam que muito provavelmente o trabalho realizado pela Coofama não teria o mesmo resultado se não houvesse a cooperação efetiva entre seus membros.

Tabela 2 – Grau de cooperação na Coofama

Pergunta	(%) Respondentes	Respostas
Como o Sr.(a) descreveria o grau de cooperação entre os membros da comunidade	75%	Muito alto
	6,25%	Alto
	18,75%	Médio
	0,0%	Baixo
	0,0%	Muito baixo

Nesse cenário, descreve-se, abaixo, de forma resumida, o modelo do diagnóstico elaborado pelos parceiros integrantes da equipe gestora do DRS, em 2005:

Quadro 2 – Matriz do diagnóstico da atividade (2005)

1. Identificação	Detalha, de forma minuciosa, local, tipo, desdobramentos e descrição da atividade
2. Justificativa para escolha da atividade	A atividade (plantação da maniva para produção de mandioca e aproveitamento dos seus derivados) deve atender ao tripé do Programa: economicamente viável; socialmente justa; e, ambientalmente correta, respeitando a cultura local.
3. Produção, produtividade, preço, custo e comercialização.	Faz-se uma análise da cadeia de valor, abrangendo desde a cadeia produtiva até a de distribuição da farinha de mandioca e de seus derivados na região.

4. Potencial da atividade e tipo de energia utilizada	Análise da capacidade de aumentar produção, produtividade, melhorar qualidade do produto, reduzir custos e condições do mercado consumidor. Consumo de energia elétrica e queima de lenha e carvão.
5. Famílias envolvidas e distribuição de renda	Total de famílias envolvidas: 900, sendo que 80% delas têm renda de até um salário mínimo e 20% entre dois e três.
6. Trabalhadores envolvidos e risco do trabalho	Cerca de 3.800 pessoas trabalham na atividade, dos quais 66% informais e 34% formais. Os riscos dizem respeito à ausência de equipamentos de segurança para evitar a inalação dos odores tóxicos e queimaduras, principalmente. Não há trabalho escravo, degradante, tampouco realizado por crianças.
7. Estrutura educacional	A quantidade de escolas é suficiente para atender a demanda, com 100% das crianças em idade escolar freqüentando as aulas. Entre os jovens e adultos cerca de 60% são analfabetos
8. Assistência médica e odontológica	Insuficiente para atender às necessidades da comunidade. A quantidade de agentes de saúde disponível também é insuficiente para atender satisfatoriamente toda a comunidade.
9. Moradia dos produtores	Existem problemas nas condições de moradia de uma pequena parcela dos produtores, pois residem em casas de taipa.

10. Meio ambiente	<p>A atividade está sujeita às licenças ambientais do IBAMA, ADEMA, Vigilâncias Sanitárias Estadual e Municipal e ANVISA.</p> <p>Existe impacto ambiental decorrente da atividade, em função do desmatamento (lenha), contaminação do solo pela geração de resíduos (manipueira) e poluição do ar (queima da lenha). Orientação técnica deficiente, principalmente, quanto ao manejo do resíduo que, quando não tratado é altamente tóxico, mas conforme estudo da Embrapa, após processo de decantação pode ser utilizado como fertilizante ou alimentação para o gado.</p>
11. Ameaças, Oportunidades, Pontos Fortes e Fracos	Análise e levantamento da atividade considerando estes itens no contexto do mercado interno (Intra-Estado) e externo (Inter-Estado).

Fonte: Sistema de Informações do Banco do Brasil (SISBB)

A partir deste diagnóstico os parceiros construíram o cenário no qual a atividade produtiva estava inserida. Vale ressaltar que o diagnóstico não se restringiu ao universo da cooperativa, mas da atividade da mandiocultura em todo o município. Dentre os muitos desafios levantados pelo diagnóstico é possível destacar: a existência de uma doença conhecida como “podridão”, que afeta fortemente sua produtividade; a geração de um resíduo tóxico (manipueira) que não é aproveitado, tampouco tratado, e polui intensivamente o meio ambiente; percentual elevado de analfabetos entre os adultos, que a pesquisa revelou um índice ainda mais elevado entre os cooperados (85%); existência de impactos ambientais; nível de rentabilidade da atividade muito baixa, em face, principalmente, da existência da figura do atravessador.

Outra percepção decorrente do diagnóstico era o fato de a maioria das casas de farinha concentrar todo o processo produtivo de forma manual, conseqüentemente, com baixa produtividade. Além disso, o aquecimento dos fornos era feito integralmente via queima de lenha, gerando poluição e consumindo intensivamente um recurso natural esgotável.

Quanto à questão da rentabilidade decorrente da atividade, a falta de estrutura de estocagem, ausência de um processo de empacotamento, de uma visão empreendedora do negócio, de um modelo de logística de distribuição, além da baixa produtividade faz com que praticamente toda a produção seja vendida aos atravessadores.

Com base nesta realidade, os diversos atores sociais elaboraram o plano de ação, que, para o Programa DRS chama-se Plano de Negócios. De posse das informações obtidas no diagnóstico, os parceiros e a comunidade propuseram os objetivos e as ações necessárias para superarem os desafios encontrados. Neste momento, definiram-se os papéis e compartilharam-se as responsabilidades, cujo objetivo era atingir as metas estabelecidas.

A possível presença de capital social na comunidade pesquisada, mesmo que num estágio não muito avançado, uma vez que a Coofama foi criada por ex-membros de uma associação de produtores já existente (75% dos entrevistados cooperados faziam parte desta associação), facilitou, segundo conclusões decorrentes da pesquisa, a continuidade do trabalho coletivo e a formação das parcerias, essenciais a qualquer trabalho baseado em capital social.

Os principais parceiros da cooperativa, atualmente, são o Banco do Brasil, Sebrae e Endagro. Sem eles não teríamos conseguido caminhar até aqui. O primeiro com o DRS e a viabilização de alguns recursos para a atividade. O Sebrae e a Endagro com orientação técnica, capacitação e treinamento, basicamente (Carlos Lapa dos Santos, presidente da Coofama).

Observa-se também que, neste caso específico, é muito provável que exista uma relação de causa e efeito entre formação de capital social e o processo de desenvolvimento sustentável em andamento. Para tanto, percebe-se também que o auxílio de uma metodologia que se apresenta como facilitadora da formação de capital social, de implementação simples, segundo a pesquisa, tem sido relevante para a comunidade: 75% dos entrevistados consideraram o Programa DRS importante ou muito importante para a experiência do trabalho da Coofama. Todavia, existe uma

percepção muito clara por parte dos membros da diretoria da cooperativa que ainda há muito a fazer.

Tabela 3 – Importância do DRS

Pergunta	(%) Respondentes	Respostas
Qual o nível de importância que você atribui à participação do parceiro BB/DRS neste trabalho?	68,75%	Muito importante
	6,25%	Importante
	12,50%	Importância razoável
	12,50%	Pouco importante
	0,0%	Nenhuma importância

O DRS é muito importante pra nossa comunidade e nosso trabalho. Facilita a participação de todos e ajuda a gente a resolver muitos problemas nossos. Alguns muito antigos. Com o DRS conseguimos muita coisa nos últimos anos na comunidade. Ainda precisamos de muitas outras coisas. Por exemplo, a questão do crédito. Estamos precisando muito, neste momento, de crédito, e o Banco do Brasil ainda não deu uma resposta. Sem crédito a gente volta a ficar totalmente dependente dos atravessadores, pois nosso trabalho ainda está começando e nós não temos recursos pra tocá-lo sem ajuda do crédito (José da Lapa Santos, secretário da Coofama).

Fazendo referência aos estudos de Putnam na Itália, na comunidade estudada, foi possível constatar que existe uma variabilidade no nível de capital social das pessoas que integram a cooperativa. Assim, àquelas que participam mais ativamente de associações, conselhos e sindicatos, por exemplo, são dotadas de mais disposição para o trabalho coletivo do que àquelas que não participam de nenhuma organização social. Neste sentido, afirma Carlos Lapa dos Santos:

A participação de todos é muito importante para nosso trabalho. Só que algumas pessoas sempre trabalham mais do que outras e existem àquelas que não querem fazer nada. Na verdade não fazem nada mesmo. Ficam esperando os resultados. Sem espírito de união e cooperação não dá pra fazer parte da cooperativa. É por isso que começamos com 40 cooperados e agora temos 27, contando com mais dois que entraram depois da inauguração da sede da cooperativa no ano passado (Carlos Lapa dos Santos, presidente da Coofama).

É possível deduzir que quanto mais alto é o nível de participação social da pessoa, mais fácil é a possibilidade de ela participar mais ativamente do trabalho coletivo e superar os desafios cotidianos inerentes à convivência comunitária. Para o caso em análise o nível de participação social elevado reflete-se na capacidade de se

estabelecer parcerias com mais probabilidade de se obter sucesso, como também na de trabalhar de forma mais produtiva coletivamente.

Algumas iniciativas, segundo vários teóricos que abordam o tema capital social, podem facilitar este trabalho apoiado em parcerias, como por exemplo: participação nos processos decisórios; descentralização do poder político; construção de ambientes públicos que incorporem a comunidade, dentre outras. É, também, o que afirma Boisier:

Por sua vez, o principal instrumento de negociação para cima é um *projeto regional*, com suficiente grau de consenso (e sem ocultar o dissenso). Esse projeto é o resultado preciso da capacidade de *negociação para os lados e para baixo* do governo regional, ou seja, de sua capacidade de mobilização da sociedade civil e de sua imaginação para assentar essa mobilização num rumo desafiante e aglutinante (Boisier, 1996, p. 130).

Este apoio está intrinsecamente relacionado ao conceito de comunidade cívica proposto por Putnam, o qual considera importante o papel dos membros da comunidade e das instituições na construção de um ambiente baseado em parcerias, apesar de existir a real possibilidade da presença de conflitos e interesses divergentes. Todavia, a pesquisa mostrou que não é a inexistência do dissenso ou do conflito que define a presença mais ou menos forte do capital social, mas sim, a capacidade de o grupo saber contornar essas situações no ambiente coletivo. Ao se indagar sobre a disposição para solucionar os conflitos sem gerar inimizades futuras, 75% dos entrevistados responderam que há disposição ou muita disposição para tal situação.

A pesquisa mostrou que o trabalho realizado em parceria é mais proveitoso e produtivo quando os membros da comunidade não se sentem cidadãos inferiores em relação aos parceiros, principalmente quando existe uma situação de acentuadas discrepâncias nos níveis educacional, social e econômica entre ambos. O respeito à cultura e a capacidade de interlocução por parte dos parceiros são fundamentais para o êxito do trabalho coletivo.

A interação entre os parceiros e a comunidade, gerando um sentimento de pertencimento entre ambos, contribui para que as ações sejam realizadas de forma mais colaborativa e facilita o processo de concertação. Dos pesquisados, 75% consideraram que os parceiros são essenciais ao trabalho desenvolvido pela Coofama, com destaques para as participações do Banco do Brasil e Sebrae.

Tabela 4 – Importância das parcerias

Pergunta	(%) Respondentes	Respostas
Qual o nível de importância que você atribui à participação dos parceiros neste trabalho?	68,75%	Muito importante
	6,25%	Importante
	12,50%	Importância razoável
	12,50%	Pouco importante
	0,0%	Nenhuma importância

Muito possivelmente pode acontecer o inverso com interações menos consistentes e categorias comunitárias menos organizadas, como foi observado por Putnam no sul da Itália, onde o percentual de capital social é inferior ou, até mesmo, inexistente, em face de as pessoas não possuírem este sentimento de pertencimento, instrumento social capaz de impulsionar a ação coletiva em prol do bem comum.

Outra importante constatação diz respeito à questão político-partidária. Embora seja muito comum nos municípios do interior do Estado, a questão do coronelismo ou da política partidária segregacionista não foi percebida na comunidade, tampouco utilizada como instrumento de dominação política por quem quer que seja. “É claro que não votamos nos mesmos candidatos ou partidos, todos têm os seus, mas a gente procura não misturar as coisas. Até agora está dando certo”, afirma Luciano dos Santos, cooperado.

Putnam (1995) enfatiza, nesse sentido, a importância de uma sociedade civil forte e ativa para a consolidação da democracia e do capital social. A presença de relações de submissão política entre comunidade e poder público enfraquece, sobremaneira, os elos existentes entre capital social e desenvolvimento local. Em contrapartida, a ausência de laços políticos e oligárquicos no ambiente da vida comunitária facilita à formação de capital social, em decorrência de os interesses individuais e eleitoreiros não se sobreporem aos coletivos.

Todos aqui têm suas preferências políticas, mas isso não interfere no nosso trabalho nem nas nossas relações na cooperativa. A política não tem atrapalhado as nossas atividades. Não podemos confundir nosso trabalho na cooperativa com nossos candidatos nas eleições (Jose Farias de Souza, cooperado e ex-secretário de agricultura de Campo do Brito).

Com base na pesquisa, é possível deduzir que a atuação através das parcerias e da concertação têm viabilizado o trabalho coletivo na comunidade. O exemplo é a

modernização das casas de farinha que, anteriormente, processavam toda a mandioca de forma manual, com baixa produtividade e qualidade. Todavia, a introdução de novas técnicas foi importante para a redução dos custos, no sensível aumento dos lucros e na mitigação do impacto ambiental. O superintendente do Sebrae (SE) lembra:

O Sebrae detectou mais de 300 casas de farinha atuando nessa região de Campo do Brito ligadas às associações que receberam financiamentos e depois foram abandonadas. Começamos a desenvolver ações para resgatar e agregar valor à mandioca. Esse trabalho é executado através de parcerias, e tem como foco a redução de custo e a sustentabilidade do negócio (Emanoel Sobral, superintendente do Sebrae, 2009).

Outra importante contribuição do Sebrae foi na ação de capacitação e treinamento dos produtores de todo o município. Foram realizados cerca de 35 cursos, com 40 pessoas, em média, por curso, totalizando cerca de 1.400 pessoas treinadas em diversas áreas.

O Sebrae forneceu vários cursos, oficinas e capacitação no intuito de melhorar nosso trabalho. Chegou até nos levar para outros estados para vermos experiências que também estão dando certo. Posso dizer que nosso trabalho vem dando certo porque, ainda hoje, contamos com a parceria do Sebrae (Carlos Lapa dos Santos, presidente da Coofama).

O reconhecimento dessa parceria é recíproco. O superintendente do Sebrae (SE), Emanoel Sobral, faz questão de ressaltar que os resultados não seriam alcançados se não fosse o apoio de parceiros como o Banco do Brasil. A participação dos cooperados e as parcerias estabelecidas, segundo a pesquisa, tem proporcionado bons resultados para toda comunidade.

Para Carlos Lapa dos Santos, presidente da Coofama: “Havia muita dificuldade na venda da farinha, devido aos atravessadores, mas com a união de todos os parceiros em torno do Programa DRS as coisas estão começando a mudar. Ainda dependemos deles, mas num futuro próximo acreditamos que conseguiremos nossa independência”.

Esta situação ainda está longe da solução, em face de ainda haver muita dependência dos produtores em relação ao atravessador. Entretanto, a pesquisa mostrou que através das parcerias e da concertação algumas ações estão em curso visando solucionar esta questão num futuro próximo.

Alguns exemplos podem ser citados em se tratando da importância deste trabalho coletivo baseado em parcerias:

O forno era inadequado, pois utilizava bastante lenha e não atingia o aquecimento ideal, além do resíduo poluente da mandioca, chamado manipueira, altamente tóxico, rico em ácido cianídrico, que era despejado diretamente no solo, prejudicando o terreno e todos os microorganismos existentes (Carlos Lapa dos Santos, presidente da Coofama).

Solução proveniente da parceria:

Os fornos hoje possuem grelhas, o que reduziu pela metade a necessidade de madeira e dobrou o poder do calor. Em relação à manipueira, ela hoje é colocada num túnel por cinco dias, permitindo que a parte prejudicial ao meio ambiente evapore, e o restante do líquido seja utilizado como adubo vegetal e também na alimentação animal. Esse projeto desenvolvido com a Coofama tornou-se uma referência no Sistema Sebrae, inclusive em outros Estados (Emanoel Sobral, superintendente do Sebrae-SE).

A pesquisa constatou que atualmente os produtores usam uma grelha nos fornos que permite a queima total da lenha, potencializando o calor produzido e acelerando o processo de aquecimento, diminuindo, conseqüentemente, o tempo necessário para torrar a farinha. Houve também, em função da utilização dessa grelha, uma redução de cerca de 50% no consumo total de lenha.

Quanto ao resíduo tóxico (manipueira), decorrente da prensagem da mandioca, recebeu um tratamento especial: passou a ser armazenado em locais apropriados e depois de ficar, em média, cinco dias em estado de decantação para separá-lo do ácido cianídrico, tóxico e altamente volátil, é aproveitada como adubo e ração animal, principalmente. Seu percentual de aproveitamento ainda é reduzido, cerca de 20%. Contudo, é importante registrar que praticamente 100% da manipueira recebe tratamento adequado atualmente. Mesmo que ainda seja pequeno seu aproveitamento como adubo ou ração, deixou de contaminar o meio ambiente.

A comunidade agora tem consciência de que a manipueira pode ser aproveitada de várias outras maneiras, tais como: fertilizante natural; substituto dos agrotóxicos; defensivo contra insetos e pragas; na produção de vinagre, tijolos, sabão etc.

Uma constatação interessante diz respeito à reduzida participação da Prefeitura Municipal de Campo do Brito na experiência desenvolvida pela cooperativa na atualidade. Embora no início do processo ela tenha se engajado, no momento não tem contribuído de forma efetiva. Sua participação restringe-se a não criar obstáculos ao

trabalho da cooperativa. Segundo a Diretoria da Coofama²³, ultimamente não há qualquer participação do Poder Executivo Municipal em prol do trabalho desenvolvido pela comunidade.

Contudo, o próprio Putnam (1993) destaca que a falta de cooperação para benefício mútuo não significa necessariamente sinal de ignorância, irracionalidade ou mesmo maldade. Assim, pode ser apenas uma questão temporária e pontual, sem reflexos momentâneos nos resultados da experiência social analisada.

Todavia, este cenário não cerceou a continuidade das ações por parte dos membros da Coofama, tampouco diminuiu o ânimo dos cooperados e dos parceiros em continuar com o trabalho coletivo visando ao desenvolvimento da localidade.

3.2 – LIDERANÇA

A importância da liderança no contexto teórico do capital social é de fundamental importância para a realização de uma experiência coletiva. O exercício da liderança viabiliza, dentre outras coisas, o compartilhamento de informações, otimizando a execução das ações e o processo decisório, o qual envolve pessoas, redes, instituições, além de outras estruturas coletivas informais, quando se trata de um trabalho baseado no capital social.

Desse modo, o capital social e os diversos tipos de instituições locais, formais ou informais, comportam-se como instrumentos que podem alavancar o desenvolvimento local, cujo impulso encontra-se ancorado, normalmente, numa liderança local. Para Uphoff (2000a), este tipo de capital está embasado em associações horizontais e de redes sociais que estruturam processos decisórios transparentes, coletivos, através de lideranças responsáveis que adotam práticas coletivas.

A democratização das informações, do conhecimento acumulado e das idéias inovadoras é uma das atribuições da liderança local. O líder da comunidade passa a representar e exercer o papel de procurador dos anseios coletivos de melhoria das condições de vida de todo o grupo. O líder é informalmente eleito o porta voz dos cooperados. Esta é uma percepção decorrente da pesquisa.

²³ Diretoria da Coofama é composta por: Carlos Lapa dos Santos, presidente; José da Lapa Santos, secretário; José Martins dos Santos, vice-presidente; Paulo Santos Conceição, tesoureiro; Luciano dos Santos, diretor de negócios; Givanildo Santos Góis, diretor social .

Vale registrar que conhecimento, informações e idéias normalmente encontram-se presentes em ambientes democráticos e ricos em confiança e transparência relacional. Dessa afirmação teórica percebeu-se empiricamente que houve uma razoável mobilização, por parte da liderança local, para a construção desse ambiente democrático. Espaços disponíveis para discussões, treinamentos e a realização das atividades laborais coletivas foram viabilizadas pela liderança da localidade. Denota-se, assim, que um ambiente mais receptivo às discussões pode propiciar à comunidade maior volume de capital social.

Na cooperativa nós discutimos nossas opiniões. Ninguém manda em ninguém e ao final das reuniões a decisão é tomada pela maioria dos presentes. Eu tenho minha opinião, mas se a maioria vencer eu aceito. Quem não participa tem que aceitar a decisão sem reclamação. Não aceitamos as opiniões daqueles que não participam e só criticam as coisas. Assim não funciona (José Santana de Oliveira, cooperado).

Carlos Lapa dos Santos, atual presidente da Coofama, exerce o papel dessa figura de líder da comunidade. A pesquisa não citou nomes, mas 100% dos entrevistados reconheceram a importância da existência de uma liderança no trabalho realizado pela Coofama. A interlocução com os parceiros, sociedade, imprensa e os demais membros da comunidade é realizada naturalmente por Carlos Lapa, sem qualquer tipo de contestação aparente.

Tabela 5 – Importância da liderança

Pergunta	(%) Respondentes	Respostas
Qual a importância do papel do líder no trabalho desenvolvido pela Coofama?	75%	Muito importante
	25%	Importante
	0,0%	Importância razoável
	0,0%	Pouco importante
	0,0%	Nenhuma importância

Um exemplo que pode ser citado dessa atuação de Carlos Lapa está no papel de mediador junto aos principais parceiros do Programa DRS, seja no caso do Sebrae e seu programa de capacitação, seja em relação ao Banco do Brasil e as necessidades de crédito da cooperativa, ele está sempre fazendo a interlocução.

Na área de capacitação o resultado do trabalho da liderança é reconhecido pelos entrevistados: 75% afirmaram que a situação melhorou muito depois dessa programação.

Nós não tínhamos o conhecimento que temos hoje. Mudou tudo: meio ambiente, produção, a produtividade. Por exemplo: a gente jogava fora o líquido que sai da mandioca, e esse líquido matava o solo. Hoje, através do DRS, da Endagro, do Sebrae, descobrimos como dar um tratamento para esse líquido e já começamos a aproveitar na nossa própria atividade (Carlos Lapa dos Santos, presidente da cooperativa).

A rede de comunicação existente entre os cooperados é outro exemplo da importância do papel da liderança local. A informação, de interesse dos cooperados, flui rapidamente pela comunidade. Esta mobilização para compartilhar as informações, discutir os problemas e escolher as respectivas ações materializa-se através de Carlos Lapa. Percebe-se que existe um respeito e uma confiança por parte da comunidade em relação a ele, o que facilita o exercício deste papel.

A literatura que discute o assunto afirma que uma liderança atuante, engajada e respeitada é fonte de motivação num processo de construção coletiva. “O papel da liderança é importante desde as discussões até a realização das ações. Ela puxa todos para discutir e resolver os problemas da comunidade. Sem uma liderança e sem ser reconhecida por nós, como íamos fazer as coisas?” (José Santana de Oliveira, cooperado).

Aparentemente, neste caso específico, o processo de formação de capital social tem sido favorecido por esta participação efetiva da principal liderança comunitária, que, por sua vez, tem beneficiado toda a localidade.

Sem sombra de dúvidas, Carlos Lapa, é uma das principais lideranças da comunidade e principal responsável pelos resultados obtidos junto aos produtores de mandioca do município. Sem ele, dificilmente, os produtores teriam conseguido chegar até onde chegaram (João Rogério Correa da Silva, gerente do BB em Campo do Brito).

Em algumas reuniões mensais, ficou claro o papel de líder que Carlos Lapa exerce junto à comunidade. Sempre direcionava as discussões e buscava a participação dos cooperados, sem impor suas opiniões, mas sem deixar de abordar e conduzir o debate na direção dos principais assuntos para a cooperativa no momento, quais sejam: necessidade de crédito; expansão do mercado; e, melhoria da qualidade e do mix de produtos.

Não podemos procurar novos mercados se não tivermos um grupo mais organizado e uma capacidade de atendimento dos pedidos permanente, com produtos diferenciados e variados. Nesse sentido, já criamos a marca própria da farinha de mandioca da cooperativa: “Delícia da Copa”. Os próximos passos serão organizar nossa produção e melhorar nossa produtividade para podermos começar a pensar nos grandes compradores, como o G. Barbosa e o Bom Preço (Carlos Lapa, presidente da Coofama).

A liderança não deve ser imposta, é uma conquista pessoal e profissional, reconhecida interna e externamente, decorrente de atitudes éticas, sérias e, no caso em análise, representativa dos objetivos comuns da comunidade.

Todo grupo tem que ter uma liderança. Pra trazer, dividir e discutir os problemas da comunidade. Sem liderança o grupo não anda, fica sem rumo, sem um guia que auxilie os demais membros da comunidade. A liderança é o motor do carro, sem ela o grupo não anda, não caminha (José Farias de Souza, cooperado e ex-secretário de agricultura do município de Campo do Brito).

Numa experiência coletiva considera-se uma importante atribuição do líder o papel de mediador de soluções de conflito. Na pesquisa realizada apurou-se que ainda não houve entre os cooperados uma situação grave de conflito. Há, sim, predisposição entre os entrevistados para contornar essas possíveis situações conflituosas: 68% dos entrevistados afirmaram ter disposição para contorná-las quando houver necessidade. Neste item o percentual de pesquisados que afirmou dispor desta vontade não é tão significativo. Portanto, fica a dúvida se realmente estão preparados e dispostos para enfrentarem este desafio.

Dessa forma, é possível afirmar que na experiência social em curso na Coofama, o papel desempenhado pela figura do líder está sendo muito importante para a formação e possivelmente futura consolidação do capital social na comunidade.

3.3 – REDES E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

No cenário de transição conceitual de “comunidade” para “redes sociais”, vários autores no decorrer da década de 1990 começaram a investigar academicamente o significado desta mudança na arena do ambiente social, dentre eles: Coleman, 1990; Putnam, 1993; Fukuyama, 1995; e, Grootaert, 1997. “As redes e organizações de apoio mútuo podem ser definidas como sistemas compostos por conexões e representadas por

sujeitos sociais, tais quais indivíduos, grupos e organizações, que se encontram conectados por algum tipo de relação” (Costa, 2007, p. 79).

A noção de rede pode ser entendida como a capacidade de as pessoas desenvolverem seu potencial de interação, seja intra ou intergrupo ou, até mesmo, entre ambos, independente de estarem fisicamente próximos. Assim, o capital social pode ser percebido com mais força em locais onde seus membros são capazes de criar mais organizadamente suas redes, suas comunidades pessoais e institucionais de conexão. James Coleman (1990) e Robert Putnam (1993) estão entre os que despertaram na comunidade acadêmica para a importância da análise deste tema.

A pesquisa mostrou a importância do papel das instituições e suas respectivas conexões com a comunidade. Igrejas, associações, sindicatos, empresas públicas e privadas são exemplos da necessidade da existência dessas redes numa experiência social comunitária. Todavia, houve uma redução na quantidade de instituições que estavam participando da experiência em 2005 em relação a 2009. Atualmente, a Deagro, o Sebrae e o Banco do Brasil, estão formando efetivamente a rede.

Faz-se necessário registrar que o nível de interação e de organização dessas redes na localidade é capaz de acionar um mecanismo funcional de relacionamento que pode auxiliar na formação de capital social.

Um dos conceitos de capital social, que encontramos nos sociólogos R. Burt, N. Lin e A. Portes, refere-se aos recursos – como, por exemplo, informações, idéias, apoios – que os indivíduos são capazes de procurar em virtude de suas relações com outras pessoas. Esses recursos (‘capital’) são ‘sociais’ na medida em que são acessíveis somente dentro e por meio dessas relações, contrariamente ao capital físico (ferramentas, tecnologia) e humano (educação, habilidades), por exemplo, que são, essencialmente, propriedades dos indivíduos. A estrutura de uma determinada rede – quem se relaciona com quem, com que frequência, e em que termos – tem, assim, um papel fundamental no fluxo de recursos através daquela rede (Grootaert *et al*, 2002, p. 25).

Esta dimensão de redes e organizações busca verificar como seus membros agem no contexto da realidade deste estudo de caso e quais são os comportamentos característicos das redes relacionais e de suas respectivas organizações sociais, oriundas das ações coletivas e de solidariedade. Assim, é possível inferir que se houver um processo de formação de capital social, ele refletirá não somente na questão da participação nas redes no momento presente, como também no nível de expectativa sobre o futuro da localidade.

Na comunidade foi possível perceber a existência de relações entre os diversos atores sociais e suas respectivas organizações sociais. Diferenças mínimas nas condições econômicas, na formação educacional, etnia, religião (100% dos entrevistados declararam-se católicos) e as características associativas anteriores (Os fundadores da Coofama faziam parte de uma associação de produtores) podem ter facilitado os relacionamentos baseados nas redes e organizações sociais no caso analisado.

A existência de redes sociais e de organizações em redes pode ser fruto também dos atributos de relações sociais entre os cooperados. As interações existentes entre as redes podem decorrer dessas relações sociais e culturais que vão além do grau de parentesco. No caso da Coofama, 75% dos entrevistados mantêm um relativo nível de sociabilidade no dia-a-dia da comunidade. Nesse sentido, Durston e Miranda (2001, p. 25) afirmam: “O termo capital social refere-se também a uma área instrumental associada a uma rede pessoal que domina a orientação econômica racional dos atores, que usam suas conexões sociais para obter acesso a recursos escassos, não disponíveis em seu ambiente imediato”.

Outra importante constatação diz respeito ao equilíbrio nas relações de rede. Houve uma percepção que quanto menor forem às diferenças nos níveis de valores entre as pessoas e suas organizações sociais mais fortes serão as premissas estabelecidas para a formação de capital social estruturado em redes.

Distinções acentuadas no nível educacional, econômico, status social, na política partidária podem exercer um poder anticíclico em relação ao comportamento em rede, devido as suas características divisionárias. Constatou-se que, quanto menos diferenças existirem mais possibilidades ter-se-á da formação de capital social na localidade. Diferenças acentuadas, no contexto comunitário estudado, poderiam contribuir para a formação de um “capital social negativo”, desagregador, não cooperativo.

Todavia, encontra-se presente na comunidade uma característica que poderia ser divisional: a questão político-partidária. Contudo, este fator não causou nenhum impacto negativo ou impeditivo à atuação em rede. Dos entrevistados, 75% afirmaram que suas preferências político-partidárias não devem afetar o trabalho na comunidade.

Todos nós temos nossos candidatos. Mas a eleição não pode afetar nosso trabalho, nem o que queremos pra nosso futuro na cooperativa. Se a gente deixar que “eles” tomem conta do nosso trabalho aqui não conseguiremos o que queremos e ficaremos no mesmo lugar (Paulo Santos Conceição, cooperado).

Tabela 6 – Influência político-partidária

Pergunta	(%) Respondentes	Respostas
A questão político-partidária	0,0%	Muito alta
exerce algum tipo de	0,0%	Alta
influência nas relações das	0,0%	Média
pessoas e das organizações	25%	Baixa
sociais no ambiente de	75%	Muito baixa
trabalho desenvolvido no		
âmbito da Coofama?		

Diante desse cenário, foi possível observar que características sociais e econômicas semelhantes, acompanhadas de um razoável nível de sociabilidade entre os membros da comunidade estão contribuindo para o processo de formação das redes e de capital social na localidade. A disponibilidade, em nível satisfatório, segundo a pesquisa, dos serviços públicos parece que também auxilia nesse processo.

Os serviços analisados foram, principalmente, na área de saúde, educação e transporte, essenciais ao bem-estar de uma comunidade carente, principalmente. Esta análise considera como parâmetro que, quanto melhor a disponibilidade dos serviços à comunidade, mais probabilidade de formação de capital social.

A teoria sinaliza e a observação empírica, neste caso, indica que há formação de capital social, de maneira mais intensa, em ambientes sociais com níveis de disponibilidade dos serviços essenciais mais bem distribuídos. Em Campo do Brito, houve nos últimos anos uma relativa melhoria geral nas condições de acessibilidade aos serviços públicos.

Na área da educação, por exemplo, a instalação de um campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em Itabaiana, distante 9 km de Campo do Brito, via pavimentação asfáltica, além da criação de pólos de universidades e faculdades privadas, também em Itabaiana, devem ter facilitado e democratizado o acesso ao ensino superior em toda região. No ensino médio, houve também uma sensível melhoria no número de matrículas. Enquanto Campo do Brito avançou 4,0%, o Estado involuiu 6,7% no período de 2005 a 2009, considerando as redes pública e privada (INEP/Censo Escolar, 2009).

Na área de saúde houve, também, uma melhoria na disponibilidade dos serviços, que pode ser percebida ao se analisar alguns indicadores. Segundo dados da Secretaria

de Saúde do Estado de Sergipe (SES–SE), o número de óbitos infantis no período compreendido entre 2005 e 2008 caiu em 33% no município, superando o desempenho do Estado que registrou uma queda de 29%.

Outro importante indicador, o Coeficiente de Mortalidade Infantil, considerando a frequência por ano, o mesmo período e fonte anteriores, mostra que Campo do Brito atingiu uma redução de 55,7%, melhor do que o desempenho estadual, cujo desempenho foi de queda 28,4%. A performance neste índice obteve o reconhecimento do UNICEF, que em 2008, através do prêmio Selo UNICEF²⁴, premiou sete municípios sergipanos, dentre eles Campo do Brito.

Quanto à questão dos transportes, a infra-estrutura do serviço atende satisfatoriamente a comunidade: 81,2% dos entrevistados responderam satisfatoriamente a essa questão. Esse alto desempenho do item talvez decorra do elevado percentual de proprietários de motos na comunidade, como também das curtas distâncias entre as escolas municipais e as residências dos cooperados.

Tabela 7 – Disponibilidade dos serviços públicos

Pergunta	(%) Respondentes	Respostas
De uma maneira geral, qual seu nível de satisfação sobre a disponibilidade dos serviços públicos essenciais (água, energia, escola, saúde, estradas etc)	6,25%	Muito satisfeito
	68,75%	Satisfeito
	12,5%	Relativamente satisfeito
	6,25%	Pouco satisfeito
	6,25%	Insatisfeito

Acrescente-se, ainda, que todos os povoados são abastecidos com água potável (poços artesianos mantidos pela Prefeitura Municipal) e energia elétrica. As residências dos produtores são de tijolos, próprias, e todas possuem, basicamente, os principais

²⁴ O Selo UNICEF Município Aprovado é uma tecnologia social inovadora, lançada em 1999 no Ceará, que, desde 2005, alcança todo o Semi-árido brasileiro, articulando, mobilizando, comunicando, acompanhando e certificando as políticas públicas municipais voltadas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. O Projeto Selo UNICEF Município Aprovado faz parte do Pacto Nacional. Um mundo para a criança e o adolescente do Semi-árido, uma iniciativa de solidariedade, cidadania e compromisso de todo o Brasil com o desenvolvimento dessa região que abrange quase 1.500 municípios de onze Estados brasileiros (os nove Estados do Nordeste, o Espírito Santo e Minas Gerais). O Pacto representa a união de forças entre governo federal, governos dos nove Estados que compõem o Semi-árido brasileiro, organizações da sociedade civil, organismos internacionais, empresas e população. Fonte: UNICEF Brasil. Disponível em unicef.org/brazil

aparelhos de eletrodomésticos (fogão, geladeira, televisão) e linhas telefônicas (celular ou fixa).

Pode ser que esta percepção de relativa satisfação da disponibilidade dos principais serviços públicos esteja cooperando para a formação das redes e de capital social na comunidade, em face de uma parcela significativa da população municipal, principalmente de renda mais baixa, poder ter acesso a um nível básico de serviços essenciais de forma satisfatória.

Problemas relacionados à acessibilidade aos serviços públicos podem causar dificuldades à formação de redes, organizações sociais e, conseqüentemente, à formação de capital social. Dificuldades de acesso a esses tipos de serviço estabelecem diferenças relacionadas à renda, status social, filiação político-partidária, dentre outros, que podem desmobilizar as pessoas para a atuação em rede e formação de capital social.

Assim, é possível afirmar que o poder público da localidade desempenha um importante papel neste contexto, ao fazer chegar às camadas de menor renda um nível de acesso aos serviços públicos, considerado satisfatório, embora muito ainda precise ser feito.

3.4 – CONFIANÇA E COOPERAÇÃO

Confiança e cooperação são alguns dos atributos que estão contidos no chamado capital social cognitivo. Este tipo de capital resulta de processos psicológicos reforçados pela cultura e ideologia de um grupo, envolvendo normas sociais, valores, atitudes e crenças que, conseqüentemente, guarda relação com a transmissão do conhecimento coletivamente.

A confiança, cooperação e a solidariedade juntas, num mesmo ambiente social, favorecem à formação de capital social e facilitam a predisposição para um comportamento comunitário e confiável.

Sem confiança não tem como se trabalhar num sistema de cooperativa. A confiança é a base de todo relacionamento entre os cooperados e os parceiros. Sem confiança não existiria a cooperativa e nosso trabalho não teria chegado até aqui. Como trabalhar de forma coletiva numa cooperativa sem haver confiança entre seus membros? (Carlos Lapa, presidente Coofama).

Os laços de solidariedade podem promover a cooperação entre os diversos membros da comunidade e, inclusive, entre pessoas de comunidades diferentes. A solidariedade não pode se restringir unicamente ao aspecto de necessidade financeira, por exemplo, mas sim, aos vários aspectos contidos no seu conceito, tais como: sociais, culturais, morais, religiosos etc, os quais permeiam as relações entre famílias, vizinhos, pessoas pertencentes a um mesmo grupo ou grupos diferentes e instituições sociais que, ao transitarem num ambiente solidário tornam-se facilitadores da cooperação coletiva. Dos entrevistados, 75% responderam que as pessoas da comunidade estão sempre dispostas a ajudarem umas às outras.

Tabela 8 – Disposição para ajudar o próximo

Pergunta	(%) Respondentes	Respostas
A maioria das pessoas neste(a) bairro/localidade está disposta a ajudar caso você precise.	75%	Concordo totalmente
	25%	Concordo em parte
	0,0%	Nem concordo, nem discordo
	0,0%	Discordo em parte
	0,0%	Discordo totalmente

Com base nos resultados desta pesquisa é possível afirmar que o nível de relacionamento solidário entre as pessoas da comunidade e as organizações sociais está se refletindo com mais ênfase no nível de formação de capital social, em função, dentre outras coisas, de fortes relações sociais e laços de confiança. O fato de estarem sempre participando de atividades sociais, religiosas, festivas e familiares deve estar fortalecendo o sentimento de solidariedade e confiança.

Embora os conceitos de confiança e cooperação não sejam de fácil mensuração, em face de encontrarem-se alicerçados em premissas fortemente subjetivas, de difícil tangibilidade, observou-se que existe um elevado grau de confiança na comunidade: 81,2% dos pesquisados responderam que o grau de confiança entre eles é alto ou muito alto. O mesmo percentual respondeu positivamente sobre a necessidade de manter-se atento em relação à possibilidade de alguém (não pertencente ao grupo) querer tirar vantagem do outro na comunidade.

“Uma sociedade que se assenta no princípio da reciprocidade generalizada é mais eficiente do que uma desconfiada, pela mesma razão que o dinheiro é mais eficiente do que o escambo. Confiança lubrifica a vida social” (Putnam, 1993, p. 3).

Tabela 9 – Grau de confiança interna

Pergunta	(%) Respondentes	Respostas
Como o Sr.(a) descreveria o grau de confiança entre os membros da cooperativa?	75%	Muito alto
	6,25%	Alto
	18,75%	Médio
	0,0%	Baixo
	0,0%	Muito baixo

Essas percepções podem mudar no decorrer do tempo, mas o processo de formação de capital social fundamenta-se nessas relações, as quais estabelecem obrigações e expectativas recíprocas, além de estimular à manutenção de um elevado grau de confiança no longo prazo.

Outro item da pesquisa indagou se é possível confiar na maioria das pessoas, ou é sempre bom ter cuidado nas relações com outras pessoas. Resultado: 87,5% responderam que é sempre bom ter cuidado nas relações. A inferência em relação ao item que tratou do grau de confiança entre os membros da comunidade, cujo índice de resposta positiva foi de 81,2%, é que o elevado nível de confiança está restrito aos membros da cooperativa, os quais mantêm ligações afetivas e sociais há muito tempo.

Tabela 10 – Grau de confiança externa

Pergunta	(%) Respondentes	Respostas
Em geral, você pode confiar na maioria das pessoas, ou nunca é demais ter cuidado ao lidar com as pessoas?	12,50%	Pode-se confiar nas pessoas
	87,50%	Nunca é demais ter cuidado

Nota-se que há uma correlação positiva entre grau de confiança, cooperação e possível formação de capital social. Assim, quanto mais elevado o grau de confiança, mais cooperação e mais probabilidade de formação de capital social na localidade. É o círculo virtuoso de Putnam. Deduz-se, entretanto, que o inverso também é verdadeiro.

Ao se relacionar o econômico e o político está se incorporando a possibilidade nas densas redes de interação social e de incentivos para o oportunismo e a má-fé. É por isso que o comércio de diamantes, com as suas

possibilidades extremas, por fraude, é concentrador de enclaves étnicos. Densos laços sociais facilitam outras formas de cultivar uma valiosa reputação – fundamento essencial para a confiança em uma sociedade (Putnam, 1993, p. 3).

Este nível de confiança é mais acentuado entre os membros pertencentes a um mesmo grupo social ou familiar, cujo grau de afinidade beneficia o fortalecimento das relações de confiança. A chamada confiança relacional familiar tende a ser mais vigorosa entre seus membros. Dos 81,2% dos pesquisados que responderam que o grau de confiança entre eles é alto ou muito alto, 70% estão neste segmento de confiança relacional.

Quanto à confiança no ato de emprestar dinheiro, 75% dos pesquisados responderam que concordam em parte com a questão de as pessoas geralmente não confiarem umas nas outras em relação a emprestar e tomar dinheiro emprestado. Nota-se que no quesito de confiança monetária há uma retração no percentual de confiança, independente do tipo de relação. No geral, 81,2% dos entrevistados responderam que nos últimos cinco anos o grau de confiança melhorou no âmbito do ambiente da Coofama.

Desejos e comportamentos individuais estão presentes na comunidade, contudo não têm causado impactos nas relações comunitárias e cooperativas no caso estudado. “A gente quer o melhor pra nossas famílias, mas a gente precisa se juntar pra conseguir que todos sejam beneficiados. Sem união a gente fica fraco”, afirma Paulo Santos Conceição, tesoureiro da Coofama.

Denota-se que a confiança e a cooperação permeiam as relações da comunidade, todavia, o grau de confiança, neste caso, está muito ligado aos laços relacionais de um mesmo grupo social ou familiar, principalmente. Acrescente-se, ainda, que o grau de confiança aumenta em função do tempo de relacionamento entre eles.

Independente do tipo de confiança é possível afirmar que, neste caso específico, o grau de confiança existente está sendo fundamental para o desenvolvimento do trabalho cooperativo que vem sendo realizado e o respectivo processo de formação de capital social na comunidade. “O bem-estar de uma nação, assim como sua capacidade de competir no mercado internacional está condicionada a uma única e abrangente característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade”, afirma Fukuyama (1995, p. 21).

3.5 – MELHORIA DA RENDA

Não é possível se falar em desenvolvimento sustentável se não houver melhoria efetiva no nível de renda na comunidade. A elevação da renda possibilita a melhoria das condições de vida dos membros de uma localidade e viabiliza o processo social de mudança comportamental, imprescindível num projeto de desenvolvimento sustentável.

Num modelo econômico concentrador de renda, falar em desenvolvimento sustentável sem rediscutir a desconcentração é semelhante à situação de se combater a febre sem buscar discutir suas causas. A concentração de renda além de ser inibidora da melhoria da qualidade de vida é um empecilho ao modelo econômico pautado no desenvolvimento sustentável.

O entendimento clássico de desenvolvimento sustentável transita pela idéia de se buscar agir no presente pensando no futuro, fato que requer um nível de conscientização da população que só é possível de ser atingido quando suas necessidades básicas são satisfeitas. Essa satisfação é materializada com o aumento efetivo da renda familiar, uma vez que conscientização social não se consolida num ambiente comunitário de insatisfação do atendimento das condições elementares da existência humana.

Neste cenário, detectar a possibilidade de formação de capital social e associá-lo à melhoria da renda na comunidade estudada foi um desafio que a pesquisa não foi capaz de perceber neste momento, seja pelo curto espaço de tempo de funcionamento da cooperativa, seja pela falta de foco e determinação dos parceiros na implementação de ações que possam viabilizar essa melhoria num espaço de tempo menor.

Importante registrar, neste momento, a falta de rigor e precisão na elaboração do diagnóstico nos quesitos de renda familiar, condições de vida, produção e produtividade no âmbito da Coofama. Os dados encontrados no diagnóstico, realizado em 2005, não são específicos da cooperativa, tampouco tecnicamente rigorosos. Este fato dificulta uma análise comparativa mais rica do ponto de vista econômico-estatístico no decorrer do período de 2005 a 2009.

A lógica comercial predominante da atividade ainda não mudou: a venda continua concentrada na figura do atravessador, principal comprador da farinha de mandioca de todo o município. Como a cooperativa ainda não é capaz de comercializar toda a produção dos cooperados, o mecanismo atual de obtenção de renda é misto: 75% através dos atravessadores e 25% por meio da Coofama. Resolver esta situação continua sendo o maior desafio da cooperativa, afirmam seus diretores.

A produção média dos cooperados oscila em torno de 55 toneladas de farinha por semana, uma média de duas toneladas por casa de farinha, segundo levantamento proveniente da pesquisa. Cada tonelada de mandioca produz, em média, 300 kg de farinha, vendida ao atravessador a R\$ 1,0/kg, em média, com uma margem de lucro para o produtor de 35%, aproximadamente. Considerando que o preço para o consumidor final em Aracaju, por exemplo, oscila em torno de R\$ 2,50/kg, percebe-se onde está concentrado o lucro do negócio.

Não houve, no período de 2005 a 2009, mudança substancial na faixa de renda familiar média/mês dos produtores, que, em geral, continua oscilando por volta de dois salários mínimos. Acessoriamente, a depender do mês, conseguem melhorar um pouco sua renda mensal, mas ainda não é significativa, tampouco constante.

Tabela 11 – Renda familiar

Pergunta	(%) Respondentes	Respostas
Assinale a faixa de renda familiar de sua casa	0,0%	Até um salário mínimo
	81,25%	De um até dois salários mínimos
	18,75%	De três até quatro salários mínimos
	0,0%	De cinco até seis salários mínimos
	0,0%	Acima de seis salários mínimos

Embora, segundo a pesquisa, tenha ocorrido um aumento da produção no período analisado superior a 100%, passando de 25 toneladas por semana para 55, aproximadamente, não houve impacto substancial desse aumento da produção na elevação da renda, em decorrência do fato de os cooperados ainda não terem conseguido superar a lógica da relação comercial predominante.

Houve, todavia, uma melhoria no nível de consumo de alguns bens duráveis, com destaques para os principais eletrodomésticos e motocicletas. Em face de esse levantamento não ter sido feito em 2005 não foi possível medir essa variação no nível de aquisição desses bens de forma mais rigorosa estatisticamente.

Tabela 12 – Consumo de bens duráveis

Pergunta	(%) Respondentes	Respostas
Quais dos bens abaixo há em sua residência?	100%	TV
	40%	Aparelho de som
	0,0%	Vídeo Cassete e/ou DVD
	100%	Rádio
	0,0%	Microcomputador
	100%	Geladeira
	100%	Telefone Fixo/Celular
	100%	Fogão
	100%	Motocicleta
	40%	Automóvel

Outra questão que a pesquisa indicou melhoria, mas não foi possível indicar quanto, em função da ausência deste dado no diagnóstico, diz respeito às condições de moradia. O diagnóstico sinalizou que havia problemas, pois existiam na comunidade casas de taipa, mas não há registros do percentual em relação ao universo dos produtores de farinha ou, mais especificamente, no ambiente dos cooperados da Coofama. No momento não há mais casas de taipa entre os cooperados da Coofama: 100% são de tijolos.

Buscando superar este desafio de melhoria da renda, várias ações estão sendo implementadas pela cooperativa visando à solução do principal obstáculo, qual seja: concentração da venda da farinha através dos atravessadores.

A criação da marca própria “Delícia da Copa” tem o objetivo de agregar valor não só a farinha de mandioca, mas a todos os produtos derivados que estão começando a fazer parte da pauta de produção da cooperativa. É uma iniciativa importante, em face da criação da identidade da cooperativa e da possibilidade de melhorar a margem de rentabilidade ao se agregar valor a toda uma linha de produtos derivados da mandioca.

A escolha de um cooperado para atuar como vendedor permanente e itinerante nos municípios circunvizinhos é outra ação que, muito possivelmente, irá auxiliar a Coofama neste processo de independência dos atravessadores e melhoria da renda. Nas discussões que antecederam a escolha do cooperado foi amplamente debatido a necessidade de expansão do mercado dos produtos da cooperativa e da conquista de compradores regulares da farinha. Neste sentido, estão sendo mantidos contatos e

negociações com panificadoras e “Delicatessen” em Aracaju e Itabaiana, principalmente, para exposição e venda dos produtos com a marca “Delícia da Copa”.

Outra ação em implementação diz respeito à expansão da pauta de produtos derivados da mandioca que a cooperativa está começando a produzir, utilizando a marca própria: polvilho, goma fresca e seca, tapioca, massa de puba, bolos, biscoitos etc. A cooperativa está buscando negociar inicialmente com pequenas redes de supermercado nos municípios da região com o intuito de passar a ser fornecedora direta e permanente desses produtos.

Por fim, o grande desafio da cooperativa, no momento, segundo sua diretoria, é a obtenção de crédito junto ao Banco do Brasil. Dotar a cooperativa de novos equipamentos que irão ajudar na melhoria de sua produtividade e competitividade para poder atender a demanda de grandes compradores, como G. Barbosa e Bom Preço, é fundamental para a materialização do salto no nível de renda da comunidade.

Depreende-se, a partir do estudo realizado que a questão da melhoria da renda será uma conquista de médio/longo prazo. Sabe-se que uma melhoria substancial no nível de renda de uma sociedade, comunidade ou grupo social é uma meta alcançada, muitas vezes, num espaço de tempo geracional. É uma conquista social que pode durar até a próxima geração.

No caso específico da Coofama, houve melhorias nas condições de vida dos cooperados, de uma maneira geral, mas insuficiente para podermos afirmar que houve melhoria efetiva da renda. O salto na renda ainda não foi possível detectar no ambiente da Coofama. Contudo, considerando a situação atual registrada pela pesquisa e as iniciativas em andamento, é possível inferir que os cooperados poderão atingir este objetivo num horizonte temporal não muito longínquo.

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar demonstrar a relação existente entre capital social e desenvolvimento local, com auxílio do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), no município de Campo do Brito, mas especificamente no âmbito da Coofama, foi o objetivo deste estudo de caso. Assim, foi necessário explorar, mesmo que não profundamente, o conceito de capital social e os alicerces que lhe dão sustentação, tais como: parceria, redes, cooperação e confiança, importantes no processo de formação e acumulação de capital social numa comunidade.

Desta forma, pode-se inferir que o processo de formação de capital social em construção na comunidade está viabilizando um projeto de desenvolvimento sustentável. As formas e condições que estão sendo estabelecidas nas interações existentes entre pessoas, instituições e seus respectivos reflexos na localidade sinalizam para uma resposta positiva na relação de causa e efeito entre capital social e desenvolvimento sustentável.

Observa-se, neste contexto, que o fator socioeconômico tem tido pouca influência no processo de mudança social em andamento na comunidade. Mesmo com uma parcela considerável de membros com baixo nível educacional formal que, em tese, poderia dificultar o acesso a informação e limitar a realização das ações coletivas, o resultado observado revela que este fator não está sendo determinante para inviabilizar o trabalho.

É possível inferir que o envolvimento e o comprometimento dos atores sociais, em especial do líder comunitário, que busca conciliar interesses pessoais e institucionais, ou entre ambos, está sendo importante para impulsionar o processo de formação de capital social em Campo do Brito. A adequada condução da convergência desses interesses tem conquistado o respeito de todos os atores sociais em relação ao reconhecimento da importância do papel desempenhado pelo líder na comunidade.

O envolvimento e a participação coletiva dos membros da cooperativa em prol dos objetivos comuns têm favorecido a execução das ações coletivas. A construção da sede, criação da marca própria, expansão do mix de produtos, aproveitamento da manipeira, redução da queima de lenha são exemplos dessa situação.

É possível afirmar, também, que alguns dos principais atributos que dão suporte ao conceito de capital social estão presentes no ambiente deste estudo de caso. Afinal, relações de confiança, práticas participativas, cooperativas e trabalho em rede permeiam o ambiente comunitário da Coofama.

O Programa DRS vem auxiliando neste processo de formação de capital social, em face do apoio à execução, acompanhamento das ações e do reconhecimento da comunidade. A busca pela disseminação da informação e a presença de mecanismos democráticos de participação propostos pelo Programa têm auxiliado a despertar o interesse pela prática da ação coletiva, como por exemplo: elaboração do diagnóstico, plano de ação, compartilhamento de responsabilidades etc.

As evidências demonstradas ao longo deste trabalho permitem deduzir que as variáveis analisadas e encontradas na comunidade estão auxiliando no processo de formação de capital social e podem, futuramente, se refletir na consolidação do desenvolvimento sustentável da localidade.

Ficou evidenciado, ainda, que, neste momento, não há um envolvimento efetivo por parte da Prefeitura Municipal, mas esta situação não tem desmobilizado nem desmotivado os membros da cooperativa. Pelo contrário, está havendo um desejo e um efetivo interesse de participação: recentemente dois novos produtores associaram-se e novos interessados têm procurado à cooperativa para obterem informações sobre o trabalho associativo. Esta situação pode ampliar o debate em torno dos benefícios das ações coletivas, assim como despertar novos interesses pela relevância do trabalho cooperativo nos mais céticos e indiferentes, facilitando a perspectiva de novos compromissos por parte de outros membros da comunidade.

O estudo também mostra que as ações descentralizadas, decorrentes da proposta de trabalho da cooperativa, têm facilitado o processo de formação de capital social na comunidade. Com a adoção de políticas centralizadas e autoritárias, muito provavelmente, o resultado não seria o mesmo e poderia criar um ambiente de rejeição ao trabalho coletivo. As correlações entre causa e efeito dos diversos fatores (cooperação, confiança, rede etc) que dão sustentação ao conceito de capital social e seu processo de formação na prática são perceptíveis nesta experiência social.

No ambiente da Coofama existem evidências de interação e atuação em rede entre pessoas e instituições, propiciando a formação de capital social e a perspectiva de efetividade de desenvolvimento da localidade no futuro. A experiência social analisada está assentada sobre condições relacionais favoráveis, conseqüência do elevado grau de

confiança, da mobilização comunitária e do trabalho coletivo e cooperativo que vem sendo realizado pelos atores sociais envolvidos.

Outro importante fator diz respeito ao contexto cívico da comunidade, em se tratando do modo de funcionamento das instituições, formas de tomadas de decisão, objetivos coletivamente compartilhados, os quais convergem para a busca do bem comum.

Desenvolvimento sustentável materializa-se com investimentos econômicos, sociais, maximização das potencialidades locais, desenvolvimento de tecnologias (principalmente as sociais) e melhoria das condições de vida da comunidade, primordialmente. Em Campo do Brito, segundo a pesquisa, há ainda um longo caminho a percorrer, mas se a comunidade continuar focada nos seus objetivos e mantiver a mobilização coletiva atual, possivelmente, consolidará este cenário nos próximos anos.

É possível inferir que a Coofama vem se apresentando como uma experiência de formação de capital social positiva e poderá impulsionar, num futuro não muito longínquo, o desenvolvimento da localidade, com reflexos efetivos na melhoria da renda e das condições de vida da comunidade. Quanto maior a capacidade de formação de capital social numa comunidade, certamente maior será a capacidade de impulsionar o desenvolvimento sustentável numa localidade. O inverso também é verdadeiro.

Assim, a proposta teórica do presente estudo de caso, no qual os autores referenciados, com destaque para Robert Putnam, sinalizam que o capital social é um instrumento eficaz na promoção do desenvolvimento da localidade, indica que ela poderá ser confirmada integralmente num futuro próximo. As evidências permitem afirmar que existe na localidade um processo de formação de capital social que, muito provavelmente, refletirá no seu desenvolvimento sustentável futuramente. Novos avanços sociais e econômicos precisam ser concretizados e verificados numa pesquisa futura para confirmar, ou não, essa sinalização.

No Brasil, de uma maneira geral, as dificuldades para se criar este ambiente propício à formação de capital social são imensas, apesar de todo seu potencial econômico e de riquezas naturais. O país possui regiões muito desenvolvidas, mas existem outras que enfrentam condições marcantes de pobreza e subdesenvolvimento.

Heranças históricas, culturais e políticas, além do elevado grau de desmobilização coletiva, dentre outros fatores, exponencializam os desafios de se promover um modelo de desenvolvimento local, com suporte no capital social. Neste

contexto, é indispensável buscar-se soluções compartilhadas, baseadas em ações coletivas e cooperativas por parte dos diversos atores sociais presentes na localidade.

Contudo, os resultados alcançados no município de Campo do Brito sugerem que é possível ao país iniciar um processo de mudança no nível da localidade, desde que haja vontade e planejamento político de fazer coletivamente. Esta vontade de realizar coletivamente é um ingrediente fundamental para a promoção do capital social e, conseqüentemente, para o processo de desenvolvimento sustentável de uma localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca e BRIAN, Wampler. **Do clientelismo à cooperação: governos locais, políticas participativas**. 2000. A guide to Participatory Budgeting. Disponível em <http://www.internationalbudget.org/cdrom/papers/systems/ParticipatoryBudgets>

ABRAMOVAY, Ricardo. **A formação de capital social para o desenvolvimento local sustentável**. In: II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana em Ciências Sociais. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v 16, 2004.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Rev. Economia Aplicada*, v 4, n° 2, 2000.

ABU-EL-HAJ, J. **A mobilização de capital social no Brasil**. O caso da Reforma sanitária no Ceará. São Paulo: Anablume: 1999.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Robert Dahl e o dilema da igualdade na democracia moderna. *Análise Social*, n°. 186, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php>

ARRAES, R. A., BARRETO, R. C. S. **As implicações do capital social e do capital político no desenvolvimento econômico**. CAEN-UFC. 2002. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais>

BAIARDI, Amilcar. Fazendo a democracia funcionar ou a tradição cívica nas regiões italianas: comentários sobre a obra de Robert Putnam. *Caderno CRH*, Salvador, 1997.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista Sociologia Política*, n° 21, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf>

BAQUERO, Rute V. A. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. In: **Revista Debates**. NUPESAL / UFRGS / Escritos, 2005.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

BARQUERO, Antônio Vásquez. Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1995.

BARROS, Ricardo de Faria. **Desenvolvimento regional sustentável**: a experiência do Banco do Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília.

BOEIRA, Sérgio Luís e BORBA, Julian. Os fundamentos teóricos do capital social. **Ambiente & Sociedade**, v. IX, nº. 1, 2006.

BOISIER, Sérgio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, nº 13, 1996.

BOISIER, Sérgio. Hay espacio para el desarrollo local em la globalización. **Revista de la CEPAL**, nº 86, 2005.

BOISIER, Sérgio. Post-Scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Planejamento e Políticas Públicas**, nº 19, 1999.

BOURDIEU, P. Le capital social. Actes de la Recherche, 3, 1980. In: FRANCO, Augusto. **Capital Social**: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy. Instituto de Política, 2001.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J.G. (Comp.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Nueva York: Greenwood, 1985.

BOWLES, Samuel., GINTIS, Herbert. Social capital and community governance. **Economic Journal**. Vol. 112. 2000.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 4ª ed., 2003.

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. **Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA**, Brasília, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. Recife: Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 4ª ed., 2003.

COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, vol. 94, S. 95-120, 1988a. In: FRANCO, Augusto. **Capital Social**: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy. Instituto de Política, 2001.

COLEMAN, J. The creation and destruction of social capital: implications for the law. *Journal of Law, Ethics and Public Policy*, vol. 3. In: FRANCO, A. **Capital Social**: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy. Instituto de Política, 2001.

COLEMAN, James. **Foundations of social theory**. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press. 1990.

COLEMAN, James. The vision foundations of social theory. **Analyse & Kritik**, 1992.

COSTA, Ivani. **O capital social como instrumento para viabilização do desenvolvimento local e sustentável**: Um estudo comparativo entre localidades participantes do pacto “Novo Cariri” dentro do programa SEBRAE – PB/Rede DLIS. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

D’ARAÚJO, Maria Celina. **Capital Social**. Coleção Passo a Passo, v 25. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2003.

DE FRANCO, Augusto. Dez consensos sobre o desenvolvimento local integrado e sustentável. **Cadernos Comunidade Solidária**, IPEA, Brasília, n.6, 1998.

DE FRANCO, Augusto. O conceito de capital social e a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado e sustentável. In SILVEIRA, Caio Márcio e DA COSTA REIS, Liliane (Orgs.). **Desenvolvimento local, dinâmicas e estratégias**. Rede DLIS/RITS. Brasília. 2000.

DE FRANCO, Augusto. O desenvolvimento local e o governo local. **Carta Capital Social**, nº 102, 2006.

DE FRANCO, Augusto. **Pobreza & desenvolvimento local = Pobreza & desenvolvimento local**. Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.

DE FRANCO, Augusto. **Capital Social**. *Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy*. Instituto de Política. Millennium, 2001.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

DURSTON, J. Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe. In Atria, R. **Capital Social y Reducción de la Pobreza en la América y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma**. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 2003.

DURSTON, J. El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural. **CEPAL**, Santiago de Chile, 2002.

DURSTON, J. **Qué es el capital social comunitário**. División de Desarrollo, **CEPAL**, Santiago de Chile, 2000.

DURSTON, John e MIRANDA, Francisca. **Experiencias y Metodología de La Investigación Participativa**. Chile, 2002.

DURSTON, Jonh. **Building community social capital**. nº 69, Santiago do Chile, 1999.

FEITOSA, Cid Olival. Do regional ao local: uma transição conceitual. In **Desenvolvimento regional e local**: novas e velhas questões. MELO, Ricardo de Oliveira Lacerda., HANSEN, Dean Lee (Orgs). São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

FERRE, Zuleika. **Capital social y redes**: una aproximación al apoyo inter-hogares. Depart. de Economía, Universidad de la República. Uruguai, 2004.

FRANTZ, Walter. Desenvolvimento local, associativismo e cooperação. **Simpósio Internacional de Gestão Pública, Desenvolvimento e Cidadania**, Ijuí – RS, 2002.

FREY, Klaus. Capital social, comunidade e democracia. **Revista Política & Sociedade**, nº 21, 2003.

FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **RSP**, nº 21, 2003.

FUKUYAMA, Francis. Social Capital and Civil Society. **IMF – International Monetary Fund**, Conference on Second Generation Reforms, Working Paper WP, nº 74, April 2000. Disponível em: www.imf.org/external/pubs/ft/

FUKUYAMA, F. **Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity**. Nueva York. Free Press, 1995.

GROOTAERT, C. e VAN BASTELAER, T. The Role of Social Capital in Development: An Empirical Assessment. **Cambridge University Press**, New York, 2002. Disponível em: <http://books.google.com.br/books>

GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; NYHAN JONES, V.; WOOLCOCK, M. Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS). **Banco Mundial** – Grupo Temático sobre Capital Social. Washington DC, 2003.

HANIFAN, Lyda Judson. The Rural School Community Center. **Annals of The American Academy of Political and Social Science**, 67, 1916.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi., MEIRELLE, Gisele. Problematizando o conceito de empoderamento. **Anais do II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS). UFSC, Florianópolis, 2007.

JACOBS, Jane. **The death and life of great american cities**. Nova York: Random House, 1961.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. **Rev. Perspectivas**, São Paulo, 1997.

KLIKSBERG, Bernardo. Capital social e cultura: As Chaves Esquecidas do Desenvolvimento. In: **Preal Debate Especial**, CPDOC/FGV, 2002. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/projetos/arq/>

KLIKSBERG, Bernardo. **Cómo avanzar la participación en el continente ás desigual de todos**. RAP, Rio de Janeiro. 2007.

KLIKSBERG, Bernardo. Dez falácias sobre os problemas sociais da América Latina. **Revista Paraná Desenvolvimento**, nº 98, 2000.

KLIKSBERG, Bernardo. Repensando o estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos. **Col. Questões da Nossa Época**. v 64, 1998.

KLIKSBERG, Bernardo. **Social capital and culture**: master keys to development. nº 69, Santiago do Chile, 1999.

LOURY, Glenn. A Dynamic Theory of Racial Income Differences. In: WALLACE, P.A; LE MUND, A. Women. **Minorities and Employment Discrimination**. Lexington, Mass: Lexington Books, chapter 8, 1977.

MANCE, Euclides André. **Fome Zero e economia solidária**: O desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil. Curitiba: Instituto de Filosofia da Libertação: Editora Gráfica Popular, 2004.

MANCE, Euclides. A consistência das redes solidárias. **Rev. Ciências Sociais**, Unisinos, vol. 37, nº 159, 2001.

MANCE, Euclides. **A Revolução das Redes**. A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATOS, Heloiza. Capital social, internet e TV: controvérsias. **Revista Organicom**, nº 8, ECA/USP, São Paulo, 2008.

MELO, Ricardo Lacerda de., HANSEN, Dean Lee. **Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

MILANI, Carlos. **Teorias do capital social e desenvolvimento local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia). Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, 2002. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br>

MIRANDA, Francisca e MONZÓ, Evelyn. Capital social, estrategias individuales y colectivas: el impacto de programas públicos en três comunidades campesinas de Chile. **CEPAL, División de Desarrollo Social**, n 67, Santiago de Chile, 2003.

MONASTERIO, L. **Capital social e região sul do Rio Grande do Sul**. Programa de Doutorado em Desenvolvimento Econômico. 2002. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MONASTERIO, Leonardo M. Capital social e crescimento econômico: mecanismos. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 31, nº. Especial, novembro 2000.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano: A experiência da organização dos pequenos agricultores do município de Valente**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas.

OECD. The well being of nations: the role of human and social capital. Paris: **Center for Educational Research and Innovation**, 2001.

PASE, Hemerson Luiz. Capital social e empoderamento. **Anais do II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS). UFSC, Florianópolis, 2007.

PEREIRA, Sudanês Pereira. Os elementos intangíveis do desenvolvimento local. In **Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões**. MELO, Ricardo Lacerda de e HANSEN, Dean Lee (Orgs). São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

PUTNAM, Robert. Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, vol. 6, no. 1, p. 65-78, 1995. In: FRANCO, A. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy**. Instituto de Política, 2001.

PUTNAM, Robert. Bowling alone: america's declining social capital. In: **Journal of Democracy**. n.º 6, 1995.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia** – A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

PUTNAM, Robert. The prosperous community: social capital and public Life. In: **The American Prospect**. n.º 13, 1993.

RATTNER, Henrique. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Nobel, 2005.

RATTNER, Henrique. Prioridade: construir o capital social. **ABDL e FEA/USP**, São Paulo, novembro de 2002. Disponível em: <http://www.abdl.org.br/rattner/inicio.htm>

SABATINI, F. **Social capital as social networks: a new framework for measurement**. University of Rome La Sapienza, Depart. of Public Economics, 2005.

SABATINI, F. **The empirics of social capital and economic development: a critical perspective**”, FEEM Working Paper (*Nota di Lavoro FEEM*). Eni Enrico Mattei Foundation, Milan, 2006.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTANA, José Ricardo de., TAVARES, Denísia Araújo Chagas. **Economia e negócios**: estudos aplicados sobre gestão e desenvolvimento. Aracaju: UFS, 2008.

SANTOS, Fabio Franklin Storino dos. **Capital social**: Vários conceitos, um só problema. 2003. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Edna Lúcia da. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3ª. ed. **Rev. Atual**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Lúcia da Silva., MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª ed, Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2001.

SMITH, Mark K. **Robert Putnam, the encyclopaedia of informal education**. 2009. Disponível em: [http:// www.infed.org/thinkers/putnam.htm](http://www.infed.org/thinkers/putnam.htm)

SMITH, Mark K. **Social capital, the encyclopedia of informal education**. 2000. Disponível em: http://www.infed.org/biblio/social_capital.htm

SPANGENBERG, Joachim H. Critérios integrados para a elaboração do conceito de sustentabilidade. **Cadernos de debates, Projeto Brasil Sustentável e Democrático**, Rio de Janeiro, nº. 3, FASE, 1999. Disponível em: <http://www.rits.org.br/pbsd>

SPOSATI, Aldaíza; BONETTI, Dilsea Adeodata; YAZBEK, Maria Carmelita; FALCÃO, Maria do Carmo B. Carvalho. **A Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1992.

UPHOFF, Norman e WIJAYARATNA, C. M. **Benefícios demonstrados del capital social la productividad de las organizaciones campesinas de Gal Oya, Sri Lanka**. 2000a.

UPHOFF, Norman. Understanding Social Capital: Learning from the Analysis and Experience of Participation. In: Partha Dasgupta and ismail Serageldin, eds, **Social Capital: A Multifaceted Perspective** Washington, D.C.: World Bank. 2000b.

VASCONCELOS, Teódulo Augusto Campelo de. **A economia Solidária como uma estratégia de desenvolvimento territorial: Alguns aspectos teóricos**. 2007. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

WOLFE, David A. Globalization, information and communication technologies and local and regional systems of innovation. **Program on Globalization and Regional Innovation Systems**. Centre for International Studies. University of British Columbia Press, 2002.

WOOLCOCK, Michael. **Social capital and economic development**: toward a theoretical synthesis and policy framework. *Theory and Society*, n 27, 1998.

WOOLCOCK, Michael., NARAYAN, Deepa. Social capital: implications for development theory, research, and policy. **World Bank Research Observer**. Vol. 15, 2000.

WORLD BANK. The initiative on defining, monitoring and measuring social capital: Overview and Program Description. Social Capital Initiative – **Working Paper**, n. 1. Washington, D.C.: World Bank PovertyNet Document Library. 1998.

WORLD BANK. The Well-being of Nations – The role of human and social capital. **Centre for Educational Research and Innovation**. Education and Skills, 2001. Disponível em: <http://www.worldbank.com>

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

ZAPATA, Tânia. Capacitação, associativismo e desenvolvimento social. **Projeto Banco do Nordeste/PNUD**. Série de Cadernos Técnicos. Recife, 1997.

ZAPATA, Tânia. **Desenvolvimento Local** – Trajetórias e Desafios no Brasil. Recife: IADH, 2006b.

ZAPATA, Tânia. **Estratégias de desenvolvimento local**. São Paulo, Coordenadoria de Assistência Técnica do Governo do Estado de São Paulo, 2006a. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br>

APÊNDICE
ROTEIRO DE PESQUISA²⁵

QUADRO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

Nome:

Endereço:

Idade

- De 18 a 25 anos
- De 25 a 30 anos
- De 31 a 35 anos
- De 36 a 40 anos
- De 41 a 50 anos
- Mais de 50 anos (especifique): _____

Sexo

- Masculino
- Feminino

Qual seu estado civil?

- Solteiro
- Casado
- Viúvo
- Outro (especifique): _____

Qual sua religião? _____

Caso possua filhos, quantos você tem?

- Um
- Dois

²⁵ Questionário adaptado. Original: GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; NYHAN JONES, V.; WOOLCOCK, M. Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS). **Banco Mundial** – Grupo Temático sobre Capital Social. Washington DC, 2003.

-) Três
) Mais de três (especifique): _____

Qual seu nível educacional

-) primeiro grau incompleto
) primeiro grau completo
) segundo grau incompleto
) segundo grau completo
) terceiro grau incompleto
) terceiro grau completo
) outro (especifique) _____

Sobre o entorno

Condições das estradas de acesso

-) Péssima
) Regular
) Boa
) Ótima

Possui iluminação pública

-) Sim) Não

Características do domicílio

Seu domicílio recebe abastecimento de água?

-) Sim) Não

Possui medidor?

-) Sim) Não

A forma de abastecimento de água utilizada neste domicílio é:

-) rede geral com canalização interna
) rede geral sem canalização interna
) poço ou nascente (na propriedade)
) outra

De que forma é feito o escoadouro do banheiro ou sanitário?

- () rede coletora de esgoto ou pluvial
() fossa rudimentar
() direto para o rio, córrego ou lago
() outra forma

Sua residência é servida de energia elétrica?

- () Sim () Não

Se sim, esse serviço é prestado com medidor de energia ?

- () Sim () Não

Quanto ao tipo de residência:

- () Casa () cômodo () outro

Sua residência é:

- () própria () cedida por empregador () outra forma

Especifique: _____

Sua residência é de:

- () tijolo () taipa () madeira

Especifique: _____

REDES E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

1. Eu gostaria de começar perguntando a você sobre os grupos ou organizações, redes, associações a que você, ou qualquer outro membro do seu domicílio, pertencem. Esses grupos podem ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente, para praticar alguma atividade, ou apenas conversar. De quantos grupos você, ou alguém em seu domicílio, faz parte?

2. De todos os grupos de que você, ou os membros do seu domicílio fazem parte, qual é o mais importantes para o seu domicílio? _____ (Nome)

3. Pensando nos membros deste grupo, a maioria deles é do(a) mesmo(a)...

Religião () Sim () Não

Sexo () Sim () Não

Grupo familiar () Sim () Não

Obs: _____

4. Os membros do grupo têm, em sua maioria, a mesma...

Ocupação () Sim () Não

Formação educacional ou grau de escolaridade

() Sim () Não

5. Este grupo trabalha ou interage com grupos fora do(a) bairro/localidade?

() Não

() Sim, ocasionalmente

() Sim, freqüentemente

6. Em relação aos amigos próximos, quantos você tem atualmente? Essas pessoas são aquelas com quem se sente à vontade, para conversar a respeito de assuntos particulares ou chamar quando precisa de ajuda.

() De um até dois

() De três até quatro

() De cinco até seis

() Mais de seis (especifique): _____

7. Se de repente você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro: o suficiente para pagar as despesas do seu domicílio durante uma semana. Há pessoas além do seu domicílio ou parentes próximos, que estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas?

() Definitivamente

() Provavelmente

() Não tenho certeza

() Provavelmente não

() Definitivamente não

8. Como uma pessoa passa a ser um membro da cooperativa atualmente?

-) É indicada
-) É convidada
-) A pedido
-) Outros (especifique) _____

9. Qual é o maior benefício de se fazer parte deste grupo?

-) Melhora a renda atual do meu domicílio ou o acesso a serviços
-) É importante em situações de emergência no futuro
-) Beneficia a comunidade
-) Prazer/Diversão
-) Outros (especifique) _____

10. A questão político-partidária exerce algum tipo de influência nas relações das pessoas e das organizações sociais no ambiente de trabalho desenvolvido no âmbito da Coofama?

-) Muita Alta
-) Alta
-) Média
-) Baixa
-) Muito baixa

11. De uma maneira geral, qual seu nível de satisfação sobre a disponibilidade dos serviços públicos essenciais (água, energia, escola, saúde, estradas etc)

-) Muito satisfeito
-) Satisfeito
-) Relativamente satisfeito
-) Pouco satisfeito
-) Insatisfeito

CONFIANÇA E COOPERAÇÃO

12. Falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado ao lidar com as pessoas?

- () Pode-se confiar nas pessoas
() Nunca é demais ter cuidado

13. Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações?

- (1) Concordo totalmente
(2) Concordo em parte
(3) Nem concordo, nem discordo
(4) Discordo em parte
(5) Discordo totalmente

() A maioria das pessoas neste(a) bairro/localidade está disposta a ajudar caso você precise.

() Neste(a) bairro/localidade, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.

14. Quanto você confia em...

- (1) Confio totalmente
(2) Confio muito
(3) Nem muito, nem pouco
(4) Confio pouco
(5) Confio muito pouco

- () Membros do governo local
() Membros do governo estadual
() Membros das instituições parceiras
() Outros (especifique) _____

15. Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas do(a) bairro/localidade, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?

() Tempo

() Dinheiro

(1) Não contribuiria com tempo

(1) Não contribuiria com dinheiro

(2) Contribuiria com tempo

(2) Contribuiria com dinheiro

16. Como o Sr.(a) descreveria o grau de confiança entre os membros da Coofama?

() Muito alto

() Alto

() Médio

() Baixo

() Muito baixo

PARCERIAS E CONCERTAÇÃO

17. Nos últimos 12 meses, você ou alguém do seu domicílio participou de alguma atividade comunitária, em que as pessoas se reúnem para realizar algum trabalho em benefício da comunidade?

() Sim

() Não (vá para a questão 15)

18. Quantas vezes, nos últimos 12 meses?

Especifique: _____

19. Se houvesse um problema de abastecimento de água nesta comunidade, qual é a probabilidade de que as pessoas cooperassem para tentar resolver o problema?

() Muito provável

() Relativamente provável

() Nem provável, nem improvável

() Relativamente improvável

() Muito improvável

20. Qual o nível de importância que você atribui à participação dos parceiros neste trabalho?

- Muito importante
- Importante
- Importância razoável
- Pouco importante
- Nenhuma importância

21. Qual o nível de importância que você atribui à participação do parceiro BB/DRS neste trabalho?

- Muito importante
- Importante
- Importância razoável
- Pouco importante
- Nenhuma importância

22. Muitas vezes há diferenças nas características entre as pessoas que vivem num(a) mesmo(a) bairro/localidade. Por exemplo, diferenças de riqueza, renda, posição social, origem étnica, raça, casta ou tribo. Também pode haver diferenças em relação às crenças religiosas e políticas, ou pode haver diferenças devido à idade ou o sexo. Até que ponto você diria que as pessoas são diferentes no(a) seu(sua) bairro/localidade? Utilize uma escala de 5 pontos, em que 1 quer dizer “extremamente diferentes” e 5 quer dizer “muito pouco diferentes”.

-
- (1) Extremamente diferentes
- (2) Muito diferentes
- (3) Relativamente diferentes
- (4) Pouco diferentes
- (5) Muito pouco diferentes

23. Alguma dessas diferenças pode causar problemas?

- Sim Não

Especifique: _____

24. Quais são as duas diferenças que mais freqüentemente causam problemas?

() ()

- (1) Diferenças de educação
- (2) Diferenças de posses de terras
- (3) Diferenças de riqueza/posses materiais
- (4) Diferenças de posição social
- (5) Diferenças entre homens e mulheres
- (6) Diferenças entre as gerações mais jovens e as gerações mais velhas
- (7) Diferenças entre moradores antigos e novos moradores
- (8) Diferenças de filiação política
- (9) Diferenças de crenças religiosas
- (10) Diferenças de origem étnica, raça, casta/tribo
- (11) Outras diferenças (especifique): _____

25. Alguma vez esses problemas levaram à violência?

() Sim () Não

26. Em geral, como você sente em relação ao crime e à violência quando está sozinho(a) em casa/localidade?

- () Muito seguro(a)
- () Moderadamente seguro(a)
- () Nem seguro(a), nem inseguro(a)
- () Moderadamente inseguro(a)
- () Muito inseguro(a)

LIDERANÇA

27. Qual a importância do papel do líder no trabalho desenvolvido pela Coofama?

- () Muito importante
- () Importante
- () Importância razoável
- () Pouco importante

() Nenhuma importância

28. O resultado do trabalho seria o mesmo com ou sem um líder para a comunidade?

() Sim

() Não

Especifique: _____

29. Em geral, você se considera uma pessoa...

() Muito feliz

() Moderadamente feliz

() Nem feliz, nem infeliz

() Moderadamente infeliz

() Muito infeliz

30. Você sente que tem poder para tomar decisões que podem mudar o curso da sua vida? Faça uma avaliação de você mesmo em uma escala de 1 a 5, em que 1 quer dizer “totalmente incapaz de mudar minha vida”, e 5 quer dizer “totalmente capaz de mudar minha vida”.

()

(1) Totalmente incapaz de mudar minha vida

(2) Geralmente incapaz de mudar minha vida

(3) Nem capaz, nem incapaz

(4) Geralmente capaz de mudar minha vida

(5) Totalmente capaz de mudar minha vida

31. Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas neste(a) bairro/localidade se reuniram para entregar conjuntamente uma petição a membros do governo ou a líderes políticos pedindo algo em benefício da comunidade?

() Nunca

() Uma vez

() Algumas vezes (Até cinco)

() Muitas vezes (Mais de cinco)

32. Muitas pessoas consideram difícil sair para votar. Você votou nas últimas eleições estaduais/nacionais/presidenciais?

() Sim () Não

MELHORIA DA RENDA

33. Assinale a faixa de renda familiar de sua casa

- () Até um salário mínimo
- () De um até dois salários mínimos
- () De três até quatro salários mínimos
- () De cinco até seis salários mínimos
- () Acima de seis salários mínimos

Especifique: _____

34. Quantas pessoas contribuem para a obtenção dessa renda familiar?

- () Uma
- () Duas
- () Três
- () Mais de três (especifique): _____

35. Quantas pessoas são sustentadas com essa renda familiar?

- () Uma
- () Duas
- () Três
- () Quatro
- () Mais de quatro (especifique): _____

36. Quantos carros existem em sua residência?

- () Nenhum
- () Um
- () Mais de um (especifique): _____

37. Quantas motos existem em sua residência?

-) Nenhuma
-) Uma
-) Mais de uma (especifique): _____

38. Quais dos bens abaixo há em sua casa?

-) TV
-) Aparelho de som
-) Vídeo Cassete e/ou DVD
-) Rádio
-) Microcomputador
-) Geladeira
-) Telefone Fixo/Celular
-) Fogão

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)